

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na *Ontologia* de Georg Lukács.

Gilmaisa Macedo da Costa

RECIFE

Fevereiro/1999
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács.

Dissertação apresentada ao Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Professor Dr. Sérgio Afrânio Lessa Filho, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Costa, Gilmaisa Macedo da

Trabalho e serviço social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na *Ontologia* de Georg Lukács. / Gilmaisa Macedo da Costa . – Recife : O Autor, 1999. 119 folhas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CSA. Serviço Social, 1999.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social e trabalho – Práxis humana. 2. *Ontologia* de Georg Lukács – Ideologia. 3. Serviço social – Prática profissional e questão social – Complexo da sociabilidade humana - I. Título.

**364.23
361.3**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2005-530**

RECIFE
Fevereiro/1999

Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na *Ontologia* de Georg Lukács.

Gilmaisa Macedo da Costa

Banca Examinadora

*Prof. Cristina Brito Albuquerque
Prof. Carlos de Souza Filho*

RECIFE
Fevereiro/1999

RECIFE
Fevereiro/1999

AGRADECIMENTOS

Ao Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco e ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Alagoas, que criaram as condições para que nosso curso de mestrado se tornasse possível.

Um agradecimento todo especial ao Professor Sergio Lessa, que me apresentou ao pensamento de Lukács e fez do processo de produção desta dissertação um desafio constante, com suas lúcidas observações e seu estímulo.

À minha mãe, que me ensinou a não desistir.

Meu reconhecimento às colegas do Mestrado e do Departamento de Serviço Social, pela solidariedade em todos os momentos.

Um carinho particular às amigas Valéria, Margarete e Cláudia.

Sou grata à querida amiga Norma, por sua amizade e pelo apoio tantas vezes necessário e prontamente atendido.

Com Edlene e Denise, presenças constantes nos bons e maus momentos, experimentei o significado pleno da amizade.

*Dedico o essencial desta minha
experiência de vida à Aminadab,
pelas horas roubadas do nosso
precioso convívio, retribuídas
sempre com carinho e paciência.
E ao nosso filho Baruch Júnior,
que me impulsiona*

*permanentemente a me tornar
uma pessoa melhor.*

NOSSO TEMPO

Este é tempo de partido,
tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei. Meu nome é tumulto e escreve-se na pedra.

Visito os fatos, não te encontro.
Onde te ocultas precária síntese,
penhor de meu sono, luz
dormindo acesa na varanda?
Miúdas certezas de empréstimo, nenhum beijo
sobe ao ombro para contar-me
a cidade dos homens completos

Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!

Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras,

irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,
perderam o sentido, apenas querem explodir.

Drumond

Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de serviço Social como processo de trabalho com base na *Ontologia* de Georg Lukács.

RESUMO

Este texto analisa a Concepção do Serviço Social como Processo de Trabalho. Contém uma investigação sobre as categorias do trabalho e da ideologia no pensamento de Georg Lukács, como posições teleológicas integrantes da práxis humana que apresentam diferenças qualitativas entre si. A partir dessas categorias problematiza a relação entre trabalho e Serviço Social e entre Serviço Social e ideologia, tendo em vista que, a Concepção do Serviço Social como Processo de Trabalho toma por objeto da prática profissional a Questão Social enquanto expressão

dos conflitos socialmente existentes. Pela exposição do trabalho e da ideologia o texto procura mostrar que a práxis humana é um complexo de complexos, no qual o trabalho articula a relação homem x natureza e a ideologia é mediação nos conflitos humanos. Nessa dimensão discute, em termos ontológicos, a imprecisão teórica na Concepção do Serviço Social como Processo de Trabalho.

ABSTRACT

This paper examines the Concept of Social Service as a Labour Process. It encompasses an investigation into the categories of work and into the ideology found in the writings of Georg Lukács, such as teleological views that are parts of the human praxis and that show qualitative differences when compared to one another. Based on the categories, it renders problematic the connection between labour and Social Service and between Social Service and ideology, once the Concept of social Service as a Labour Process embraces as the aim of its professional practice the Social Issue viewed as an expression of those socially existing conflicts. By presenting the Labour

and the Ideology, the text attempts to show that the human praxis is a complex of complexes, in which labor shapes the interaction between man and nature, ideology being the mediation in human conflicts. At this level it discusses ontologically the theoretical inaccuracy in the Concept of Social Service as Labour Process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo I	
<u>Trabalho como Protoforma da Atividade Humana</u>	
1. As Categorias Essenciais do Trabalho	18
2. O Processo Objetivação/Alienação	23
3. Pôr Teleológico e Alternativa	30
4. Trabalho e Posições Teleológicas Secundárias	43
Capítulo II	
<u>Bases Ontológicas da Ideologia</u>	
1. Posições Teleológicas Secundárias e Ideologia	52
2. Caráter Amplo e Caráter Restrito da Ideologia	58
2.1. Ideologia e Função Social	65

3. Individualidades sociais e Ideologia	68
---	----

Capítulo III

Análise da Concepção de Serviço Social como Processo de Trabalho

1. Considerações Preliminares	77
-------------------------------------	----

2. Serviço Social e Especialização Profissional	80
---	----

3. Serviço Social e Questão social	89
--	----

4. Serviço Social, Questão Social e Ideologia	93
---	----

Considerações Finais	108
----------------------------	-----

Referências Bibliográficas	115
----------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

O tema trabalho, sob vários aspectos, ocupa um espaço muito significativo na reflexão do Serviço Social. As razões para a introdução desta temática no universo teórico dos assistentes sociais remetem às profundas transformações por que passa o mundo contemporâneo e aos problemas decorrentes de um processo freqüentemente denominado reestruturação produtiva, no qual um intenso desenvolvimento das forças produtivas vem acompanhado de crises que assolam economias muito distintas, atingindo desde aquelas mais industrializadas até as mais atrasadas e provocando um desemprego crescente.

Pela pressão do desemprego, o trabalho, nos seus mais diversos ângulos, torna-se objeto de teorização por parte de importantes pensadores de distintas áreas das ciência humanas. A interrogação sobre o destino do trabalho e o lugar dos trabalhadores na cena política mundial estimula a investigação sobre a categoria

trabalho na sociabilidade, passando a ocupar boa parte do debate nas ciências humanas nas últimas décadas¹.

O Serviço Social não passa ao largo desta reflexão. Além do mais, a proximidade desta profissão com os usuários dos serviços sociais a faz receptora dos rebatimentos que o desemprego ocasiona na vida dos desempregados e suas famílias. Deste modo, temáticas referentes à reestruturação produtiva e suas repercussões sobre os trabalho e sobre os serviços passam a fazer parte do elenco de questões tratadas pelo Serviço Social². Torna-se, inclusive, uma categoria norteadora na formação profissional com a nova proposta curricular para os cursos de Serviço Social elaborada pela ABESS/CEDEPSS.³

Nesta proposta curricular é apresentada uma Concepção de Serviço Social como Trabalho, delineando um novo campo de debates sobre a profissão mesma, que não poderá deixar de ter ressonância na formação dos assistentes sociais no decorrer da operacionalização do novo currículo. Todo conceito que se torna objeto de manuseio freqüente pode apresentar imprecisões, incorporadas sem maiores reflexões por aqueles que o utilizam. Por isso, entendemos que a investigação cada vez mais consistente e o debate maduro no confronto de idéias torna-se imprescindível para que esta concepção adquira um significado cada vez mais preciso e possam se explicitar as possíveis diferenças na sua apreensão.

O texto que aqui apresentamos tem como objeto de análise a concepção de Serviço Social como processo de trabalho, exposta pela categoria dos assistentes sociais no documento Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, publicado no caderno ABESS n.7. Realizamos um esforço no sentido de analisar os principais argumentos que sustentam esta concepção, e oferecemos algumas ponderações críticas, tomando por referência as categorias trabalho e ideologia, conforme as expõe

¹ Gorz, A. *Adeus ao Proletariado - Para Além do Socialismo* (1987); Habermas, J. *Teoria de la Acción Comunicativa*(1987); Lojkine, J. *A Revolução Informacional* (1995) e Antunes. R. *Adeus ao Trabalho?* (1995) são exemplos de distintas abordagens sobre o tema.

² A recente publicação *A Nova Fábrica de Consensos* - ensaios sobre a reestruturação produtiva, o trabalho e as demandas aos serviço social. Org. Mota, A E (1998), reúne vários artigos no campo da reestruturação produtiva.

³ Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléias Geral Extraordinária de 8. Nov. 1996). Cadernos Abess n.7, Cortez,. p.58-64. Siglas: ABESS-Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. CEDEPSS-Centro de Documentação em Políticas Sociais e Serviço Social

o filósofo húngaro Georg Lukács, em sua obra da maturidade *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*.⁴

A escolha dos fundamentos para o nosso debate recaiu sobre este pensador porque o pensamento de Lukács apresenta uma instigante exposição do lugar ontológico do trabalho no mundo dos homens, dos seus nexos internos e de sua articulação com a totalidade social. Além disso, os aspectos centrais que se desdobram a partir do complexo do trabalho em Lukács se mostram soluções muito atuais em relação ao pensamento marxista contemporâneo. Em sua *Ontologia* Lukács realiza um *tertium datur* tanto em relação ao marxismo vulgar que compreende os fenômenos sociais como derivações mecânicas das legalidades econômicas, quanto às proposições idealistas que situam estes mesmos fenômenos exclusivamente na esfera da subjetividade.

Lukács busca apreender as articulações e o sentido da vida dos homens em sociedade fundamentado numa concepção histórica do ser em geral enquanto complexo de complexos e numa concepção de ser social enquanto resultado exclusivo das ações humanas. Embora não tivesse pretensão de produzir uma ontologia do ser em geral, sua investigação do mundo dos homens se amplia para uma visão ontológica para além do ser social, por compreender que o confronto entre a vida social e as estruturas existentes na natureza podem ajudar a explicar a organização da sociedade humana, sem que isso signifique uma continuidade natural do mundo da natureza para a sociedade dos homens, nem tampouco que a sociedade humana se explique por princípios puramente ideais.

Sob esta perspectiva, o ser em sua universalidade máxima é composto das esferas mineral e orgânica e do mundo dos homens, essas esferas se articulam entre si pela relação de dependência existente entre uma e outra. O ser social tem sua base de existência no ser orgânico e este, por sua vez, precisa do ser mineral para existir.

⁴ Lukács, G. *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Sein*. Luchterland Verlag, 1986. Utilizamos a tradução italiana desta obra, *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*, Roma: Riuniti, 1976-1981. Para as citações em português apóiamos-nos em autores que indicaremos no decorrer da dissertação.

Ao mesmo tempo essas esferas formam complexos relativamente autônomos e essencialmente distintos em suas legalidades internas.

O ser tem, para este autor, um caráter unitário, tanto o ser em geral como o ser social são complexos de complexos internamente heterogêneos mas, por último, unitários. Neste sentido, todo ser é um complexo que existe como parte de um todo complexo. Além disso o ser é portador de uma continuidade histórica que se explicita no incessante movimento de determinação reflexiva dos complexos parciais entre si e destes com a totalidade.

O que distingue o ser social das esferas naturais é que a objetividade do ser social é fundada por atos teleológicos humanos, uma categoria existente somente no ser social. Entre a natureza e o ser social se interpõe um salto

ontológico⁵, o mundo dos homens passa a constituir-se numa nova esfera de ser na medida em que é fundado a partir dos atos conscientes dos homens que se apóiam necessariamente sobre decisões entre alternativas. por outro lado, a base de existência do ser social permanece sempre o ser natural.

A esfera social somente pode se diferenciar da natureza num processo em que surge e se desenvolve uma complexa articulação onde o mundo dos homens submete constantemente a natureza a transformações orientadas por um ato teleológico. Conforme Lukács, “o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna uma nova espécie autônoma de ser, somente porque há nele este operar real do ato teleológico.”⁶ Ou seja, o momento fundante neste processo é precisamente o trabalho. Este importante complexo social é a mediação pela qual o homem realiza a troca orgânica com a natureza, possibilitando ao ser social constituir-se em esfera ontológica particular no interior da totalidade do ser em geral.

Se por um lado o trabalho é a mediação fundamental no salto ontológico à constituição do mundo dos homens, outras posições teleológicas, igualmente importantes, agem no interior do ser social dando lugar a processos reprodutivos fundamentais à elevação do homem a ser humano genérico. No imediato a realidade se apresenta como uma indissolúvel unidade entre os complexos parciais, dificultando a percepção do caráter de identidade da identidade e da não identidade existente entre complexos que se interpenetram no interior da totalidade social.

Nessa perspectiva do ser social como complexo histórico, que tem por fundamento as posições teleológicas dos homens, conduzimos nossa investigação sobre a concepção do Serviço Social como processo de trabalho. Esta concepção apresenta a questão social como objeto e como base de fundação da atividade

⁵ Sobre salto ontológico Lukács compreende: “todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, na qual a fase inicial contém certamente em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver daquelas a partir de uma simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento repentino ou gradual no tempo, da nova forma de ser”. Lukács, G. II Lavoro. In *Per una Ontologia Dell' Essere Sociale*. Roma: Riuniti, 1981. vol II*, I, p. 17-8. Para as citações de II lavoro nos apóiamos na tradução para o português de Ivo Tonet.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 24.

profissional dos assistentes sociais. Supõe assim uma atividade voltada aos conflitos sociais, o que na *Ontologia* de Lukács conduz ao problema da ideologia. Por isso realizamos um percurso necessário, expondo os nexos ontológicos centrais das categorias do trabalho e da ideologia enquanto complexos que expressam dois tipos de posição teleológica essenciais ao desenvolvimento do ser social. O resultado dessa investigação serviu de base para o debate que efetivamos sobre a concepção de serviço social em referência.

Trata-se de um debate sobre a imprecisão teórica na concepção do Serviço Social como trabalho, numa aproximação, ainda introdutória, ao Serviço Social como posição teleológica no sentido ontológico lukacsiano e, pelo que conhecemos, a primeira tentativa realizada com base neste autor. Orientamos nossa investigação pela *análise imanente do texto*, procurando através deste procedimento analítico, evidenciar os aspectos essenciais requeridos pelo objeto.

Concentramos nossos esforços na direção de tornar precisas tanto a categoria trabalho como posição que se destina à troca orgânica com a natureza, como as posições que se desdobram a partir deste importante complexo do ser social, que têm por finalidade agir sobre a consciência de outros homens. Buscamos, assim, identificar que tipo de posição teleológica apresenta maior proximidade com o Serviço Social.

No primeiro capítulo, “Trabalho como Protoforma da Atividade Humana”, fazemos uma exposição da categoria trabalho em sua processualidade interna, evidenciando a estrutura essencial do pôr teleológico, na sua articulação entre teleologia e causalidade. Mostramos que, o trabalho, no seu sentido verdadeiro e próprio, responde à produção de valor de uso. Ao mesmo tempo, como posição teleológica primária é a protoforma da práxis humano-social, detendo a possibilidade de suscitar outras posições para o seu prosseguimento. Evidenciamos o caráter decisivo da posição teleológica primária para que, no desenvolvimento social, posições teleológicas distintas do trabalho enquanto tal, tornem-se crescentemente mais sociais, formando complexos ideológicos fundamentais à reprodução da totalidade social.

No segundo capítulo, “Bases Ontológicas da Ideologia”, discutimos o fenômeno ideológico na acepção ampla e na acepção restrita que, em Lukács, adquire um caráter diferenciado em relação a outros pensadores. Enfocamos a ideologia em sentido amplo enquanto manifestação do *hic et nunc* social que serve para tornar a prática humana consciente e operativa. Ressaltamos que um pensamento somente pode ser considerado ideologia quando exerce uma função no combate aos conflitos humanos. Neste sentido torna consciente os conflitos humanos e produz os meios de combatê-los. Esta importante categoria do ser social historicamente adquire sentido negativo, pelo exercício de sua função restrita junto aos conflitos de interesse entre os homens, enquanto instrumento de luta social nos antagonismos de classe.

No terceiro capítulo, “Análise da Concepção de Serviço Social como Processo de Trabalho”, efetivamos um debate com os principais elementos da Concepção de Serviço Social tomada por referência, detendo-nos em especial sobre a questão social como objeto e como base de fundação do Serviço Social. Argumentamos sobre os desdobramentos deste objeto a partir do pensamento de Lukács, enfocando o Serviço Social como atividade que se faz presente na sociedade exercendo uma função nos conflitos sociais. Deste modo, uma prática que, numa dimensão ampla, destina-se a ação sobre a consciência dos indivíduos, não se caracterizando como trabalho no sentido estrito do termo. A partir destes argumentos abordamos o Serviço Social como complexo ideológico que se movimenta entre a ideologia restrita e a ideologia pura.

No essencial, o texto que ora apresentamos apoiou-se no pressuposto ontológico pelo qual não existe qualquer possibilidade de que o ser social possa ser reduzido ao trabalho, do mesmo modo que do trabalho não se pode deduzir o ser social em sua totalidade. O trabalho é a categoria fundante do ser social porque nela se realiza a síntese entre teleologia e causalidade que origina um novo ser distinto da naturalidade simples. Contudo, entre trabalho e totalidade social predominam os momentos sociais e a sociabilidade, desde as primeiras formas, constitui-se um complexo de complexos que extrapola os simples atos do trabalho. Deriva do caráter unitário do ser social enquanto complexo de complexos que trabalho e outros fenômenos sociais somente

existem em relação um ao outro, numa íntima determinação reflexiva, entretanto são pólos relativamente autônomos que apresentam aspectos qualitativamente distintos.

Iniciaremos nossa investigação pelo estudo da categoria trabalho para em seguida tratar da ideologia, buscando tornar precisos os nexos decisivos desses importantes complexos da totalidade do mundo dos homens. Nossa expectativa é aproximarmo-nos o mais fielmente possível das teses fundamentais do filósofo húngaro, procurando desvelar as possíveis conexões e heterogeneidades existentes entre trabalho, no preciso sentido do termo, e os complexos ideológicos resultantes do desenvolvimento social. Com isso esperamos dispor de argumentos suficientes para analisar a aproximação entre serviço social e processo de trabalho.

O trabalho, para Lukács, é a categoria central e decisiva do ser social, mas, repetimos, é preciso esclarecer que ele, sob nenhuma hipótese, restringe as determinações do ser social ao trabalho. O trabalho é momento distinto e inseparável da totalidade social no mundo dos homens do qual fazem parte, também de modo decisivo para a reprodução do ser social, importantes categorias como: a fala, a divisão do trabalho, a cooperação, a ideologia. De modo que o trabalho existe, de fato, no interior de uma sociabilidade, numa relação recíproca com as outras categorias do ser social, integrando a totalidade deste ser como complexo de complexos.⁷

1. As Categorias Essenciais do Trabalho

⁷ Cf. Lukács, G. “Il Lavoro” op. cit. p. 4-6.

No pensamento de Lukács o trabalho realiza a síntese entre teleologia e causalidade, ou seja, constitui uma interação entre sujeito e objeto através da qual “realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade”⁸. A presença da teleologia faz do trabalho uma peculiaridade exclusiva do mundo dos homens, conforme Marx já havia anunciado:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. A aranha realiza operações que se parecem com as do tecelão, a abelha faz corar de vergonha muitos arquitetos ao construir os seus favos de cera. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo na sua cabeça antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho emerge um resultado já presente no início na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetiva uma mudança da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objetivo, que ele sabe que determina como lei a espécie e o modo de sua atividade, e ao qual tem de subordinar a sua vontade⁹.

Marx apreende a dimensão fundamental da teleologia enquanto momento exclusivo do trabalho humano e com isso sinaliza a diferença desta ação dos homens em relação a qualquer forma dos atos no mundo animal que porventura sejam a ele assemelhados. A distinção consiste em que, pelo trabalho, o homem responde aos desafios da matéria natural, tendo por base um ato de consciência que estabelece uma finalidade e esta finalidade dirige todo o processo. O produto final é a idéia original impressa no objeto, resultante de um movimento no qual a consciência se subordina às determinações fundamentais do objeto e, ao mesmo tempo, reordena o objeto sob novas formas e relações, conforme objetivo previamente definido. Este ato de consciência já não se constitui um epifenômeno como no mundo animal, pois ultrapassa as determinações puramente biológicas, impulsionando para o desenvolvimento de relações sociais fundadas no trabalho.

Assim como Marx, Lukács concebe o trabalho como uma categoria exclusiva do ser social e, a teleologia, como um momento existente apenas no trabalho. Para o filósofo húngaro “o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia

⁸ Idem, *ibidem*, p.19.

⁹ Marx, K. *Das Kapital*, vol I, p.140. apud Lukács, *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*, vol.II*,I, p,18-9. O capital, Editora Abril Cultural, S. Paulo, 1983, vol I, p. 149-50.

em geral, mas o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro pôr teleológico como momento efetivo da realidade material”¹⁰.

O trabalho não poderia se realizar se os objetos a serem produzidos não fossem elaborados idealmente, ou seja, se o pensamento não formulasse um projeto para guiar as atividades práticas apropriadas à sua produção. A teleologia constitui, assim, a categoria central no trabalho, aquele momento singular e abstrato em que a consciência projeta idealmente a construção de um novo ser e deve concretizá-lo numa interação com a causalidade. Como prévia ideação contém, potencialmente, os sucessivos atos que transformam o objeto em nova realidade.

Para Lukács, a teleologia, por sua própria natureza, é uma categoria posta: “todo processo teleológico implica uma finalidade e, portanto uma consciência que estabelece um fim”¹¹. Ao ter início num ato de consciência a teleologia supõe um autor, uma íntima ligação com a consciência que a origina. Mas isso não reduz a teleologia a simples impulso subjetivo pois, os atos teleológicos, assim como a consciência que os põe, somente existem no interior do ser social.

Assim, a teleologia, na condição de momento consciente do ser social é “momento real da realidade material”¹², definida por Lukács como “uma categoria ontológica objetiva”¹³, no preciso sentido de que a consciência, com o ato de pôr, dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. O pôr, portanto, “tem neste caso um ineliminável caráter ontológico”¹⁴. De modo que uma posição não significa somente uma tomada de consciência frente à realidade objetiva, mas um momento objetivo que deslança um processo objetivo no mundo dos homens. Ao desencadear um processo real específico do mundo humano, o pôr funda uma nova objetividade, algo não existente anteriormente na história natural.

Então, Lukács não só considera o objeto, mas também a teleologia como atividade humana sensível, enquanto ato de pôr que transforma a causalidade em algo

¹⁰ Lukács, G. “Il Lavoro” op. cit. p.23

¹¹ Idem, *ibidem*. p.20.

¹² Idem, *ibidem*, p.23

¹³ Idem, *ibidem*. p.23.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p.20

finalisticamente produzido e, portanto, exerce em meio ao objeto uma força material real. Entretanto, como veremos posteriormente, a objetividade da teleologia é diversa daquela objetividade da natureza, haja vista que teleologia e causalidade mantêm sempre suas qualidades essenciais.

Ao contrário da teleologia, a causalidade não supõe autor consciente, “[...]é um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência”¹⁵. Suas qualidades residem em princípios totalmente alheios ao pôr teleológico, suas características, destino ou evolução obedecem a leis naturais e independentes da consciência humana, entrando em relação com esta somente no ato de produção. Fora dessa relação a causalidade é “um sistema de complexos cuja legalidade continua a operar com total indiferença com respeito às idéias e aspirações do homem”¹⁶. Afora modificações próprias da natureza, em si desprovidas de qualquer teleologia, somente um ato humano pode pôr em movimento as qualidades naturais de uma causalidade.

Esta questão é perceptível até mesmo na realidade cotidiana. Se um homem não se propuser a transformar uma pedra num outro objeto para seu uso, a pedra, intencionalmente, jamais se transformará naquele objeto. Sem falar que, por parte da pedra, o processo de transformação se realiza na mais absoluta inconsciência, embora as qualidades inerentes à pedra exerçam, como veremos adiante, uma força também decisiva no processo. No aspecto subjetivo a essência da causalidade confirma a teleologia como categoria decisiva e central no trabalho; da objetividade material não brota naturalmente um ser de uma natureza divergente daquele que o originou, isso só pode ocorrer pela ação de um pôr teleológico, de um ato originado na consciência.¹⁷

Por outro lado, através de uma ação dirigida pelo pensamento uma pedra pode tornar-se um objeto que diverge da simples naturalidade. Uma faca de pedra produzida no paleolítico, por exemplo, foi produzida para ter utilidade, portanto, é portadora de uma essencialidade própria do mundo dos homens. Na interação com a subjetividade

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.20

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 26

¹⁷ Idem, *ibidem*, cf. p. 23 - 25.

o ser da pedra foi reorganizado sob novas formas e relações, convertendo-se em objeto social.

Ao mesmo tempo, isto acontece sem que a pedra deixe de ser pedra. Lukács diz que “a única mudança das categorias naturais só pode consistir no fato de que estas – em sentido ontológico – tornam-se postas”¹⁸. Mas as categorias naturais se tornam postas somente porque “o seu caráter de ser postas é a mediação da sua subordinação à determinante posição teleológica, mediante a qual, ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento, de causalidade e teleologia, se tem um objeto, um processo, unitariamente homogêneo”¹⁹.

Isto não significa que a pedra se transmutou em pensamento, ao contrário, manteve suas propriedades naturais. A causalidade dada (natureza), se subordina a determinadas posições teleológicas, adquirindo novas formas e relações que as torna causalidade posta (realidade social) sem, contudo, converter-se em teleologia: “sem ver atingida a sua essência”²⁰. Isto porque, em termos ontológicos naturais, os fundamentos da causalidade não sofrem modificação, ficam mantidos como “princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo”²¹, indiferentes ao fato de estarem ou não articulados numa forma originada num ato de consciência.

Em suma, uma nova objetividade surge da natureza na medida em que a subjetividade humana apreende suas propriedades e leis, atribui-lhe novas funções e diferentes modos de operar, tendo o limite de não poder alterar o caráter fundante do ser material. Assim, fica devidamente esclarecido que, para Lukács, entre teleologia e causalidade não existe uma identidade, sujeito e objeto são categorias essencialmente heterogêneas.

Para Lukács, o trabalho compreende uma síntese na qual tem-se “uma existência concreta, real e necessária, entre causalidade e teleologia” entendido como um “processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação destes opostos”²². O processo de trabalho somente se realiza mediante a articulação entre subjetividade e

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 27

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 27

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 24

²¹ Idem, *ibidem*, p.20

objetividade, enquanto categorias distintas e efetivamente existentes. Nesse processo a teleologia tem o papel determinante de interagir com a causalidade, tornando-a causalidade posta. Sem essa ação do sujeito sobre a objetividade não existe processo de trabalho. O momento do trabalho no qual se realiza a conversão de causalidade em causalidade posta é a objetivação.

2. O processo Objetivação/Alienação

Com o trabalho o homem opera no mundo natural modificações de caráter ontológico, realizando a conversão de um objeto natural em objeto social. A presença da teleologia é decisiva para que isso aconteça. No interior do processo de trabalho a teleologia interage com a causalidade e se objetiva no objeto, dando-lhe nova feição. Com isso lança no mundo natural algo inteiramente novo, uma causalidade posta, uma realidade tornada concreta pelo processo de objetivação, onde uma posição teleológica, em resposta a um desafio da realidade existente, ganha materialidade num objeto material real. A objetivação é precisamente o momento do trabalho em que a teleologia se transmuta em causalidade posta.

Como vimos anteriormente, as mudanças na causalidade acontecem sem que haja qualquer modificação nas suas qualidades naturais, “sem passar por nenhuma transformação interna, dos objetos, das forças da natureza surge algo totalmente novo”, mas isto pode ocorrer somente “no interior da insuprimibilidade ontológica das leis da natureza”²³, o que mantém a integridade objetiva da causalidade.

A causalidade se torna posta no sentido de que é um objeto criado a partir de um impulso do sujeito para responder a necessidades objetivas, portanto, tem sua gênese numa consciência que estabelece uma finalidade. Por sua vez, o pensamento se converte em causalidade posta no preciso sentido que o objeto criado é a expressão

²² Idem, *ibidem*, p.24

material do projeto pensado idealmente e com isso incorporou ao seu em si os contornos decisivos desse projeto, ganhando uma qualidade diversa da naturalidade simples. Diz Lukács que “por um lado, a posição teleológica ‘simplesmente’ utiliza a atividade própria da natureza”, graças ao que o objeto mantém seus atributos naturais; “por outro lado, a transformação de tal atividade faz desta o contrário de si própria”²⁴.

O objeto criado já não é mais exclusivamente natureza; ao mesmo tempo, sem deixar de ser natureza, se converteu no seu oposto. A causalidade sofreu uma mudança qualitativa, realizando um salto para um novo grau do ser, o que, para Lukács, significa um salto ontológico. De maneira que a conversão da causalidade em causalidade posta se refere a uma mudança de grau de um objeto do mundo natural para o mundo dos homens. “Natureza e trabalho, meio e fim, alcançam alguma coisa que é em si homogênea: o processo de trabalho e, ao final, o produto”²⁵. O produto do processo unitário de trabalho é causalidade posta.

Assim sendo, para Lukács, o ser social é essencialmente causalidade posta, na medida em que, tendo sua gênese no trabalho e, dentro dele, no processo de objetivação, adquire os contornos que a subjetividade lhe imprime. A objetivação opera uma modificação do mundo dos objetos no sentido de torná-los sociais. No interior do processo de trabalho a objetivação realiza a síntese entre o momento ideal e a realidade material, fundando o ser social, um processo que se efetiva mantendo sempre teleologia e causalidade como categorias ontologicamente distintas. Neste sentido o ser social, de modo necessário, é internamente contraditório.

A causalidade enquanto categoria da natureza tem existência própria particular e autônoma, sua existência independe de atos teleológicos. O contrário, porém, não é verdadeiro. A teleologia, conforme vimos no item anterior, é uma categoria posta, cuja existência está delimitada pelo complexo social do trabalho, somente no interior do trabalho tem lugar a coexistência concreta entre teleologia e causalidade. Portanto, a teleologia é uma categoria cronologicamente posterior à causalidade que opera em

²³ Idem, *ibidem*, p. 27

²⁴ Idem, *ibidem*, p.26-7

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 27

conexão com o desenvolvimento material do mundo humano. Entretanto, a teleologia exerce uma ação de retorno sobre a causalidade. Ao se apropriar das qualidades intrínsecas da natureza e reordená-las num novo modo de ser provoca profundas transformações na própria natureza e funda uma nova esfera ontológica, o ser social.

A causalidade posta, resultante do processo de objetivação, é um ente objetivo tão real quanto a causalidade dada e, portanto, sua história transcorre de modo alheio aos atos teleológicos do seu criador. Os objetos criados pelo homem (sejam eles singularidades ou a totalidade das relações sociais) caracterizam-se, enquanto causalidade que são por si, como “princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo”²⁶. Por isso aparecem aos indivíduos como uma “segunda natureza”,²⁷ no sentido de que, no cotidiano ou até mesmo ao tentar compreender o objeto criado com o objetivo de transformá-lo, o indivíduo se defronta com algo distinto do sujeito do mesmo modo que em relação à naturalidade simples. Conforme diz Lukács:

A base do trabalho é que o ser, o movimento etc. da natureza são completamente indiferentes para com as nossas decisões; é apenas o seu conhecimento correto que permite dominá-los praticamente. Ora, o acontecer social tem, certamente também ele, uma legalidade imanente ‘natural’ e neste sentido se move independentemente de nossas alternativas, do mesmo modo como o faz a natureza²⁸.

Desse modo a objetividade social mantém o caráter causal, seu desenvolvimento nada tem de teleológico, é determinado por sua legalidade imanente enquanto causalidade posta e pelas relações que se estabelecem no conjunto da totalidade social. A objetivação no processo de trabalho se expressa numa incessante produção de novas realidades, que ganham autonomia no cômputo geral do ser social em movimento. Ontologicamente falando, a objetividade do ser social resultante do trabalho e, no seu interior, do processo de objetivação é tão real quanto a objetividade da natureza. As diferenças que se fazem presentes entre a objetividade natural e a objetividade social dizem respeito às peculiaridades na legalidade imanente a cada esfera do ser em particular.

²⁶ Idem, *ibidem*, p.20

²⁷ Idem, *ibidem*, p.20

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 125-6.

A objetivação é uma relação essencial que se revela em todas as expressões humanas, na medida em que o homem interage com a natureza e com a sociedade. Essa interação se concretiza em “cada ato de objetivação do objeto da práxis”, simultaneamente a “um ato de alienação do seu sujeito”²⁹. Os processos de objetivação expressam atividades de sujeitos sociais que não somente agem sobre o mundo objetivo, mas transformam, também, a si mesmos e ao conjunto da sociedade por eles criada e são, ao mesmo tempo, transformados por ela. Diz Lukács:

Visto que todas as expressões do homem, a começar pelas fundamentais como o trabalho e a linguagem, até as objetivações do mais alto valor, são sempre necessariamente posições teleológicas, a relação sujeito-objeto, enquanto relação típica do homem com o mundo é uma interrelação na qual se tem uma ação inovadora, transformadora, permanente do sujeito sobre o objeto e do objeto sobre o sujeito, na qual nem uma nem outra componente pode ser concebida isoladamente, separadas do seu oposto, isto é, de modo autônomo³⁰.

No contínuo movimento de reprodução do ser social verifica-se, concomitantemente, “o socializar-se da sociedade, o dirigir-se da humanidade a uma genericidade real, no sentido da essência em si, e o desdobramento da individualidade humana”³¹.

Disso resulta um entrelaçamento “entre os dois complexos elementar-fundamentais do ser social: entre a totalidade real de qualquer sociedade e a totalidade igualmente real dos homens singulares que a formam”³². Esse elemento novo contido no ser social possibilita por si a existência de um gênero humano pois, conforme Marx, “a genericidade cessa de ser muda”³³ como o é nos animais, à medida que “entre cada exemplar e o gênero se verifica uma interação permanente que permanentemente se traduz em consciência interior”³⁴.

O desenvolvimento dessas categorias se realiza de modo desigual no curso de um longo e contínuo vir-a-ser-histórico-social. Neste, as posições teleológicas desde o

²⁹ Lukács, G. “Sobre a Ontologia do Momento Ideal”, *Per Una Ontologia dell'Essere Sociale*, vol II**,II, trad. Maria Angélica B. Rodrigues p. LXI.

³⁰ Idem, *ibidem*. p.LXI

³¹ Idem, *ibidem*. LXII

³² Lukács, G. “O Problema da Ideologia”, *Per Una Ontologia dell'Essere sociale*, vol II**,III, trad. Ester Vaisman. p. XXXI.

³³ Idem, *ibidem*. p.XXXI

trabalho e a linguagem até produtos humanos do mais alto valor, implicam processos baseados na unidade ontológica de objetivação do objeto e de alienação do sujeito.

Sobre o processo objetivação/ alienação Lukács considera evidente que se trata de algo mais além de dois aspectos interligados do mesmo processo. A alienação dirige-se mais precisamente à constituição da interioridade do sujeito. Com ela tem início o processo de reconhecimento e construção do indivíduo como “pessoa humana”. Conceito que, em Lukács, carrega todas as conseqüências ontológicas de que a personalidade, com toda a sua problemática, é uma categoria social. Como realça Tertulian:

A personalidade não é um epifenômeno do ambiente, um simples produto do determinismo (tese de Taine), nem uma força autárquica que surgiria e se afirmaria para além da totalidade social(...) Segundo Lukács, a sociedade é consubstancial aos indivíduos que agem sempre dentro de um conjunto de condições concretas, objetivando-se e exteriorizando-se ao mesmo tempo.³⁵

O filósofo húngaro compreende a exteriorização (Entäußerung) como a ação de retorno que todo ser resultante da objetivação exerce sobre o sujeito que o criou. Por meio da exteriorização os homens reconhecem-se distintos dos objetos por eles criados. O ato de objetivação, ao dar origem a um novo ser, permite a exteriorização da consciência frente à realidade externa a si mesma. Neste movimento em que os indivíduos reconhecem o seu em si tem origem a exteriorização do sujeito. O ser social atua sobre a consciência dos homens que o produziram. Sentido pelo qual a exteriorização é mediação fundamental à constituição dos indivíduos sociais que, por sua vez, exercem papel determinante no desenvolvimento da sociabilidade e vice-versa.

Compreende-se, então, a afirmação de Oldrini: “Aquilo que Lukács indica como ‘pessoa’ é o resultado de uma dialética social que atinge as bases reais da vida do indivíduo e se relaciona com a estrutura econômica, as condições, as relações de

³⁴ Idem, *ibidem*, p. XXXII.

³⁵ Tertulian, N. apud Oldrini, “G. Lukács e o Caminho Marxista ao Conceito de ‘Pessoa’”. In. *Práxis*, n. 3, B. Horizonte: Projeto, mar. 1995, p. 118.

classe, etc., em resumo, com o 'campo de manobra histórico-social concreto, no interior do qual aquela vida se desenvolve' »³⁶.

Lessa expressa o que representa a exteriorização no pensamento do filósofo húngaro: "Ao contrário do estranhamento (Entfremdung), que são os obstáculos postos à plena explicitação da generalidade humana, a exteriorização corresponde, para Lukács, aos momentos nos quais a ação de retorno do objetivado sobre o sujeito impulsiona a individuação e a sociabilidade a patamares crescentemente genéricos"³⁷. Deste modo a exteriorização em Lukács tem um sentido positivo, se constitui em impulso para que indivíduo e sociedade se elevem à condição de gênero humano.

Certamente o movimento em direção ao ser humano genérico não ocorre sem mediações. A ação de retorno do ser social sobre o seu criador pode atuar negativamente sobre os processos de individuação e de sociabilidade, constituindo-se em obstáculo à generalidade humana. Como diz Sérgio Lessa:

O fenômeno do estranhamento corresponde à criação, pelos próprios homens, no fluxo da práxis social, de obstáculos à plena explicitação do ser humano genérico (e portanto das individualidades). Ao contrário da exteriorização, que corresponde ao momento de afirmação do humano, o estranhamento se constitui num momento socialmente posto de negação do humano, uma negação social do ser humano³⁸.

Na continuidade da práxis humana os homens produzem limites ao desenvolvimento da personalidade, dando origem a relações sociais estranhadas. Os estranhamentos se expressam sob inúmeras formas, dependendo do momento em que são produzidos. Mas para Lukács, determinada forma de estranhamento pode nascer da exteriorização, mas esta última pode muito bem existir sem produzir estranhamentos. Neste sentido, o estranhamento tem o seu lugar ontológico no processo objetivação/exteriorização, mas, de modo nenhum, exteriorização e estranhamento significam a mesma coisa.

O desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente também o desenvolvimento da capacidade humana - e aqui emerge praticamente o problema do estranhamento - o desenvolvimento da capacidade

³⁶ Oldrini, G. op. cit. p. 119.

³⁷ Lessa, S. *Trabalho e Ser Social*. Maceió: EDUFAL 1997, p. 114.

³⁸ Lessa, S. *A Ontologia de Lukács*. Maceió: EDUFAL 1996, p. 117.

humana não produz obrigatoriamente o [desenvolvimento] da personalidade humana. Ao contrário, justamente potencializando capacidades singulares, pode desfigurar, aviltar, etc., a personalidade do homem³⁹.

De modo que o fenômeno do estranhamento, em sua essência concreta, remete à contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento interior dos indivíduos humanos. Assim, o desenvolvimento econômico não significa necessariamente o desenvolvimento pleno das personalidades individuais no mesmo nível, ao contrário, o desenvolvimento causal da economia pode até mesmo influir negativamente sobre a personalidade do homem. Este fenômeno se faz presente na história por diversos modos. Quanto a isso Holanda comenta:

Em se tratando de um fenômeno socialmente determinado, conforme já assinalamos, o estranhamento, na sua continuidade histórica, assume formas particulares de se explicitar. Todavia, permanece em todas as suas manifestações - independente de sua forma ou conteúdo - essa antítese de fundo entre desenvolvimento da capacidade e desenvolvimento da personalidade. E tanto mais desenvolvidas as forças produtivas mais evidente se torna tal contradição.⁴⁰

Desse modo, é um fenômeno histórico-social que se manifesta em determinado momento “e a partir desse momento assume na história formas sempre diferentes, cada vez mais claras. Logo, a sua constituição nada tem a ver com uma *condition humaine* geral e tanto menos com uma universalidade cósmica”⁴¹. Somente tem significado no plano ontológico enquanto manifestação concreta de uma situação concreta.

Os fenômenos exteriorização e estranhamento em Lukács requerem um estudo muito mais aprofundado, o que não constitui nosso propósito neste texto. Com essas considerações queremos apenas registrar que o processo objetivação/exteriorização em Lukács se constitui em base ontológica do movimento em direção à Sociabilidade e à Individuação. Ao mesmo tempo, o complexo objetivação/exteriorização dá origem ao estranhamento, enquanto impedimento à plena explicitação da generalidade

³⁹ Lukács, G. “O Estranhamento”. In op. cit. Vol. II**, IV., trad. M. Norma A. B. de Holanda, p. 2.

⁴⁰ Holanda, M.N.B.de. *O Fenômeno de Estranhamento na Ontologia de Georg Lukács*. Tese de Mestrado, UFPB, 1998, (mimeo)

⁴¹ Lukács, G. “O Estranhamento”, op. cit. p. 2.

humana. Em última instância, a gênese desses processos encontra-se no processo de objetivação do trabalho.

Em síntese, com o processo de objetivação/exteriorização no trabalho a consciência realiza a transformação da causalidade em causalidade posta e mediante esse movimento dá origem ao mundo humano. Vimos que isto acontece sem que a objetividade criada perca a qualidade essencial de causalidade enquanto ente ontológico objetivo.

3. Pôr teleológico e Alternativa

Para Lukács, a estrutura interna do pôr teleológico é composta de dois atos essenciais: a posição dos fins e a busca dos meios⁴². Com a posição dos fins o pensamento estabelece a finalidade de sua ação, ao mesmo tempo que articula a busca dos meios necessários para atingir aquela finalidade. No movimento desses dois atos essenciais se revela a íntima ligação entre teleologia e causalidade. Portanto, não esqueçamos que a posição teleológica está submetida aos limites colocados pelas determinações da causalidade.

Mesmo assim, em todo ato singular de trabalho predomina a orientação dada pela posição do fim. Por exemplo, o ato individual de produzir um abrigo é dirigido por alguma finalidade que pode ser a resposta a uma necessidade do homem se proteger de alguma coisa. O desdobramento do processo de objetivação que se efetiva a partir daí é orientado para alcançar aquela finalidade. Significa que, na singularidade e imediaticidade de toda ação humana, a prévia ideação é o momento predominante.

⁴² Conforme Lukács: “ Aristóteles distingue no trabalho dois componentes: o pensar (noésis) e o produzir (poiésis). Através do primeiro é posto o fim e se buscam os meios para realizá-lo, através do segundo o fim posto se torna real. N. Hartman, por seu turno, divide analiticamente o primeiro componente em dois atos, posição de fim e busca dos meios e assim torna mais concreta, de modo correto e instrutivo, a reflexão pioneira de Aristóteles,

Isto quer dizer que, no ato imediato e singular do trabalho, a busca dos meios ocupa papel secundário em relação à finalidade. Os meios e instrumentos do trabalho são fundamentais como mediações necessárias para a consecução dos fins a que se destina o processo em curso, mas a finalidade tem o papel primordial de dirigir o pôr teleológico.

Para que não se coloquem equívocos na apreensão adequada desta abstração sobre o pôr teleológico, Lukács assinala que “em última instância trata-se de fato de um desenvolvimento social, isto é, daquele complexo que Marx chama de intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza, no qual não há dúvida que o momento social não pode deixar de ser o momento predominante”.⁴³ Além disso, já vimos que para este autor a consciência é, ela mesma, socialmente determinada.

No desenvolvimento da história humana a busca dos meios adquire uma importância fundamental na continuidade e no desenvolvimento do ato de trabalhar. Pois, no curso dos acontecimentos sociais a finalidade imediata a partir da qual foi produzido um instrumento de trabalho pode até se perder, entretanto o instrumento de trabalho serve como mediação social para fixar o conhecimento adquirido na produção daquele objeto. Assim, os meios do trabalho se tornam uma importante fonte de conhecimento objetivo da realidade e adquirem uma posição de importância predominante no desenvolvimento do trabalho. Para uma melhor compreensão do processo de trabalho e do aparente paradoxo na inversão da predominância entre posição dos fins e busca dos meios, Lukács considera importante a separação analítica entre essas posições.⁴⁴

A busca dos meios é o momento do pôr teleológico no qual a consciência toma um impulso em direção ao conhecimento da realidade externa a si mesma. Permite ao pensamento capturar os nexos internos do objeto, suas propriedades essenciais, pelo

sem alterar-lhe imediatamente a essência ontológica quanto aos aspectos decisivos.” Lukács, G. “Il Lavoro” op. cit Vol.II*,I, p.23.

⁴³ Idem, *ibidem*, p. 30

⁴⁴ Idem, *ibidem*, cf. p. 28 – 31

conhecimento objetivo do sistema causal dos objetos e dos processos cujo movimento pode levar a alcançar o fim posto.⁴⁵ A busca dos meios tem uma dupla função:

de um lado evidenciar aquilo que em si mesmo governa os objetos em questão independentemente de toda consciência; de outro lado, descobrir neles aquelas novas conexões, aquelas novas possíveis funções que, quando postas em movimento, tornam efetivável o fim teleologicamente posto.⁴⁶

Compete a esse momento do pôr teleológico descobrir a legalidade interna da causalidade; além disso deve precisar as combinações possíveis dos caracteres essenciais do objeto, visando novas funções que possam atender a finalidade previamente definida. Lukács entende que a necessária concreção de uma posição teleológica consiste nesta ser capaz de alterar de alguma maneira o objeto, transformando seus nexos causais em nexos causais postos. Sem esse exercício uma posição teleológica não passa de um fato da consciência que, impotente diante da natureza, se desfaz como pura pulsão do pensamento. Neste sentido ontológico uma posição teleológica só se caracteriza como tal quando exerce efetivamente esta função de transformar causalidade em causalidade posta. A função ontológica da posição teleológica do trabalho impõe o conhecimento da natureza.⁴⁷ Diz Lukács:

Uma vez que a pesquisa da natureza, indispensável ao trabalho, está, antes de mais nada, concentrada na preparação dos meios, são estes o principal instrumento de garantia social de que os resultados dos processos de trabalho permaneçam fixados, que haja uma continuidade na experiência de trabalho e especialmente que haja um desenvolvimento ulterior. É por isso que o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios (utensílios , etc.) é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade (finalidade)..⁴⁸

A busca dos meios se materializa nos instrumentos produzidos na e para consecução do trabalho, momento pelo qual torna-se realidade objetiva capaz de subsistir ao homem que o criou. “O arado é mais nobre que as satisfações que ele permite e que constituem os fins. O instrumento se conserva enquanto as satisfações

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 25-6.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 26.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 27.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 29.

imediatas passam e são esquecidas”.⁴⁹ Assim, contém os traços do trabalho humano no momento em que foi produzido, expressando um determinado nível de desenvolvimento social. Nos objetos criados pelo homem “podemos obter, a respeito da vida concreta das pessoas que os utilizaram, conhecimentos muito maiores do que os que aparentemente parecem esconder-se neles”.⁵⁰ Neste sentido estão fixados conhecimentos do processo de trabalho humano em seu desenvolvimento imanente.

Lukács diz que “a busca dos meios para tornar ato a finalidade não pode senão implicar em um conhecimento objetivo do sistema causal dos objetos e daqueles processos cujo movimento é capaz de realizar o fim posto⁵¹”. O sujeito necessita incorporar determinações do real para poder concretizar o seu projeto e, nessa relação, o objeto exerce o momento predominante na delimitação das possibilidades e das necessidades da prévia ideação.

Do ponto de vista social, a busca dos objetos e dos processos naturais que precede a posição da causalidade na posição dos meios é constituída essencialmente por atos cognoscitivos reais, ainda que não haja no decorrer do processo de trabalho consciência expressa de tal situação.

Toda experiência com relação a uma causalidade real, se insere no trabalho para atender a um único fim. Entretanto, em sua execução prática são elaboradas abstrações corretas, precisas e objetivas que, por analogia, podem ser aplicadas a outras situações. Por isso mesmo a busca dos meios tende naturalmente a autonomizar-se frente aos atos singulares do trabalho. Nestes termos a busca dos meios adquire um poder regulador da própria finalidade.⁵²

Sem o conhecimento do real a realização do fim torna-se uma impossibilidade. A condição de realização de um projeto previamente idealizado supõe uma necessária interrelação entre a finalidade e o desenvolvimento da busca dos meios. Para que essa interrelação seja bem sucedida é necessário que o conhecimento da natureza

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 29.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 30.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 25/5

⁵² Cf. Idem, *ibidem*, p. 31-3

tenha atingido um nível adequado. Se assim não for, “a finalidade permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho⁵³”. Lukács fala de como o sonho de voar permaneceu um simples projeto humano, até que se dominasse o conhecimento dos meios necessários a sua concreta realização.

Contudo, esta exigência não se faz em termos do conhecimento absoluto do real. Pois, “todo objeto natural, todo processo natural apresenta uma infinidade intensiva de propriedades, e de relações com o mundo circundante⁵⁴”, ou seja, todo objeto constitui sua singularidade como partícipe de uma determinada totalidade. Neste sentido o movimento em direção ao conhecimento particular de um objeto com fins específicos não pode deixar de vir acompanhado por abstrações, hipóteses acerca de suas determinações universais. O conteúdo dessas abstrações pode até ser falso, mas não inviabiliza o processo de trabalho. Lukács pondera:

Se, para trabalhar, fosse necessário uma consciência, mesmo que só aproximada, desta infinidade intensiva enquanto tal, nas fases iniciais de observação da natureza (quando não existia uma consciência em sentido consciente) o trabalho não poderia jamais ter surgido.⁵⁵.

O homem age no trabalho abstraindo parcialmente do objeto momentos da infinidade intensiva que, mediante uma situação concreta, apanhe adequadamente os nexos causais necessários e suficientes à efetivação de determinada posição dos fins. Observemos que, entre tantos outros trabalhos surpreendentes, o homem realizou com sucesso a navegação em alto mar, apesar do conhecimento sobre o universo estar baseado numa concepção geocêntrica, posteriormente considerada falsa. A navegação, com certa margem de erro, é claro, orientava-se corretamente através da observação das estrelas, tornando possível o alcance da finalidade.

O conhecimento necessário no desenvolvimento daquela atividade volta-se para a captura de traços da realidade, objetivamente fundados, dirigidos para fins imediatos. A necessidade absoluta na busca dos meios é que a posição teleológica abstraia de modo eficaz as determinações da realidade que se colocam ao alcance

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 27/8.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 28.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 28

imediatamente do pôr teleológico. Ou seja, “o trabalho para se realizar pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios⁵⁶”. Sem essa aproximação à realidade, portanto, sem a busca dos meios não existe trabalho possível.⁵⁷

Lukács identifica na busca dos meios no trabalho a gênese ontológica da ciência. Com a análise desse importante ato teleológico ele articula trabalho e pensamento científico, na medida em que é “a partir da tendência intrínseca de autonomização da busca dos meios, durante a preparação e execução do processo de trabalho, que se desenvolve o pensamento orientado para a ciência e mais tarde se originam as ciências naturais”⁵⁸.

Uma característica ontológica do trabalho é a permanente projeção no sentido do aperfeiçoamento e desenvolvimento, impulsionando a criação de produtos sociais de natureza mais elevada. Lukács diz que:

Talvez a mais importante dessas diferenciações seja a autonomização das atividades preparatórias, ou seja, a separação - sempre relativa - que, no próprio trabalho concreto, tem lugar entre o conhecimento, de um lado, e, por outro, as finalidades e os meios. A matemática, a física, a química, etc. eram originalmente partes, momentos desse processo preparatório do trabalho. Pouco a pouco, elas cresceram até se tornarem campos autônomos do conhecimento, sem, porém, perderem inteiramente essa respectiva função originária.⁵⁹

A conexão entre trabalho e pensamento científico encontra-se, como já vimos, na busca dos meios enquanto impulso imanente à apreensão das leis da objetividade, mas apenas o impulso originário ao pensamento científico. No processo de desenvolvimento da sociedade a ciência adquire relativa autonomia e grande importância social, extrapolando o âmbito da troca orgânica com a natureza. Forma um complexo particular permeado por sofisticadas mediações, fixando e desenvolvendo o conhecimento sobre o ser natural.

⁵⁶ Lukács, G. “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem” In *Temas de Ciências Humanas* n. 4. S. Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978, p. 8.

⁵⁷ Cf. Lukács, G. *O trabalho*, o. Cit. p. 31-3.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 32.

⁵⁹ Lukács, G. *As Bases Ontológicas...* op. cit. p. 8-9.

O solo que demanda sua expansão é o desenvolvimento social global. Como qualquer complexo parcial, a ciência integra a totalidade social enquanto complexo de complexos e as respostas por ela elaboradas estão predominantemente delimitadas pelo movimento da totalidade social. A forma como realiza essas respostas depende do seu desenvolvimento, de sua história interna enquanto complexo particular do ser social.

Não temos pretensão de nos deter na análise da ciência, o que comportaria inúmeros aspectos a serem considerados. Queremos apenas pontuar que Lukács situa o impulso para o conhecimento objetivo da realidade no complexo do trabalho. Neste mesmo ponto articula trabalho e ciência enquanto tendência a um conhecimento desantropomorfizador do real. Conhecimento que, em linhas muito gerais, se funda na perspectiva de desvendar objetivamente o em si dos objetos, independentemente dos sentimentos que suscita no sujeito.⁶⁰ O momento preciso nesta articulação é a busca dos meios.

Com a íntima articulação entre busca dos meios e posição dos fins no processo de trabalho, a consciência humana se distancia efetivamente da simples adaptação à natureza. Ou seja, “na medida em que a realização da finalidade se torna um princípio replasmador neoformativo da natureza, a consciência que a ele deu impulso e direção não pode mais ser ontologicamente, um epifenômeno do ser orgânico⁶¹”. Isto confere à consciência humana um estatuto ontológico distinto da consciência puramente animal.

Lukács reconhece que, em certo grau, os animais operam atos que transformam a natureza de modo involuntário. Mas esses atos estão no limite das determinações biológicas da esfera orgânica e, portanto, nos limites de uma consciência que é puro epifenômeno da reprodução natural. Esses atos manifestam possibilidades novas somente em condições especiais, às vezes criadas pelo próprio homem através de experimentos.

No homem os contornos da consciência são muito mais complexos e superam a simples adaptação ao ambiente, expressando-se como momento decisivo do trabalho,

⁶⁰ Lukács, G., “Il Lavoro”, op. cit. p. 35.

⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 35/6.

no qual a reprodução se caracteriza pela incessante produção de novas realidades. Somente pelo processo de trabalho a consciência manifesta-se como realidade ontológica objetiva. Neste sentido a exposição do seu caráter não mais epifenomênico é indissociável desse momento da práxis humana.

O processo em si do trabalho tem na busca dos meios o momento da gênese e desenvolvimento da categoria do reflexo, elemento decisivo na captura do real pela subjetividade. Para Lukács, “se o sujeito enquanto separado, na consciência, do mundo objetivo não fosse capaz de observar e de reproduzir no seu ser-em-si este último, jamais aquela posição do fim, que é o fundamento do trabalho, mesmo do mais primitivo, poderia realizar-se”⁶².

O complexo real do trabalho tem como base de sua especificidade ontológica a solidariedade entre dois atos diversos em sua essência: “de um lado, o reflexo o mais exato possível da realidade tomada em consideração, de outro, o correlato pôr daquelas cadeias causais que, como sabemos, são indispensáveis para realizar a posição teleológica”⁶³.

A necessária apreensão da realidade objetiva no processo de trabalho se realiza mediante o reflexo da realidade na consciência. Através do reflexo “como premissa de fim e meio do trabalho se realiza uma separação, um destacar-se do homem do seu próprio ambiente, uma tomada de distância que se manifesta claramente no confronto mútuo entre sujeito e objeto”⁶⁴.

Também no âmbito do conhecimento Lukács destaca a distinção entre sujeito e objeto como pólos de um processo unitário. Graças a este distanciamento coloca-se a possibilidade da consciência realizar aproximações sucessivas ao objeto. Ao mesmo tempo, o reflexo é responsável pela reprodução do real na consciência e pelo desenvolvimento da consciência, permitindo uma apreensão crescente, da

precisa separação entre objetos que existem independentemente do sujeito, e sujeitos, que podem reproduzi-los de modo mais ou menos correto mediante atos de consciência, que podem apropriar-se deles espiritualmente. Essa separação tornada consciente entre sujeito e

⁶² Idem, *ibidem*, p. 36

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 36.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 38.

objeto é um produto necessário do processo de trabalho e com isso a base para o modo de existência especificamente humano.⁶⁵

O objeto capturado pelo processo de conhecimento não é a mesma coisa que o objeto real. Diz Lukács, “no reflexo da realidade a reprodução se destaca da ‘realidade’ reproduzida, se coagula numa realidade própria da consciência⁶⁶”. Constitui-se numa reprodução intelectual do ser objetivo. Portanto, para este autor,

nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e - em sentido ontológico estrito - não é possível que a reprodução seja da mesma natureza daquilo que ela reproduz, tanto menos idêntica a ela. Ao contrário, no plano ontológico o ser social se divide em dois momentos heterogêneos, verdadeiramente opostos: o ser social e o seu reflexo na consciência. Esta dualidade é um fato fundamental do ser social.⁶⁷

Pelo reflexo o homem se apropria espiritualmente da realidade exterior a si próprio e a partir dessa apropriação se estabelece a dualidade entre mundo pensado e mundo real. “Essa separação tornada consciente entre sujeito e objeto é um produto necessário do processo de trabalho e com isso a base para o modo de existência especificamente humano”.⁶⁸ Assim, este momento do trabalho se constitui num dos fundamentos na distinção entre ser social e natureza.

A reflexão não pode ser mera construção da subjetividade por um lado é um ato teleológico e, por outro lado, responde a uma necessidade socialmente determinada. O homem precisa elaborar intelectualmente pensamentos que o aproximem o mais possível de fatos efetivamente existentes. Para Lukács, isto “faz com que as reproduções não possam jamais ser cópias fotográficas, mecanicamente fiéis, da realidade. Elas são sempre determinadas pela finalidade, quer dizer, em termos genéticos, pela reprodução social, pela vida; na origem, pelo trabalho”⁶⁹.

Reflexo e ser objetivo existem enquanto mútua determinação reflexiva no interior da práxis social. Como bem analisa Sérgio Lessa:

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 36/7

⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 38

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 38

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 38

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 39.

sem abrir mão da categoria do reflexo, Lukács reconhece nela um ato de subjetividade que, de forma mais ou menos consciente, permeia todo ato de aproximação da consciência ao real. Ao converter o real em 'posse espiritual', a consciência desdobra uma aproximação ativa que, sem deixar de refletir o ser precisamente-assim existente, o faz de modo historicamente determinado. Está aqui aberto o campo para a delimitação da influência de complexos como a ideologia, a política, os estranhamentos, a arte, etc., nos processos gnosiológicos.⁷⁰

A mediação na qual o reflexo da realidade se apóia para realizar a posição teleológica é a categoria da alternativa, conforme Lukács:

A alternativa, que também é um ato de consciência, é pois a categoria mediadora por meio da qual o reflexo da realidade se torna veículo da criação de um existente. Deve-se sublinhar ainda, aqui, que esse existente no trabalho é sempre algo natural e que esta sua constituição natural jamais pode ser inteiramente suprimida.⁷¹

A alternativa está presente desde as formas mais simples do trabalho. No ato de produzir o novo o homem faz escolhas e essas escolhas resultam de uma decisão frente às possíveis alternativas para cada situação concreta. Por esse meio a consciência pode transformar em ato a potencialidade elaborada como prévia ideação. Afirma Lukács:

Um projeto, por mais complexo e delineado com base em reflexos corretos, mas que seja rejeitado, permanece um não existente (Nichtsiendes), não obstante esconda em si a possibilidade de se tornar um existente (Seiendes). Em substância, portanto, apenas a alternativa daquela pessoa (ou daquele coletivo de pessoas) que é requerida para colocar em movimento o processo de realização material mediante o trabalho, pode atualizar esta transformação da potencialidade em existente.⁷²

A alternativa tem, em si, uma estrutura bastante complexa, constitui um processo, "uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas⁷³", composto por um sistema de reflexos, dinamicamente elaborado e contraditório. Todo processo de escolha no trabalho constitui uma cadeia bastante numerosa de decisões alternativas. Requer sempre novas decisões que se apóiam sobre as anteriores, ampliando mais e mais as mediações no sistema de decisão.

⁷⁰ Lessa, S. *Trabalho e Ser Social*. op. cit. p. 79.

⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 46.

⁷² Idem, *ibidem*, p. 47

⁷³ Idem, *ibidem*, p. 43.

A alternativa opera não só sobre a causalidade natural, ela ainda continua a operar depois do trabalho concluído, no sentido do controle sobre o produto, da recuperação de desgastes, da correção de erros, etc. O desenvolvimento do trabalho impulsiona para que as decisões alternativas se dêem sempre cada vez mais sobre a causalidade posta. Tornam-se crescentemente mais diversificadas e diferenciadas à proporção que se desenvolve o caráter social da produção, dando lugar à economia. Isso “contribui para que o caráter de alternativa da práxis humana, do comportamento do homem para com o próprio ambiente e para consigo mesmo se baseie sempre mais em decisões alternativas”⁷⁴. A cadeia de alternativas subsidia decisões de indivíduos ou de grupos sociais frente a situações concretas. O solo no qual são geradas demandas e respostas que requerem escolha entre alternativas a serem traduzidas em prática é precisamente o ser social real.

Por sua vez, na posição dos fins reside o momento em que o pôr teleológico sinaliza para o movimento em direção a uma realidade ainda inexistente. Nesta posição “a tarefa futura teleologicamente posta é o princípio determinante da prática que tende a ela”⁷⁵. Assim sendo, o momento predominante na posição dos fins é o dever-ser. Na medida em que o dever-ser é o momento predominante na posição dos fins, o futuro passa a ser uma dimensão decisiva na escolha entre alternativas no processo de objetivação.

Como diz Lukács, o ato teleológico “é determinado a partir de um futuro posto como definido, é exatamente um agir guiado pelo dever-ser do fim”⁷⁶. Se na busca dos meios o processo de trabalho tende para o conhecimento do objeto, portanto precisa incorporar determinações referentes ao passado dos objetos, a posição dos fins impulsiona para o dever-ser. Por isso mesmo um reflexo só será elevado à condição de ato teleológico na posição dos fins quando corresponder, adequadamente, à finalidade previamente definida. Lukács afirma:

O reflexo correto da realidade é, naturalmente, a premissa inevitável de um dever-ser que funcione de maneira correta; tal reflexo correto,

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 45.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 78.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 78.

todavia, torna-se efetivo apenas quando favorece realmente a realização daquilo que deve ser.⁷⁷

Ou seja, assim como na busca dos meios, a consciência realiza a necessária distinção sujeito x objeto. Entretanto, a alternativa na posição dos fins não se efetiva determinada primordialmente pelo conteúdo gnosiológico do reflexo do objeto e sim pela finalidade que dirige o processo de objetivação. O momento predominante nesta posição teleológica cabe ao dever-ser. O dever-ser exerce a função de mediar os atos de escolha na relação homem e natureza. Neste sentido tem sua existência delimitada no interior da práxis social.

Lukács reconhece o dever-ser como modelo ontológico do valor, com algumas ponderações. Não se pode reduzir categorias pertencentes às formas mais evoluídas do ser social à forma originária do dever-ser que atua na troca orgânica com a natureza. Os valores e valorações que têm no dever-ser o seu solo genético possuem uma estrutura muito mais complexa. Como diz Lukács “entre o modelo e suas variações posteriores, muito mais complexas, há uma relação de identidade entre identidade e não identidade⁷⁸”. Uma análise da categoria valor extrapola completamente as pretensões desta nossa dissertação. Situaremos aqui o que, no essencial, conecta valor e alternativa como momentos genéticos dos processos ideológicos. Para Lukács:

A objetividade do valor econômico está fundada na essência do trabalho como intercâmbio orgânico entre sociedade e (natureza) e, no entanto a própria forma original do trabalho para a qual a utilidade fixa o valor do produto, mesmo que se relacione diretamente com a satisfação da necessidade, coloca em movimento no homem que o realiza um processo cuja intenção objetiva - independentemente do grau de consciência - é dirigida a promover na realidade o desenvolvimento posterior do homem.⁷⁹

Mesmo na troca orgânica com a natureza o valor tem caráter objetivo, está ligado à legalidade imanente dos objetos e dos processos que se estabelecem na práxis do trabalho. Nessa relação todo ato de valorar tem determinações puramente sociais. As

⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 49.

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 76.

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 89.

escolhas dos indivíduos ou grupos de indivíduos, em última instância, respondem a necessidades sociais ligadas ao campo da reprodução humana. Diante de situações concretas o sujeito toma decisões optando pelas alternativas às quais ele atribui um maior valor. Mas os atos reflexivos da consciência operantes no processo de decisão (certo ou errado, adequado ou inadequado, bom ou mau) são valorações intelectivas, provêm da atividade consciente e não da essência dos objetos naturais.

O valor tem uma conexão indissociável com o caráter alternativo da práxis social. A natureza não conhece valores, mas apenas nexos causais e as mudanças, a diversificação das coisas, dos complexos, etc. que são produzidos por eles. Deste modo a presença efetiva do valor, na realidade, se restringe ao ser social.⁸⁰.

É a necessária concretude na escolha entre alternativas que desdobra um processo valorativo no interior do ser social, essa escolha é orientada “para valores que não constituem de modo nenhum resultados, sínteses etc., dos valores subjetivos singulares, mas, ao contrário, é sua objetividade no interior do ser social que estabelece se são certas ou erradas as posições teleológicas alternativas orientadas para o valor”⁸¹. De modo que, o valor não é um produto exclusivo da subjetividade e nem uma decorrência imediata da objetividade material. Trata-se de uma realidade da consciência que tem existência objetiva somente na práxis humana.

Ao mesmo tempo, os valores desempenham uma função crescentemente mais intensa no desenvolvimento da cadeia de alternativas necessária à realização da práxis humana. Sua objetividade reside em se constituírem em “partes moventes e movidas da totalidade do desenvolvimento social”⁸². Com a evolução das relações sociais acabam por se formar complexos sociais como o direito, a política, a filosofia e a arte que, em última instância, têm sua gênese nos valores fundados no processo de trabalho. Vejamos em seguida o que torna possível o surgimento desses complexos sociais.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 91.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 91.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 97.

4. Trabalho e Posições Teleológicas Secundárias

Pela argumentação delineada até aqui o trabalho é aquela atividade humana singular que medeia a troca orgânica do homem com a natureza, transformando

objetos materiais em objetos sociais. Por meio deste ato singular o homem realiza a síntese entre prévia ideação (teleologia) e realidade natural (causalidade), dando origem a uma causalidade posta (ser social). Neste sentido originário e preciso, o trabalho é uma posição teleológica primária por meio da qual o homem age sobre a natureza, com a finalidade de produzir valores de uso. Lukács comenta:

Com razão, diz Marx: 'o trabalho como formador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de quaisquer formas de sociedade é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, isto é, a vida dos homens'.⁸³.

No tratamento ontológico do ser social Lukács atribui um lugar central e decisivo ao trabalho, conforme coloca o próprio filósofo:

Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da sociabilidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, ao tratar deste complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e para o salto de sua gênese. A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias desta forma de ser têm, como sua essência ontológica, um claro caráter social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestação deles, ainda que sejam primitivas, pressupõem o salto como já acontecido.⁸⁴

Logo em seguida, o mesmo autor afirma: "Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria, objeto do trabalho, etc.), como orgânica,[...] antes de mais nada, assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social"⁸⁵. Entretanto,

o ser social, até no estágio mais primitivo, representa um complexo de complexos, onde há interações permanentes quer entre os complexos parciais, quer entre suas partes. Daqui se desenvolve o processo reprodutivo do complexo total em questão, no qual também os complexos parciais se reproduzem como fatores autônomos - ainda que só relativamente, - mas em cada um de tais processos é a

⁸³ Marx, apud Lukács, In "Il Lavoro", op cit.p.14.

⁸⁴ Lukács, G. "Il Lavoro", op. cit. p. 13/4

⁸⁵ Idem, ibidem, p. 14

reprodução da totalidade que, neste múltiplo sistema de interações, constitui o momento predominante.⁸⁶.

Assim sendo, o trabalho é a protoforma da atividade humana porque nele “estão gravadas *in nuce* todas as determinações que,[...], constituem a essência de tudo que é novo no ser social”⁸⁷. Devido a importância do trabalho para a apreensão ontológica do ser social, ao tratar isoladamente este complexo Lukács faz um necessária abstração teórica, porém, segundo o autor, “a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem, etc., surgem do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente identificável e sim, quanto à sua essência, simultaneamente”⁸⁸. Ainda sobre o trabalho como protoforma da atividade humana, Lukács enfatiza em outro momento:

O caráter dialético do trabalho como modelo da práxis social aparece aqui exatamente no fato de que esta última, nas suas formas mais evoluídas, apresenta muitos desvios com relação ao próprio trabalho. [...], o trabalho é a forma fundamental e por isso mais simples e clara daqueles complexos cuja mútua presença forma a peculiaridade da práxis social. Exatamente por isso é preciso sublinhar sempre de novo que as marcas específicas do trabalho não podem ser transferidas sem mais nem menos para as formas mais complexas da práxis social.[...], o trabalho realiza materialmente a relação radicalmente nova do intercâmbio orgânico com a natureza, ao passo que as outras formas mais complexas da práxis social, na sua grandíssima maioria, pressupõem este intercâmbio orgânico com a natureza, este fundamento da reprodução do homem na sociedade.⁸⁹.

Deste modo, o ser social não pode ser reduzido ao trabalho, é composto de outras categorias sociais além do trabalho e, tampouco as categorias do ser social podem ser deduzidas deste mesmo complexo, a fala, a sociabilidade, a linguagem, a primeira divisão do trabalho surgem simultaneamente a ele. Além disso, entre os atos singulares do trabalho e a totalidade do ser social se desdobra a teia de mediações que compreende o complexo da reprodução social.

A alternativa não só é a categoria que faz a conexão entre a totalidade social e o valor, como se faz presente em toda posição teleológica. Na práxis humana, como diz

⁸⁶ Lukács, G. “A reprodução”, *Per Una Ontologia dell’ Essere Sociale*, Vol. II*,II, Trad. Sergio Lessa, p. V.

⁸⁷ Lukács, G, “Il lavoro”, op. cit p. 14.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 14.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p.65-6

Lukács, “a nova categoria determinante, aquela que faz a passagem da possibilidade à realidade, é exatamente a alternativa”⁹⁰. Na alternativa “o momento predominante é constituído pelo seu caráter predominantemente cognoscitivo”.⁹¹ De modo que o trabalho, também por este caráter da alternativa, representa uma vitória da consciência sobre o mero instinto biológico para responder a uma necessidade reprodutiva.

Todo produto humano resulta de uma decisão entre alternativas. Ou seja, como as “reações de um indivíduo ao seu ambiente social (inclusive a troca orgânica da sociedade com a natureza) têm sempre um caráter alternativo, compreendem sempre em si, inevitavelmente, um sim ou não (ou um ‘voto de abstenção’) frente à demanda posta pela sociedade”.⁹² Contudo as alternativas presentes nas posições do trabalho, propriamente dito, apresentam significativas diferenças em relação àquelas operantes na práxis social em sua forma mais complexa. Observemos o que sinaliza o filósofo húngaro:

O trabalho no sentido originário e mais restrito é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos tendem a transformar alguns objetos naturais em valores de uso. Junto a isto, nas formas superiores e mais evoluídas da práxis social, se destaca mais acentuadamente a ação sobre os outros homens, cujo objetivo é, em última instância - mas somente em última instância - mediar a produção de valores de uso. Também neste caso, o fundamento ontológico estrutural é constituído pelas posições teleológicas e pelas séries causais que elas põem em movimento. No entanto, o conteúdo essencial da posição teleológica neste momento - falando em termos inteiramente gerais e abstratos - é a tentativa de induzir uma outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar algumas posições teleológicas concretas.⁹³

Essas considerações de Lukács tornam evidente que o ser social é composto por posições teleológicas de gênero diverso. Aspecto de importância decisiva para as nossas reflexões, dado que pretendemos demonstrar que o Serviço Social constitui uma posição teleológica distinta do trabalho. As posições teleológicas primárias, concernentes ao trabalho em sentido restrito, são atos que se dirigem diretamente para transformar a natureza, em resposta às necessidades de reprodução da vida humana.

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 50.

⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 50.

⁹² Lukács, G. “A Reprodução”, *op.cit.* p.CLIX

Na práxis social mais elevada Lukács destaca as posições teleológicas secundárias, cujo conteúdo se volta para “a tentativa de induzir uma pessoa(ou grupo de pessoas) a realizar algumas posições teleológicas concretas”⁹⁴. Nosso autor considera que este “problema aparece logo que o trabalho se torna social, no sentido de que depende da cooperação de mais pessoas”⁹⁵, pois o trabalho só pode ser realizado eficazmente mediante a distribuição dos participantes segundo funções determinadas. Diz Lukács:

As posições teleológicas que aqui se verificam têm, na realidade um peso secundário em relação ao trabalho imediato; deve ter havido uma posição teleológica anterior que determinou o caráter, o papel, a função, etc. Deste modo, o objeto dessa finalidade secundária já não é um elemento da natureza, mas a consciência de um grupo humano; a posição do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas a fazer surgir uma posição teleológica que tenha, porém, como objetivo alguns objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar estas intervenções por parte de outras pessoas..⁹⁶

Logo em seguida o mesmo autor conclui: “Tais posições teleológicas secundárias estão muito mais próximas da práxis social nos estádios mais evoluídos do que o próprio trabalho no sentido que aqui o entendemos”.⁹⁷ O surgimento das posições teleológicas secundárias provoca modificações significativas no complexo do trabalho.

A estrutura originária do trabalho sofre mudanças substanciais quando a posição teleológica não pretende mais transformar exclusivamente objetos naturais e utilizar processos naturais, mas quer induzir outros homens a realizar por si mesmos determinadas posições deste gênero. Essa mudança se torna ainda mais pronunciada quando o desenvolvimento tem como consequência o fato de que o próprio modo de comportar-se, a sua própria interioridade passam a ser o objeto da posição teleológica do indivíduo.⁹⁸

A natureza das modificações na estrutura do trabalho decorre do objeto que a posição deve mirar para cumprir a finalidade. Não se trata mais de agir somente sobre

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 55/6

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 56.

⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 56.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 56.

⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 56.

⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 56.

a materialidade simples, o sujeito intenciona operar sobre o comportamento dos indivíduos, com vistas ao prosseguimento do processo de trabalho. Do desenvolvimento social do trabalho resulta que a interioridade do sujeito acaba também por se tornar objeto de ação de posições teleológicas do sujeito. As tarefas requeridas para um tal empreendimento adquirem uma qualidade diversa da ação direta sobre a natureza.

Quando, como vimos, o fim teleológico é o de induzir outros homens a posições teleológicas que eles mesmos deverão realizar, a subjetividade de quem põe adquire um papel qualitativamente diferente e, ao final, o desenvolvimento das relações sociais entre os homens implica que também a autotransformação do sujeito se torne um objeto imediato de posições teleológicas, cujo conteúdo é um dever-ser.⁹⁹

Em decorrência do desenvolvimento das relações sociais ocorrem mudanças no conteúdo essencial das posições teleológicas. O sujeito que põe adquire funções diferentes daquelas requeridas pelo trabalho em sentido restrito. Por este motivo, Lukács considera a impossibilidade de se derivar as categorias complexas do ser social a partir das mais simples, tendo em vista que “não é apenas o seu concreto modo de apresentar-se que está sujeito ao condicionamento histórico-social, mas também as suas formas gerais e a sua essência estão ligadas a determinados estádios do desenvolvimento da sociedade”.¹⁰⁰

Naturalmente nos estádios iniciais, onde predomina a relação orgânica com a natureza, as posições teleológicas exigem um sistema de mediações muito mais simples. A posição teleológica primária conecta de forma mais direta, a relação teleologia e causalidade. Nos estádios superiores, ao contrário, a posição teleológica somente se conecta à natureza de forma intensamente mediada. Vejamos por que isso acontece.

Os homens necessitam desenvolver atividades que assegurem sua sobrevivência, isto se impõe a eles como fato diretamente necessário e ineliminável. Neste sentido, toda prática imediata do trabalho responde a necessidades de manutenção e reprodução da vida. Entretanto, Lukács coloca:

⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 78.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem* p. 124-5.

Só que nós já o sabemos - o ser homem do homem se funda precisamente nisto - tal imediaticidade pode se realizar como base da existência humana somente se supera a própria imediaticidade. A posição teleológica que necessariamente se interpõe entre necessidade e satisfação contém já em si tal superação.¹⁰¹

O trabalho, enquanto resposta imediata às necessidades requeridas pela reprodução, somente pode ser superado porque “toda posição teleológica possui em si a possibilidade,[...], de suscitar outras posições de finalidade para o seu prosseguimento e, ao mesmo tempo, de adaptar, dado o caráter objetivante dos atos de realização, a faculdade humana às novas exigências”¹⁰². O caráter de possibilidade inerente a toda posição teleológica requer a cada momento novas alternativas, impulsionando a práxis social para formas cada vez mais complexas. Lukács afirma:

O campo da economia socialmente desenvolvida contém posições de valor de ambos os tipos entrelaçadas de modos diversos, porém, neste complexo também as do primeiro tipo, sem perder a sua essência originária, sofrem mudanças que as tornam diferentes. Disto resulta, na esfera da economia, uma complexidade maior do valor e das posições de valor. Quando, então, entramos em esferas não econômicas, nos encontramos frente a questões ainda mais complexas e de qualidade diferente.¹⁰³

As posições teleológicas suscitadas por aquelas originais dirigem-se para outros fins sociais, que não se conectam diretamente à produção material. Entretanto, cumprem importante papel, tanto na reprodução e manutenção da esfera econômica, como na reprodução da sociedade como um todo. É neste sentido que Lukács afirma que o desenvolvimento das relações sociais “leva àquelas posições teleológicas que intentam provocar um novo comportamento dos outros homens, e as torna sempre mais importantes, no sentido extensivo e intensivo, quantitativo e qualitativo, para o processo de produção e para a sociedade inteira¹⁰⁴”. E mais adiante:

Basta recordar como o costume, o uso, a tradição, a educação, etc., que se fundam totalmente sobre posições teleológicas deste gênero, com o desenvolvimento das forças produtivas vão continuamente aumentando seu raio de ação e a sua importância, terminando por se

¹⁰¹ Lukács, G. “O Problema da Ideologia”. op. cit. p. XXIII

¹⁰² Idem, *ibidem*, p. XXIII.

¹⁰³ Idem, “Il lavoro”, op. cit. p. 91.

¹⁰⁴ Lukács, G., “O problema da ideologia”, op. cit. p. XXIII.

formar esferas ideológicas específicas (sobretudo o direito) para satisfazer estas necessidades da totalidade social¹⁰⁵.

Portanto, esferas ideológicas, tipo o direito, não nascem para responder a necessidades de reprodução da vida material, conforme os processos teleológicos primários. O seu campo de atividade é mediar a relação entre os homens visando atender necessidades da totalidade social. Essas esferas diferem essencialmente do trabalho em sentido restrito.

Concluindo, o ser social é composto por posições teleológicas primárias (trabalho) e, secundárias (responsáveis pela relação entre indivíduo e indivíduo e entre indivíduo e sociedade). O desenvolvimento social torna possível o surgimento de complexos sociais ideológicos que, embora tenham sua origem no trabalho, diferem qualitativamente destes, especialmente quanto ao objeto sobre o qual incide sua ação. Na sua origem estão posições teleológicas secundárias que visam pôr em movimento a consciência de outros homens, em resposta a necessidades da totalidade social.

A relativa autonomia que os complexos ideológicos adquirem no interior do ser social advém de possuírem uma legalidade interna que lhes é conferida pelo desenvolvimento de sua história particular. Entretanto, sua existência se articula ao contexto do ser social enquanto complexo de complexos. No próximo capítulo iremos nos deter sobre o problema da ideologia, enquanto categoria ontológico-social cuja prévia ideação é uma posição teleológica secundária.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. XXIII.

Capítulo II: Bases Ontológicas da Ideologia

Para Lukács “o homem é um ser que responde”¹⁰⁶, um ser ativo, capaz de agir sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e também de agir sobre os outros homens no sentido de conduzi-los a atingir determinada finalidade. A atividade humana se desenvolve mediada por inúmeros atos teleológicos que implicam a relação do homem com a natureza e do homem com os outros homens. Essa atividade tem o caráter de práxis, nela sujeito e objeto são categorias distintas, efetivamente existentes e efetivamente operantes, que interagem no processo de objetivação de um novo ser. Segundo Lukács,

¹⁰⁶ Lukács, G. “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem”. In *Temas de Ciências Humanas*, n.4, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978, p. 5.

o homem torna-se um ser que dá respostas, precisamente na medida em que - paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente - ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e, quando em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bem articuladas.¹⁰⁷

Conforme esse autor a vida social não se constitui uma simples continuidade da vida natural, mas tem por base as posições teleológicas dos homens, “todos os momentos da vida sócio-humana, quando não têm um caráter biológico (respirar) são resultados causais de posições teleológicas e não simples elos de cadeias causais”¹⁰⁸. Assim, as posições teleológicas de um modo geral expressam o modo particular da reprodução do ser social em relação às outras esferas do ser enquanto universalidade.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p.5.

¹⁰⁸ Lukács, G. “O Momento Ideal na Economia”, *Per Una Ontologia Dell’Essere sociale*, Vol II**,I., trad. M. Angélica B. Rodrigues, p. XV.

1. Posições Teleológicas Secundárias e Ideologia

As atividades humanas, sejam elas simples ou complexas, implicam uma escolha frente às várias possibilidades existentes. De modo que, tanto as posições teleológicas que se dirigem à troca orgânica com a natureza como aquelas que medeiam as relações humanas têm por base uma alternativa que põe finalidade. Como diz Lukács,

todas são relações de dever - ser, atos nos quais não é o passado, na sua espontânea causalidade que determina o presente, mas, ao contrário, é o objetivo futuro, teleologicamente posto o princípio determinante da práxis.¹⁰⁹

Vimos anteriormente que do desenvolvimento social resultam complexos ideológicos mediadores nas relações entre os homens que retroagem sobre essas relações, exercendo importante função social na reprodução sociedade Toda posição teleológica, seja primária ou secundária, é precedida de um momento ideal que dirige toda a ação. O momento em comum às posições teleológicas é que ambas implicam uma escolha entre alternativas.

Deste modo as diferenças entre as posições teleológicas não significam uma clivagem absoluta entre as posições próprias do trabalho e aquelas que se desenvolvem simultaneamente a ela, com funções na reprodução dos indivíduos e da sociabilidade. Existem traços de identidade entre essas posições, dado que em toda prática social existem fins a serem perseguidos e para isso é necessário definir como atingi-los.

Um momento de identidade entre as posições primárias e secundárias diz respeito à necessidade do conhecimento do objeto sobre o qual a posição incide. Para realizar as atividades de trabalho, características do intercâmbio com a natureza, são necessárias decisões tomadas sempre sobre uma base de conhecimento dos processos naturais do objeto e de suas relações causais. Do mesmo modo para induzir os homens a uma posição teleológica desejada, para conduzi-los a realizar uma

ação é necessário “um certo conhecimento sobre o modo pelo qual os homens são feitos, sobre as suas recíprocas relações sociais e pessoais”¹¹⁰, que possa gerar tomadas de posição entre alternativas para o agir frente ao ser social.

De modo que, em princípio, “seja no intercâmbio com a natureza, seja na Influência sobre as posições teleológicas de outros homens, a posição somente pode adquirir uma eficácia objetiva quando no seu objeto intencional põe em movimento homens, forças, etc., reais”.¹¹¹. Além disso, depende de um conhecimento o mais aproximado possível dos meios existentes a serem mobilizados. Contudo, como diz Lukács, “a insuprimível situação fundamental de toda práxis humana, isto é, que qualquer decisão que suscita uma ação tem lugar em circunstâncias que o homem, que realiza a posição teleológica, não está em condições de prever completamente e, portanto, de controlar”,¹¹² comporta para qualquer posição, um coeficiente de incerteza.

O homem operacionaliza as posições do trabalho sempre com um domínio limitado dos nexos causais do objeto, realizando somente o que é possível a cada momento. E, a cada momento o mais importante é se a consciência captou os dados da realidade objetiva corretamente ou não, pois, “se houver erro a respeito deles no processo de busca, [...]a posição teleológica se suprime por si mesma, uma vez que, não sendo realizável, se reduz a um fato de consciência tornada impotente diante da natureza”.¹¹³ Portanto, a escolha do homem, no trabalho, é objetivamente orientada pelo caráter material do objeto. Para as posições teleológicas do segundo tipo as coisas são um pouco diferentes> Segundo Lukács,

as mais primordiais conseqüências da incipiente divisão do trabalho colocam aos homens tarefas cuja execução exige e mobiliza forças psíquicas novas, diversa daquelas requeridas pelo processo laborativo verdadeiro e próprio,(pense-se na coragem pessoal, na astúcia e engenhosidade, no altruísmo em certos trabalhos executados coletivamente). As posições teleológicas que aí intervêm, por isso, estão - tanto mais explicitamente, quanto mais desenvolvida é a divisão

¹⁰⁹ Lukács, “Il Lavoro”, op. cit. p. 78.

¹¹⁰ Lukács, G., “O problema da ideologia”. Op. cit. p..XII.

¹¹¹ Idem, *ibidem*, p. LI

¹¹² Idem, *ibidem*, p. XIII.

¹¹³ Lukács, G., Il lavoro, op. cit. p. 27.

social do trabalho - diretamente, no imediato a despertar, corroborar e consolidar nos homens estes sentimentos tornados indispensáveis.¹¹⁴

De modo que, nas posições teleológicas secundárias o “material” da posição do fim é o homem, suas relações, suas idéias, seus sentimentos, sua vontade, suas aptidões. Assim, trata-se de um campo “qualitativamente mais oscilante, ‘doce’, imprevisível que no trabalho”¹¹⁵, oferecendo uma resistência maior que a objetividade natural.

Assim sendo, o “coeficiente de incerteza é, como sabemos, não somente mais alto, mas também de uma ordem de grandeza que lhe confere uma qualidade diversa”¹¹⁶. O círculo do desconhecido torna-se muito maior, pois ao desencadear forças e nexos reais pode propiciar o aparecimento de novas formas e novas legalidades, tornando bem mais difícil captar as verdadeiras tendências evolutivas do processo social que intenta influenciar os homens a agirem conforme um comportamento esperado.

Essa diferença qualitativa é deveras importante, mas implica, segundo Lukács, “não uma incerteza absoluta, não uma irracionalidade”¹¹⁷. A ação, nas mais diversas formas, sobre a consciência de outros homens tem sempre, mais ou menos, funcionado. “O fato de que o coeficiente de incerteza seja mais alto, tem simplesmente comportado neste campo uma presença, incisiva e eficiente, no caso, da desigualdade do desenvolvimento, muito maior que no trabalho, no sentido estrito”¹¹⁸. Isto é, o desenvolvimento no campo econômico-material avança numa proporção desigual em comparação ao desenvolvimento das relações no âmbito das forças produtivas.

Vale salientar que o objeto sobre o qual as posições teleológicas secundárias recaem são os próprios homens e “por princípio, nem o objeto, nem o ponto que a posição deve mirar podem ser, assim, claramente precisados”¹¹⁹. De modo que, tais posições não estão em condições de exercer um controle direto e corretivo sobre o

¹¹⁴ Lukács, G. “O problema da ideologia”, op. cit. p. XXIV.

¹¹⁵ Idem, *ibidem*, p. LII.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p. LII.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, p. XXIII.

¹¹⁸ Idem, *ibidem*, p. XXIII-IV.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, p. XXIV.

objeto, ou seja, “as posições que agem sobre outros homens não podem nunca chegar àquele determinismo unívoco, ao menos imediato, que caracteriza aquelas do intercâmbio com a natureza, as quais se apóiam em um conhecimento relativamente exato dos nexos naturais relevantes”¹²⁰.

O processo de trabalho, por mais que remeta para além de seus fins imediatos, a intenção que determina as posições teleológicas de base são orientadas para um fim bem preciso. O mesmo não acontece com as posições teleológicas secundárias, pois “as posições que estão destinadas a guiar o comportamento dos homens, freqüentemente, têm, *a priori*, como fim todo um campo de reações desejadas (ou não desejadas) em relação a fatos, situações, obrigações, etc. sociais”¹²¹.

Ou seja, o fato de que os homens pensam e reagem positiva ou negativamente diante de situações que lhes são colocadas tornam ainda mais complexa a captura do objeto e o conseqüente desenvolvimento das ações. De maneira que, no âmbito da intencionalidade, as operações laborativas se caracterizam por um fim único, bem determinado, enquanto nas teleologias secundárias dirigem-se a um variado campo de reações humanas.

Uma significativa diferença entre teleologia primária e secundária “está no fato que uma posição teleológica secundária põe em movimento, em definitivo, não uma cadeia causal, mas uma nova posição teleológica”¹²². Decorrem daí problemas de natureza diversa do intercâmbio orgânico com a natureza, também no sentido de que os conhecimentos que influenciam as posições teleológicas secundárias são mais difíceis de serem desvinculados daquelas posições que condicionaram o seu aparecimento.

Sabe-se que em certos momentos da historia humana “muitos processos laborativos estavam, no plano empírico, indissolúvelmente associados a cerimônias mágicas etc. Isto todavia aparecia assim somente à consciência do trabalhador; na objetividade o processo laborativo enquanto tal se desenrolava independentemente

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p. LXIX-LXX.

¹²¹ Idem, *ibidem*, P.XXV.

¹²² Idem, *ibidem*, p. XXIX.

dos atos de fé deste tipo”.¹²³ No âmbito das posições teleológicas secundárias não é assim; segundo Lukács,

o liame com representações mágicas e, mais tarde, sobretudo religiosas não pode na grande maioria dos casos ser eliminado da natureza real dos afetos, das idéias, etc., que se deseja suscitar, e isto porque, - em contraposição aos objetos naturais, em cuja existência imediata parece desaparecer o modo pelo qual nascem, - todo afeto, toda atitude permanece ligada pelo conteúdo e pela forma à espécie de sua gênese.¹²⁴

Assim, o processo de trabalho, enquanto tal, se desenvolve dentro de sua legalidade própria, independente do que se passa na cabeça do homem que trabalha, daquilo que ele pensa ou adota como meio de sua realização, ou seja, das representações que ele cria sobre a realidade existente. Nas posições teleológicas secundárias as representações estão ligadas à natureza dos sentimentos e das idéias que pretende provocar, tornando mais difícil a desvinculação entre a objetividade criada e sua origem, na medida em que ambas se encontram no campo das idéias. Em conseqüência, o conhecimento possível neste âmbito revela com limites certas tendências da evolução do processo, tornando-se possível, em sua inteireza, somente *post festum*.

Em resumo, a primeira e fundamental diferença na busca dos meios entre teleologia primária e secundária é que na segunda o objeto são os próprios homens, suas ações e seus afetos. A segunda diferença, decorrente da primeira, consiste na ampliação do grau de incerteza frente ao objeto nas posições teleológica secundárias, dificultando a captura das tendências do processo em curso e possibilitando somente um conhecimento *post festum*, mas ainda assim, racional. Não podemos esquecer que entre estas posições existe uma identidade, consistem ambas numa tomada de decisão entre alternativas e portanto num ato de consciência que resulta num produto social essencialmente humano. Vale destacar que, para Lukács

qualquer que seja o grau de diversidade a que se pode chegar, não se elimina o elemento comum, em última análise decisivo; em ambos os casos, trata-se de posições teleológicas, cujo sucesso ou insucesso

¹²³ Idem, *ibidem*, p. XXV

¹²⁴ Idem, *ibidem*, p.XXIX-X.

depende do conhecimento que o sujeito que põe tenha da constituição das forças que devem ser postas em movimento; da precisão com a qual o sujeito correspondentemente esteja em condições de atualizá-las da maneira desejada nas seqüências causais nela imanentes.¹²⁵

Em suma, sob todos os aspectos, as posições teleológicas secundárias, embora se desenvolvam concomitantemente às atividades laborativas, não se confundem com o trabalho no sentido estrito. Compõem o conjunto de atos que caracterizam a totalidade do mundo dos homens como complexo de complexos, participando da constituição da interioridade das pessoas e do desenvolvimento humano enquanto processo histórico.

Como já foi dito, tais posições são extremamente importantes para que a esfera econômica possa se manter e se reproduzir. Isto porque a sociedade se desenvolve a tal ponto que o modo de se manifestar da necessidade cada vez mais torna-se caracterizado por induzir, impelir ou coagir os homens a tomarem determinadas decisões teleológicas ou de impedir determinadas tomadas de decisão.

Com o desenvolvimento social as posições teleológicas secundárias ganham corpo e, além do mais, “com a diferenciação social de nível superior, com o nascimento das classes sociais com interesses antagônicos, esse tipo de posição teleológica torna-se a base espiritual-estruturante do que o marxismo chama de ideologia”¹²⁶. De modo que as sociedades mais complexas acabam por gerar interesses conflitantes, enfrentados mediante formas de consciência que se caracterizam como posição teleológica secundária.

¹²⁵ Lukács, G. “O momento Ideal na Economia”. op. cit. p. IV

¹²⁶ Lukács, G. “As Bases Ontológicas...” op. cit. p. 9.

2. Caráter Amplo e Caráter Restrito da Ideologia

O enfoque ontológico de Lukács sobre o problema da ideologia diverge essencialmente das proposições lógico-gnosiológicas sobre as determinações do que é e do que não é ideologia. Ele atribui o predomínio do critério gnosiológico na apreensão do fenômeno ideológico ao fato de “o pensamento filosófico ter sido inteiramente dominado pela teoria do conhecimento, pela lógica e pela metodologia”, há quase dois séculos.¹²⁷ Com isso a questão do ser foi relegada à condição de problema “destituído de qualquer fundamento científico”. o que para Lukács não pode ser verdadeiro. A existência do ser não pode ser negada porque se encontra intimamente ligada à vida e à práxis humana. Num tom de crítica mordaz Lukács dá como exemplo:

mesmo que seja no plano da teoria do conhecimento, um obstinado neopositivista, capaz de negar toda a realidade -- ao chegar a um cruzamento deverá, por força, convencer-se de que se não parar, um automóvel real o atropelará realmente; não lhe será possível pensar que uma fórmula matemática qualquer de sua existência estará subvertida pela função matemática do carro ou pela sua representação da representação do automóvel.¹²⁸

Com base no critério ontológico-prático, Lukács elabora uma caracterização ampla e uma caracterização restrita da ideologia. O problema de fundo na caracterização das ideologia singulares, segundo este autor, é que

a gênese destas ideologias pressupõe estruturas sociais nas quais operam grupos diversos e interesses contrapostos, que tendem a se impor como interesse geral da sociedade inteira. Em suma: o nascimento e a difusão das ideologias são o conato geral da sociedade de classe.¹²⁹

Além disso, Lukács considera, que “os interesses são, decerto, por força das coisas determinados pela estrutura social, mas tais determinações podem se tornar o

¹²⁷ Lukács, G. Prolegomini all'ontologia dell' essere sociale- Questioni di principio di un'ontologia oggi divenuta possibile”, versão italiana Alberto Scarponi, Milão: Guerini & Associati, 1990, p. 38.

¹²⁸ Idem, *ibidem*, p. 39.

motor da práxis somente quando os homens singulares vivam estes interesses como seus próprios interesses e tendam a afirmá-los no quadro das relações para eles vitais com os outros homens”¹³⁰. Essas questões, consideradas justas pelo autor como aspectos das ideologias singulares, colocam-se, contudo, insuficientes para a caracterização da ideologia em geral.

Lukács argumenta que, se na história da humanidade tomamos o período da caça e da coleta, onde não podiam ainda estar presentes todas as determinações que caracterizam a estratificação em classes sociais, mesmo aquela mais originária, “o conceito de ideologia[...] alcança uma certa ampliação e também a sua gênese aparece sob uma luz um tanto modificada”¹³¹. Diz o autor:

a caça de animais ferozes requer dos homens modos de reação totalmente diversos e comportamentos obrigatoriamente impostos por estes últimos nascem, ao menos, simultaneamente ao trabalho, ou melhor, no que concerne ao peso social são até precedentes e mais relevantes. Referimo-nos sobretudo à coragem, à firmeza, se necessário o espírito de sacrifício, sem os quais a caça, que era habitual - como está demonstrado - durante o paleolítico, teria sido impossível.¹³²

Assim, formas ideológicas embrionárias se desenvolvem organicamente do processo de reprodução social possível na época, a caça como meio de reprodução individual e coletiva, lançando as bases de modos de conduta que nas fases ulteriores, em sociedades de classe, “sucessivamente, adquiriram forma ideológica (no plano político, moral, etc.)”¹³³, tornando-se importantes instrumentos do processo de reprodução social.

Expressões sócio-humanas diferentes do trabalho propriamente dito, ou seja, “[...]as posições teleológicas que visam determinar a conduta dos outros homens, já deviam estar universalmente difundidas; de outro modo não seria possível nem a coleta nem a caça”¹³⁴. Essas posições não expressavam antagonismos de classe. Sua

¹²⁹ Idem, “O problema da Ideologia”, op. cit. p. X.

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p.X.

¹³¹ Idem, *ibidem*, p.X

¹³² Idem, *ibidem*. p. XII.

¹³³ Idem, *ibidem*. p. XII.

¹³⁴ Idem, *ibidem*. p.XIII.

função devia ser assegurar uma maior unidade no agir dos grupos humanos. Segundo Lukács, devia existir,

aspectos da seguinte ideologia: uma certa generalização social das normas do procedimento humano, mesmo se elas não se impunham ainda em termos antagônicos no âmbito da luta entre interesses de grupos.¹³⁵

Logo, as atividades imediatas de subsistência tornavam necessário a existência de uma normatividade grupal, de um conjunto de regras de conduta a serem reconhecidos e respeitados por todos os membros do grupo. Aí se encontram possivelmente “os germes dos conflitos entre a comunidade e os indivíduos, porque seria um preconceito metafísico supor que a consciência social fosse totalmente idêntica em cada homem”¹³⁶. Esses argumentos do autor são significativos para a caracterização ampla da ideologia.

Para este pensador, a caracterização ampla de ideologia consiste em que “toda ideologia tem seu ser-precisamente-assim social: ela nasce direta e necessariamente do *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente na sociedade”¹³⁷. O cotidiano mais imediato é o solo no qual a ideologia se torna um componente necessário à vida em sociedade. Surge como consequência da própria atividade social dos homens que medeiam esta mesma atividade por atos de consciência. Deste modo, o

sentido concreto da ideologia é, portanto, mais amplo do que o seu conceito rigoroso. Isso quer dizer simplesmente -- de um modo aparentemente tautológico -- que no ser social não pode se dar nada, cujo nascimento não seja determinado de maneira decisiva também pelo próprio nascimento.¹³⁸

Esta determinação se refere a toda espécie de ser e a todo objeto que entra na esfera social. Determinações deste gênero nunca podem desaparecer inteiramente da natureza real dos objetos. Como já vimos a propósito de outras categorias no trabalho, é uma lei do desenvolvimento que, no curso dos acontecimentos elas se tornem crescentemente mais sociais.

¹³⁵ Idem, *ibidem*. p.XIII.

¹³⁶ Idem, *ibidem*. p..XIII.

¹³⁷ Idem, *ibidem*, p.II.

¹³⁸ Idem, *ibidem*, p. VI.

Assim, desde a nutrição e da sexualidade até a mais abstrata expressão do pensamento, não há qualquer componente do ser social cujo concreto ser-precisamente-assim não seja determinado pelas circunstâncias sociais de sua gênese..¹³⁹

Mediante essas considerações Lukács afirma: “Isto e nada mais no diz a caracterização mais geral de ideologia”. Nesta determinação geral do ser, “se encontra a máxima concretude possível para o homem enquanto ente social, isto é, a sociabilidade universal do próprio homem e de todas as suas expressões vitais”¹⁴⁰. A determinação genética da ideologia torna-a um componente vital da cotidianidade, pois constantemente a cotidianidade coloca conflitos a resolver, enfrentados mediante formas ideológicas. Neste sentido, as ideologias são “os instrumentos pelos quais são conscientizados e enfrentados também os problemas que preenchem tal cotidianidade”¹⁴¹.

Lukács anuncia: “A ideologia é acima de tudo aquela forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a prática social dos homens consciente e operativa”¹⁴². As necessidades socialmente postas originam generalizações que servem para conscientização e continuidade da prática humano-social.

A determinação do cotidiano mais imediato do ser histórico-social sobre todas as expressões humanas trazem “como conseqüência que toda reação dos homens ao seu ambiente econômico-social pode, em determinadas circunstâncias tornar-se ideologia”¹⁴³. Assim, qualquer resposta que os homens venham a formular em relação aos problemas decorrentes do seu ambiente econômico-social pode tornar-se ideologia ao orientar a prática social, conscientizá-la e operacionalizá-la. De fato, a ideologia, em sentido amplo, se manifesta permanentemente na vida social, não é uma expressão circunscrita aos momentos de crise, nem aos conflitos de interesse entre os homens.

¹³⁹ Idem, *ibidem*, p.VI.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*, p.VI.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, p. III.

¹⁴² Idem, *ibidem*, p.III.

¹⁴³ Idem, *ibidem*, p.II.

Deste modo, a ideologia não é um atributo exclusivo de um determinado pensamento, mas uma possibilidade posta pelas circunstâncias histórico-sociais numa determinada sociedade. Uma possibilidade universal que assegura às reações humanas marcas de sua gênese no contexto da sociedade. Se estas marcas são visíveis ou não depende da função que desempenham neste mesmo contexto.

Estas considerações de Lukács revelam-se importantes para situar ontologicamente o problema da ideologia, mas colocam-se ainda em termos bastante gerais. Para torná-la mais precisa com relação aos complexos singulares ele formula a caracterização mais restrita de ideologia. A aceção mais restrita de ideologia, para Lukács, está ligada ao seu entendimento como instrumento de luta social. Logo que o conflito social se apresenta como problemática vital na realidade dos homens, as sociedades produzem concretamente instrumentos para a sua resolução na forma de ideologia. Lukács diz:

De fato, a ideologia é também, indissociavelmente do primeiro aspecto, um instrumento da luta social que caracteriza qualquer sociedade, pelo menos aquelas da 'pré-história' da humanidade.¹⁴⁴

Em momentos de crise econômico-social de determinadas formações sociais, surgem formas ideológicas de pensamento, ou de práticas sociais, como respostas necessárias à mediação dos conflitos de interesse entre os homens, que tomam dimensão significativa como conflitos de classe. Com frequência os teóricos da ideologia, sejam seus críticos ou defensores, costumam tratá-la apenas sob este aspecto de instrumento de luta social, "dado que consideram como sendo o único cunho do agir guiado pela ideologia, da sua fundação teórica e dos complexos que aparecem na luta ideológica"¹⁴⁵.

Lukács admite que este aspecto da ideologia é sua aceção restrita. Nas sociedades de classe os homens combatem os conflitos sociais por meios ideológicos, posto que este é um meio através do qual os homens tomam ciência dos conflitos e elaboram os instrumentos mais adequados para solucioná-los. Para Lukács,

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, p.III.

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*, p.III.

no caráter restrito da ideologia residem as origens do sentido pejorativo que esta adquiriu no curso dos acontecimentos sociais.

A inconciliabilidade fatural das ideologias no conflito entre si toma no curso da história as formas mais variadas; pode apresentar-se como interpretações de tradições, de convicções religiosas, de teorias e métodos científicos, etc., mas se trata sempre, antes de tudo, de instrumentos de luta; a questão a decidir é sempre um que fazer? social e a sua contraposição fatural é determinada pelo conteúdo social deste que fazer?.¹⁴⁶

Em suma, a acepção mais restrita de ideologia está ligada ao seu entendimento como instrumento de luta social. Logo que o conflito social se apresenta como problemática vital na realidade dos homens, as sociedades produzem concretamente, intrumentos para sua resolução na forma de ideologia. Lukács diz:

Segundo Marx, como vimos, esta consiste no fato de que os homens trazem à consciência e combatem os seus conflitos sociais, cuja base última é preciso procurar no desenvolvimento econômico.¹⁴⁷

Neste sentido, o surgimento da ideologia leva a supor conflitos sociais a serem resolvidos no âmbito primário da economia. Entretanto, toda sociedade produz formas ideológicas específicas cujo objetivo se dirige para mediar tais conflitos. Segundo o filósofo húngaro

os portadores ontológicos imediatos de qualquer atividade social, e por isso também dos conflitos, são os homens singulares. Na imediaticidade, portanto, todos os conflitos apresentam-se como contrastes de interesse entre indivíduos singulares, ou entre individualidades e grupos, ou ainda entre dois grupos.¹⁴⁸

Assim sendo estas são as condições que apresentam “o modelo generalíssimo da gênese da ideologia”¹⁴⁹. O conflito básico ao qual nos referimos se institui porque se formam grupos de indivíduos cujos interesses vitais apresentam convergências ou divergências entre si e entram em conflitos com interesses de outros grupos. Em última análise tais divergências têm raízes nas relações estabelecidas no campo da produção. Entretanto,

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, p.IV.

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*, p.IX.

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.IX.

estes conflitos podem ser dirimidos com eficácia na sociedade só quando os membros de um grupo logram persuadir a si mesmos que os seus interesses vitais coincidem com os interesses importantes da sociedade inteira, isto é, que todos aqueles que defendem estes interesses fazem ao mesmo tempo algo de útil para a sociedade inteira.¹⁵⁰

Desta forma, retomando as afirmações iniciais no início deste item, vale reafirmar que, para Lukács, os interesses que conduzem a conflitos entre os homens são socialmente determinados. Ao mesmo tempo “tais determinações podem se tornar o motor da práxis somente quando os homens singulares vivam estes interesses como seus próprios interesses, e tendam a afirmá-los no quadro das relações para eles vitais com os outros homens”.¹⁵¹

Em suma, a questão central no surgimento do fenômeno ideológico, em sua acepção restrita, é que sua gênese pressupõe a existência de sociedades onde grupos com interesses contrapostos tendem a impor seus interesses como correspondente aos interesses de toda a sociedade. Ou seja, retomando o que citamos no início deste item “o nascimento e a difusão da ideologia são o conato geral da sociedade de classe”¹⁵².

A sociedade de classe constitui a base e propicia os meios através dos quais a ideologia se constitui num importante instrumento de combate aos conflitos de interesses entre os homens. Portanto, a base sobre a qual se institui a ideologia no sentido restrito.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, p.IX.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*, p.X.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, p.X.

¹⁵² Idem, *ibidem*, p.X.

2.1. Ideologia e Função Social

Para o nosso autor essas três dimensões -- a ideologia tem suas determinações concretas no cotidiano mais imediato, serve para tornar a prática humana consciente e operativa e se dirige para dominar conflitos -- articulam-se à noção ontológico-prática de ideologia como função social. Assim, percorrendo o caminho desta concepção Lukács afirma que resulta numa distorção interpretar o conceito de ideologia como “elucubração arbitrária de pessoas singulares”¹⁵³, pois,

antes de mais nada: enquanto um pensamento permanece simplesmente o produto ou a expressão ideal de um indivíduo, não importa o valor ou desvalor que possa conter, não pode ser considerado uma ideologia. Nem mesmo uma difusão social mais ampla atinge o ponto de transformar um complexo de pensamento diretamente em ideologia.¹⁵⁴

Do mesmo modo, uma opinião correta ou falsa, uma teoria científica ou uma hipótese, por si mesmas, não podem ser consideradas ideologia, podem somente tornar-se ideologia em determinadas circunstâncias, no curso de acontecimentos, quase sempre permeados por muitas mediações. Ilustrando suas afirmações Lukács exemplifica:

A astronomia heliocêntrica ou a doutrina evolucionista no campo da vida orgânica são teorias científicas, deixando de lado sua correção ou falsidade, e nem isso enquanto tais, nem o repúdio ou o acolhimento delas constituem em si ideologia. “Somente quando Galileu ou Darwin em seus confrontos, as tomadas de posição devieram instrumento de luta nos conflitos sociais, elas, em tal contexto - operaram como ideologias.”¹⁵⁵

Deste modo, a história contém exemplos de pensamentos científicos que, em circunstâncias determinadas operaram como ideologia, mas isso não decorre da correção ou da falsidade das idéias neles contidas.

¹⁵³ Idem, *ibidem*, p.I.

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*, p.I.

¹⁵⁵ Idem, *ibidem*, p.V.

É verdadeiro, segundo o autor “ que a imensa maioria das ideologias se funda em premissas que não resistem a uma crítica gnosiológica rigorosa,[...]. Mas isto significa que estamos falando da crítica da falsa consciência”. Lukács prossegue sua argumentação: “em primeiro lugar, são muitas as formulações da falsa consciência que nunca se tornaram ideologia”; mais adiante “em segundo lugar, aquilo que se torna ideologia não é de modo algum necessariamente idêntico à falsa consciência”. Por conseqüência “a mais pura verdade objetiva pode ser usada para dirimir conflitos sociais e, portanto, como ideologia”. Deste modo o critério gnosiológico pode servir para qualificar um pensamento com falso ou verdadeiro, mas não é critério para identificar se este pensamento é ou não uma ideologia.

A concepção de ideologia para Lukács também não se sustenta em critérios morais, “na imediaticidade não entram em questão nem os aspectos morais (convicção sincera ou demagogia cínica, etc.) como critérios para estabelecer o que é ideologia.”¹⁵⁶ Independente da qualidade moral de um pensamento “ele pode adquirir uma força de embate prático-imediate tão grande que pode parecer o meio mais eficaz para dirimir uma crise”¹⁵⁷. De maneira que, também o critério moral, tomado isoladamente, não basta para qualificar um pensamento como ideologia. Lukács coloca ainda, que nem mesmo

uma difusão social mais ampla atinge o ponto de transformar um complexo de pensamento diretamente em ideologia. Para que isso ocorra é necessária uma função social bem determinada.¹⁵⁸

O decisivo, para Lukács, é que os pensamentos “somente depois de terem se tornado veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam estes, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade é que são ideologia”.¹⁵⁹ Assim, a concepção de ideologia em Lukács está intimamente articulada à função social que um pensamento exerce no âmbito dos conflitos sociais.

A identificação de um pensamento como ideologia se apóia no critério ontológico-prático, pelo exame da função que este pensamento, ou prática social,

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*, p.XLIX.

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*. p.XLIX.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. I.

desempenha na vida cotidiana efetiva. Seu caráter está vinculado a origem no *hic et nunc* do ser-precisamente-assim histórico-social e à função que exerce junto às reações humanas ao ambiente econômico-social.

Os problemas gerados com a reação dos homens ao ambiente econômico-social podem até ter como mediações processos levantados e resolvidos por meios científicos. Isto não invalida que o campo de possibilidades de sua resolução, assim como de sua existência, “possa surgir justamente na sua específica peculiaridade apenas sobre o *hic et nunc* de seu ser-precisamente-assim”¹⁶⁰. Novamente Lukács reafirma o caráter da ideologia como função social que surge e atua no cotidiano mais imediato do ser social em seu desenvolvimento imanente.

Logo em seguida nosso pensador coloca: “O pensamento científico se transforma, pois, em ideologia pela ação que exerce sobre o mesmo *hic et nunc*”¹⁶¹. A intencionalidade do sujeito não deixa de ter uma participação nesse processo, mas, por si, é uma determinação insuficiente para a transformação de um pensamento em ideologia. No acontecer dessa transformação operam inúmeras mediações e deve ocorrer mesmo que a mudança se verifique somente no movimento dessas múltiplas mediações.

Em suma, um pensamento, ou uma prática social, torna-se ideologia quando exerce efetivamente uma função nos conflitos humano-sociais e esta função consiste em ser veículo de conscientização e prévia ideação da prática social dos homens. O cotidiano mais imediato é o solo no qual as ideologias surgem e têm seu campo de operações.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. V.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. VI.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*, p. VI.

3. Individualidades sociais e Ideologia

Nas palavras de Lukács a compreensão do caráter amplo ou do caráter restrito da ideologia, somente se efetiva no complexo no qual a ideologia surge e opera. Ou seja, “no quadro de seu funcionamento dentro da totalidade do mesmo complexo”¹⁶². Em seguida o autor expõe que esta totalidade “é a sociedade de um dado período, enquanto complexo contraditório que, na práxis dos homens, constitui o objeto e ao mesmo tempo a única base real do seu agir”¹⁶³. Esses dois aspectos -- constituir-se na base de existência da ideologia e, ao mesmo tempo, em objeto de ação ideológica dos homens -- formam, para o autor, uma unidade incindível, que somente operam de modo autônomo devido à diversidade de suas funções no interior desta mesma sociedade.

O conteúdo da posição teleológica na ideologia exprime, ao mesmo tempo, essa unidade e diversidade das funções práticas no interior da totalidade social. Decorre daí que “o homem age em uma determinada situação concreta e deve ter como escopo a mudança desta”.¹⁶⁴ Mudança que, compreendida em termos muito gerais, implica também a conservação do *status quo*. Além do mais, segundo Lukács, a intenção de defender o *status quo* só pode surgir como objeto de uma posição teleológica quando se imagina que ele se encontra, interna ou externamente, sob ameaça de uma possível mudança. Textualmente Lukács comenta:

Mesmo que tal situação seja apresentada aqui em termos gerais, é evidente que a ameaça ao *status quo* é possível de imediato só através de ação dos homens, e que, por isso, as posições teleológicas chamadas à vida para defendê-lo visam operar sobre os homens, isto é, pertencem àquele tipo de posição de que já nos ocupamos na nossa crítica dos ídola.¹⁶⁵

Neste sentido, as ideologias como posições teleológicas que agem sobre outros homens medeiam conflitos situados na relação entre os indivíduos, como expressão

¹⁶² Idem, *ibidem*, p. III.

¹⁶³ Idem, *ibidem*, p. III.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. III.

mínima da totalidade social, e esta mesma totalidade. No tratamento da ideologia Lukács se detém sobre a problemática das individualidades. Inicia a exposição desse tema colocando:

como todas as categorias sociais importantes, a objetivação e a alienação têm um duplo caráter: de um lado, encaminham todas as expressões vitais em sentido universal e, portanto, generalizante; de outro constituem-se na sua singularidade social específica.¹⁶⁶

Todos os seres e todos os processos têm como característica ontológica geral a singularidade. Assim, o homem, enquanto ente, é também portador dessa propriedade do ser, constituindo-se um ente singular sob vários aspectos. Biologicamente essa singularidade pode ser imediatamente visível por exemplo, as impressões digitais de uma pessoa é diversa de qualquer uma outra.

A singularidade social é, ao contrário, uma forma sintética, complexa, na qual se exprime aquela unidade pessoal que regula a peculiaridade das posições teleológicas e das reações às posições dos outros. A unidade da pessoa tem, por isso, um duplo caráter objetivo, indissoluvelmente unitário.¹⁶⁷

A singularidade da pessoa se revela na maneira como ela reage frente às alternativas que a vida lhe apresenta, mediante às quais toma uma determinada decisão. Neste sentido as reflexões que antecedem essas decisões são significativas para a compreensão de sua singularidade específica mas, decisivamente, “é na cadeia das escolhas-decisões de sua vida que se exprime a verdadeira essência da singularidade social, o caráter pessoal do homem”¹⁶⁸.

O segundo aspecto desse duplo caráter objetivo dos indivíduos sociais é que “todas as alternativas entre as quais o homem toma as suas decisões são produtos daquele *hic et nunc* no qual ele deve viver e agir”¹⁶⁹. Ou seja, as decisões dos indivíduos são determinadas pelo cotidiano mais imediato da vida social. Neste sentido não pode ser uma escolha puramente subjetiva de um ser isolado.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. IV.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, p.VII.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*, p.VII.

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*, p.VII.

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*, p.VII.

Continuando sua reflexão Lukács complementa: “também o campo das possíveis respostas reais a qualquer dessas questões é, concretamente, socialmente determinado. O homem, portanto, é pessoa enquanto ele mesmo realiza a escolha entre estas possibilidades.”¹⁷⁰. Sem dúvida que uma pessoa, por sua originalidade, pode até encontrar respostas diferentes dos seus contemporâneos, mas isso também compõe o campo de possibilidades socialmente postas.

Assim, a personalidade humana se constitui numa síntese da relação entre indivíduo e sociedade, onde os indivíduos reagem aos desafios que a vida lhes apresenta e elaboram respostas com base na escolha entre as alternativas efetivamente existentes. De modo nenhum as personalidades podem ser consideradas isoladamente, o homem independente da sociedade não passa de pura abstração, “podemos afirmar que ser pessoa, realizar uma atividade pessoal e reagir adequadamente ao ser-precisamente-assim histórico-social, são dois lados coligados do mesmo complexo”¹⁷¹.

Aqui adquire significado a reflexão de Marx citada por Lukács. “Marx disse com justeza: a riqueza espiritual real do indivíduo depende da riqueza de suas relações reais”¹⁷². É no contexto dessas relações que se constroem as individualidades. E Lukács não tem dúvida em afirmar contra certos preconceitos que, na interação indivíduo e totalidade, a contribuição dos indivíduos para o desenvolvimento social é tanto maior quanto mais desenvolvida é a sua personalidade.

De modo que, para Lukács a individuação é um processo rigorosamente social, resultante do desenvolvimento da sociabilidade. Ela é um fato relativamente novo no contexto das sociedades, pois, a rigor, as individualidades só emergem efetivamente no interior da relações sociais puras e, para Lukács, a primeira relação puramente social é o capitalismo. Segundo o nosso autor, com o capitalismo cria-se uma situação em que a polaridade entre indivíduo e sociedade aparece pela primeira vez, de forma explícita, na consciência dos homens.

¹⁷⁰ Idem, *ibidem*, p.VII.

¹⁷¹ Idem, *ibidem*, p.VIII.

¹⁷² Idem, *ibidem*, p.VIII.

A nova situação social, em termos objetivos e também nos aspectos fenomênicos que se desdobram no plano da consciência, “é um efeito necessário do nascimento do capitalismo e do processo que leva este último ao poder e, por isso, é traduzida em realidade somente pela grande revolução francesa”.¹⁷³ Essa revolução não só põe em movimento as forças sociais necessárias ao desenvolvimento da economia na nova sociabilidade, como também “proclama a unidade do homem como *homo economicus* já existente na teoria e na prática”.¹⁷⁴ Conforme Lukács:

A revolução política[...] rompeu a sociedade civil nas suas simples partes constitutivas, de um lado os indivíduos, de outro, os elementos materiais e espirituais que constituem o conteúdo da vida, a situação civil destes indivíduos.¹⁷⁵

A inter-relação individualidade e sociedade aparece fracionada na consciência dos homens como “dualismo entre *citoyen* e *homme (bourgeois)* presente em cada membro da nova sociedade”¹⁷⁶. Daí advém uma constelação de problemas contidos já nas teses do jovem Marx que, em sua época elabora uma crítica à forma pela qual a esfera do *citoyen* é degradada em relação ao *bourgeois*.

Nosso autor concorda com Marx, levando adiante o ponto de vista de que as generalizações nas quais o indivíduo surge como objeto social desligado da totalidade social são expressões estranhadas do fracionamento do homem na referida sociedade. Ou seja, refletem os estranhamentos efetivamente existentes na prática social, onde o particular se sobrepõe ao universal.

Para Lukács o decisivo é que, como todo e qualquer complexo social, a singularidade social guarda certa autonomia e certa peculiaridade em relação ao complexo social enquanto totalidade; ao mesmo tempo, somente se desenvolve na constante interação com essa mesma totalidade social. Nessa interação a muda singularidade do homem, nos seus traços puramente biológicos, é superada mediante

¹⁷³ Lukács, G. “A Reprodução”. op. cit. p. CLI.

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. CLIII.

¹⁷⁵ Marx, K. Apud Lukács, G. “O Problema da Ideologia”, op. cit. p. LVII

¹⁷⁶ Lukács, G. “A Reprodução”, op. cit. p. CLII.

um processo contraditório e desigual, por uma singularidade genérica histórico-social sem, contudo, jamais perder os vínculos com os traços naturais.

Com o desenvolvimento da sociabilidade o ser-para-si da singularidade do homem se conecta à sua existência como membro de uma sociedade. Assim sendo, o desenvolvimento social pressupõe o desenvolvimento dos indivíduos singulares. Por um lado, se eles são a síntese dos elementos biológicos e sociais necessários à reprodução da autêntica individualidade, simultaneamente constituem a base da reprodução do ser social como um todo.

Do mesmo modo que como ocorre com a sociabilidade, o processo de desenvolvimento da individualidade humana com vistas ao ser humano genérico tem vínculo com o trabalho, conforme diz Lukács.

De fato, a intencionalidade originária da posição teleológica do trabalho é imediatamente dirigida à satisfação da necessidade. Somente no contexto social objetivo o processo e o produto do trabalho sofrem uma generalização que ultrapassa o indivíduo singular e que, todavia, é ligada à práxis, e mediante esta, ao ser do homem: exatamente à generalidade.¹⁷⁷

Na comunidade humana reúnem-se elementos como trabalho, divisão do trabalho e suas conseqüências e somente aí a apenas muda singularidade do homem tende a diminuir. Mediante a consciência decorrente de sua práxis, o indivíduo se torna membro do gênero, inicialmente idêntico, em tudo, à própria comunidade que o põe.

O elemento novo, decisivo, é que o pertencer ao gênero, ainda que normalmente surja por via natural -- mediante o nascimento -- é todavia formado e se torna consciente através de uma prática conscientemente social, através da educação (no seu sentido mais lato), e que, além disso, tal pertencer produz, com a língua comum, um órgão próprio criado socialmente, etc.¹⁷⁸

Segundo Lukács, quanto mais a sociedade se desenvolve tanto mais o pertencer dos indivíduos à sociedade é menos determinado pelas razões naturais do seu nascimento. No aspecto que nos interessa, a sociabilidade produz condições para que as posições teleológicas secundárias via educação, via linguagem, atuem mais decisivamente sobre a constituição dos indivíduos. Em conseqüência, esse mesmo

¹⁷⁷ Idem *ibidem*, p.CLXXII.

desenvolvimento faz com que as decisões alternativas em determinados tipos de práxis “se centralizem cada vez mais sobre a consciência do eu dos indivíduos que devem agir”¹⁷⁹. Está claramente definido, porém, que as raízes dessas decisões não se encontram no desenvolvimento imanente aos próprios indivíduos e sim, na elevação crescentemente social dos processos de sociabilização.

As ações dos indivíduos, em qualquer situação, têm por base uma alternativa, introjetada no seu ser como individualidade social. Sobre este aspecto Lessa comenta que:

Por ser o indivíduo um pólo tão real do processo de sociabilização quanto a totalidade social, a alternativa é a mediação que articula a peculiaridade e a relativa autonomia de cada processo de individuação com a totalidade social da qual é partícipe. E, por outro lado e ao mesmo tempo, a alternativa é mediação real pela qual a situação histórico-concreta põe aos indivíduos necessidades e possibilidades para o seu desenvolvimento enquanto individualidade¹⁸⁰.

Essa importância tão decisiva da escolha entre alternativas na relação entre indivíduo e o ser social se manifesta à consciência dos indivíduos na forma de conflito. Pois, “toda decisão singular prática contém em si, ao mesmo tempo, elementos e tendências da mera particularidade, da simples singularidade apenas existente em si, e aqueles da generidade”¹⁸¹.

Com o trabalho o homem busca responder a necessidades particulares como a fome, o frio, a preservação física, etc. Porém, tal atividade impulsiona o indivíduo para além de si mesmo, contém elementos que o incluem como partícipe de uma comunidade genérica. Neste sentido, o homem que trabalha deve escolher entre seus interesses particulares e os interesses humanos genéricos.

A dupla determinação do processo objetivação/alienação, que impulsiona por um lado à generalidade e por outro à individuação, se faz presente de forma crescente desde a vida cotidiana até as máximas objetivações do ser social, permanentemente perpassadas pela tensão entre elementos que dizem respeito a interesses genéricos e

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*, p.CLXXIII.

¹⁷⁹ Idem, *ibidem*, p.CLXXIII.

¹⁸⁰ Lessa, S. Estudo Sobre a Categoria do Estranhamento, versão 2, p.5-6, (mimeo).

¹⁸¹ Lukács, G. A Reprodução”, op.cit, p. CLXXIV.

particulares, expressos na consciência dos homens que agem socialmente. Por sua vez, referindo-se à totalidade social, Lukács afirma:

Nesta aparece aquilo que se deve entender por ideologia no sentido mais lato do termo, isto quer dizer que a vida de todos os homens e, portanto, todas as suas atividades, sejam elas práticas, intelectuais, artísticas, etc., são determinadas por aquele ser social no qual o indivíduo em questão vive e opera¹⁸².

Esta noção fundamental a qualquer ciência da sociedade encontra, segundo Lukács, correspondência na afirmação de Marx: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência”¹⁸³. Consciência humana e ser social encontram-se em determinação reflexiva como práxis humana. Nas formulações de Lukács com relação ao surgimento das ideologias em sociedades singulares, fica esclarecido que é

esta totalidade, o seu grau de desenvolvimento, os problemas evolutivos que dela derivam para o homem -- já definido por nós anteriormente como um ser que responde -- que colocam em movimento aquelas reações que eventualmente se põem como ideologia..¹⁸⁴

Em suma, os portadores imediatos dos atos conscientes e, portanto, dos conflitos socialmente postos, são os indivíduos singulares. Deste modo as ideologias, enquanto posições teleológicas secundárias, agem sobre os indivíduos e grupos humanos, visando a conservação ou a mudança do *status quo*.

As formulações de Lukács sobre o fenômeno ideológico se põem na dimensão de demonstrar que a ideologia, bem determinada e compreendida, apresenta uma caracterização mais ampla do que os limites vulgarmente atribuídos a ela, como manifestação fenomênica de momentos de crise, circunscrita aos conflitos de classe.

Do ponto de vista ontológico, a realidade cotidiana produz situações de conflito que requerem dos homens respostas, tomadas de decisão e estas são respaldadas em produtos espirituais expressos sob as mais diversas formas: costumes, valores morais, visões de mundo, convicções religiosas, formulações científicas etc. O

¹⁸² Lukács, G. “O Problema da Ideologia”, op.cit. p.VIII.

¹⁸³ Idem, *ibidem*, p.VIII-IX.

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. V.

desenvolvimento do ser social gestou complexos ideológicos que respondem a necessidades da totalidade social, desempenhando importante função na reprodução da sociedade e dos indivíduos.

A realidade social é determinação fundamental no surgimento do conflito e também das possíveis respostas para sua resolução. Nisto consiste o significado amplo da ideologia, ideologia e existência social expressam-se como realidades inseparáveis. Em qualquer nível de desenvolvimento o ser social apresenta problemas a resolver e são elaboradas respostas para sua resolução. Neste processo social surge e opera o fenômeno ideológico.

A ideologia é uma função social e não uma qualidade fixa de um pensamento ou de uma ação. O caráter ontológico prático da ideologia como função é tornar a prática humana consciente e operativa. Aliado ao aspecto amplo, a ideologia é, também, um instrumento de luta social com função nos conflitos de classe.

Como resultado desta nossa pesquisa sobre as categorias do trabalho e da ideologia, consideramos conclusivo que, segundo Lukács, no interior do ser social se fazem presentes posições teleológicas de tipos diversos. As posições teleológicas primárias compreendidas como trabalho, no preciso sentido do termo, fazem a interação teleologia e causalidade com o fim de transformar objetos materiais em causalidade posta.

Por sua vez, as posições teleológicas secundárias, medeiam as relações entre os indivíduos e, entre estes e a sociedade. Visam ao comportamento social dos indivíduos com a finalidade de conduzi-los a tomar decisões, que possibilitem realizar uma posição desejada. Com isso, as posições teleológicas secundárias põem em movimento outras posições teleológicas, constituindo-se em meios através dos quais indivíduo e sociedade processam o movimento de reprodução social. Por todos os conteúdos expostos nesta nossa dissertação, podemos perceber que o solo ontológico a partir do qual se consubstancia a prática do Serviço Social só pode ser a posição teleológica secundária.

1. Considerações Preliminares

Nos capítulos anteriores nos debruçamos sobre as categorias do trabalho e da ideologia conforme as apreende Georg Lukács. Isto nos permitiu ter uma noção clara do processo de trabalho em seus nexos ontológicos mais decisivos, como também precisar que,

uma atividade tão universal como o trabalho se relaciona no sentido verdadeiro, somente com a troca orgânica com a natureza. Nem mesmo o progresso da técnica elimina esta sua característica ontológica, já que de tal perspectiva não muda nada o fato do trabalho ser manual ou mecânico(até automatizado), que a sua intenção se dirija diretamente a fenômenos naturais concretos ou à utilização de legalidades naturais¹⁸⁵.

Ao mesmo tempo, com essa investigação apreendemos que, enquanto posição teleológica primária, o trabalho contém a possibilidade de encaminhar um processo evolutivo no ser social, pelo qual a reprodução dos indivíduos, da sociabilidade e da fala tendem a tornar-se cada vez mais sociais. Essa dinâmica só encontra freios na própria estrutura criada pelos homens, que retroage sobre os indivíduos e sobre a sociedade. A troca orgânica com a natureza dá origem a novas posições teleológicas, possibilitando a constituição de complexos sociais parciais, que tendem a tornar a relação entre o homem e a natureza cada vez mais socialmente mediada.

Por isso, com o desenvolvimento social criam-se certos complexos sociais parciais, formados de posições teleológicas secundárias, que só muito mediadamente se destinam à troca orgânica com a natureza. Sua finalidade precípua, em termos gerais e abstratos, é agir sobre a consciência dos homens, consciência entendida no sentido concreto, como aquela que regula as ações práticas do indivíduo na vida

¹⁸⁵ Lukács, G. “A Reprodução”. op. cit. p.LXXXVIII.

cotidiana. Estes complexos fenomênicos visam a conservação ou a transformação do ser social ou de parte dele.

Este segundo tipo de posição teleológica é a base da ideologia, um momento do ser social que se destina a mediar as relações entre os homens em resposta aos conflitos humano-sociais. Em Lukács, esses conflitos se referem a um variado campo de problemas que vão desde a resolução de problemas decisivos para um determinado momento histórico-social, até aqueles que os indivíduos enfrentam no seu cotidiano.

A ideologia tem por base os valores, entendidos como partes moventes e movidas da totalidade do desenvolvimento social. Em Lukács, no sentido amplo a ideologia está presente em toda ação humana e é o instrumento pelo qual os homens tomam consciência dos seus problemas e criam os meios para solucioná-los. Em termos restritos, e indissociável do primeiro aspecto, as ideologias específicas se voltam ao campo de luta social, que diz respeito aos interesses de classe. De um modo geral as ideologias compõem a superestrutura ideal originada no plano econômico, que exerce uma função nos conflitos, em relação ao devir homem do homem. A nosso ver, é nesta esfera que se localiza a prática dos Assistentes sociais.

Posição diversa desta nossa pode ser encontrada na Concepção de Serviço Social contida no item 3.1.3 -- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional -- do documento Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social, no qual se encontra a seguinte afirmativa:

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do serviço social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social.¹⁸⁶

Pelo exposto na afirmativa acima sobre o Serviço Social como processo de trabalho, a profissionalização do Serviço Social consiste numa especialização do trabalho e a prática profissional, na realização de um processo de trabalho que tem

como objeto as múltiplas expressões da questão social. Evidencia-se logo de imediato, no texto Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que o processo de trabalho é aqui compreendido como uma ação sobre um objeto de natureza puramente social, pois as expressões da questão social dizem respeito à relação entre os homens, aos problemas postos pela sociedade e às possíveis respostas elaboradas por esta mesma sociedade aos problemas existentes.

Logo em seguida o mesmo texto coloca:

Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria-prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho -- instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ideológicas e econômicas¹⁸⁷.

Aqui a argumentação, ao apreender o fazer profissional como trabalho, define que os fins e os meios da atividade profissional assim como sua ação transformadora sobre um objeto ou matéria-prima corresponde àquelas próprias a todo e qualquer processo de trabalho. Assim sendo, como o trabalho, conforme coloca Lukács em afirmação citada no início desta nossa análise, “se relaciona no sentido verdadeiro, somente com a troca orgânica com a natureza.[...] não muda nada o fato do trabalho ser manual ou mecânico(até automatizado), que a sua intenção se dirija diretamente a fenômenos naturais concretos ou à utilização de legalidades naturais”, subentende-se que a intenção da atividade profissional dirige-se a fenômenos naturais concretos ou à utilização de legalidades naturais.

Entretanto, se a matéria-prima do trabalho profissional é a questão social, como a atividade profissional pode dirigir-se a fenômenos naturais concretos? Em outras palavras, como pode caracterizar-se como posição teleológica primária se

¹⁸⁶ Cf. “Núcleo de fundamentos do trabalho profissional”. In “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8. Nov. 1996)”. Cadernos Abess n.7, Cortez, p.66.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 66.

tem como objeto de sua atividade a questão social, que é um objeto puramente social? A matéria-prima do processo de trabalho tem uma natureza essencial diferente dos objetos puramente sociais. Portanto, objeto, meio e fins no trabalho são também de uma qualidade distinta daquela requerida pelo processo desencadeado frente aos objetos sociais, cujo fim são modificações que dizem respeito aos homens e suas relações.

Queremos demonstrar que, na Concepção de Serviço social como Processo de Trabalho exposta no Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, existe uma imprecisão quanto a relacionar processo de trabalho ao processo desencadeado pela atividade profissional do Serviço Social. As colocações contidas no texto em referência indicam que, no âmbito do serviço social, operam posições teleológicas muito divergentes em relação ao processo de trabalho propriamente dito, pois a “matéria prima” da ação profissional é de natureza exclusivamente social.

A nosso ver, tomando como base o pensamento de Lukács, o que os assistentes sociais denominam de processo de trabalho no texto em análise, na realidade trata-se de processos pertinentes aos complexos em que operam posições teleológicas secundárias. Em seguida procuraremos reunir argumentos que permitam reiterar esta nossa afirmação.

2. Serviço Social e Especialização Profissional

Em princípio queremos salientar o entendimento da profissionalização do Serviço Social como especialização do trabalho, como um aspecto bastante consistente no texto em análise, considerando que, certamente, a divisão do trabalho é o ato gerador das profissões. Contudo, a questão é se o fato de o Serviço Social resultar de uma especialização do trabalho faz desta atividade profissional um processo de trabalho,

nos termos que propõe a Concepção de Serviço Social contida no Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

A criação de um estrato de especialistas aos quais a sociedade atribui uma função social nos contexto das relações sociais é uma decorrência da reprodução do ser social, resultante da divisão social do trabalho. Segundo Lukács,

isso vem à luz na própria divisão do trabalho[...]. Quando esta permanente necessidade social de regular os problemas, que surgem na reprodução da vida se reproduz simultaneamente ao processo de reprodução, este tipo de atividade torna-se socialmente necessária, o que se exprime no fato de que indivíduos singulares ou grupos inteiros podem fazer dela uma ocupação específica da qual vivem.¹⁸⁸

Originalmente “a divisão do trabalho é baseada nas diferenças biológicas das pessoas que formavam o grupo humano”¹⁸⁹. Mas, com o recuo das barreiras naturais os momentos de sociabilidade se sobrepõem aos naturais, de modo que os momentos biológicos passam a ocupar um papel cada vez mais secundário nesta divisão. A divisão do trabalho se constitui num longo processo, extremamente diferenciado, que impulsiona a reprodução social a patamares cada vez mais genéricos de sociabilidade.

Como conseqüência da divisão do trabalho surgem ações e relações puramente sociais. Os atos que visam suscitar nas pessoas a vontade de agir e se fazem presentes, requerendo um certo conhecimento dos indivíduos e dos comportamentos, tem um caráter social. “Os valores que neste ponto surgem, como o conhecimento dos homens, a arte de persuadir, a engenhosidade, a astúcia, etc., alargam, por sua vez, o círculo de valores e de valorações (que são sociais em grau de pureza cada vez mais elevado)”¹⁹⁰.

Segundo Lukács, a divisão técnica do trabalho “que nos estágios evoluídos se afirma com evidência cada vez maior, se desenvolveu daquela divisão social e que, portanto, admitindo todas as interações existentes -- é antes de tudo um efeito, não uma causa”¹⁹¹. Assim, a divisão técnica do trabalho resulta da dinâmica espontânea

¹⁸⁸ Lukács, G. “O Problema da Ideologia”, op. cit. p. XXXVIII.

¹⁸⁹ Lukács, G. “A Reprodução”. op. cit. p.V

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. VI.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*, p.VI.

do complexo da divisão social originária, no qual os momentos sociais se sobrepõem crescentemente aos momentos naturais.

Ainda conforme este pensador, em termos precisos a “divisão do trabalho começa quando as ocupações singulares se autonomizam em profissões”¹⁹². A premissa social para que as diferentes profissões possam se constituir decorre de que, em todos os campos do trabalho, qualquer pessoa para se reproduzir possa adquirir os produtos de que necessita sem que precise produzi-los por si mesma. Ou seja, que os diversos setores do trabalho, produzam em valor de uso, além daquilo que é necessário para assegurar a reprodução dos produtores envolvidos no processo e, ao mesmo tempo, que estes tenham necessidade de bens que não podem produzir com o seu próprio trabalho.

Estes dois fatos indicam que no interior da comunidade a divisão do trabalho chegou a um determinado nível; revelam, de fato, que finalmente determinadas pessoas se especializaram em determinados trabalhos, e isto implica inevitavelmente que outros devem executar os trabalhos necessários para conservar e reproduzir-lhes a vida.¹⁹³

Essas relações existem já bastante cedo em pequenas vilas e permanecem mesmo em momentos mais socialmente evoluídos. O desenvolvimento espontâneo da divisão do trabalho é concomitante com a criação do valor de uso e sua acentuada caracterização como valor de troca enquanto categoria social pura. Está também associado ao movimento de criação do mercado e de constituição das forças produtivas que se dá com a reprodução do ser social. Diz Lukács:

Estamos pensando, antes de tudo, em dois complexos que diferenciam fortemente a sociedade originalmente unitária: a divisão entre trabalho intelectual e físico e a divisão entre cidade e campo, os quais, porém, se cruzam continuamente com a geração das classes e dos antagonismos de classe.¹⁹⁴

Não temos nenhuma pretensão de descrever o processo e os tantos desdobramentos que se realizam com este importante problema da reprodução.

¹⁹² Idem, *ibidem*. p. VII.

¹⁹³ Idem, *ibidem*, p. VIII

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. XXVI.

Iremos nos dedicar somente aos aspectos que interessam ao nosso problema, que consiste em identificar se o fato de uma profissão resultar da divisão do trabalho a torna um processo de trabalho.

Uma vez que o ser social se torna cada vez mais social, promove no interior desse movimento um duplo processo: a integração das comunidades humanas singulares em direção a um gênero humano não mais mudo, simultaneamente à constituição de individualidades humanas cada vez mais sociais. Assim sendo, as necessidades do ser social não só se multiplicam como também se tornam mais sofisticadas. Ao mesmo tempo:

À medida em que progride, descobrindo e realizando coisas novas, novas necessidades, novos caminhos para satisfazê-las, o processo de trabalho provoca na sociedade, juntamente à própria difusão e aperfeiçoamento crescentes, uma divisão de trabalho não simplesmente técnica, mas também social.¹⁹⁵

Para Lukács a divisão do trabalho na manufatura já significa uma substancial mudança nas posições teleológicas do trabalho, considerando que a posição teleológica se desloca para quem dirige a produção, ao mesmo tempo que, aos indivíduos, competem simplesmente posições repetitivas e rotineiras. Mas, “é com a máquina que se inicia a verdadeira divisão do trabalho determinada pela tecnologia”.¹⁹⁶ Pois,

a máquina desantrapomorfiza o processo de trabalho, este passa por um crescimento qualitativo em direção à sociabilidade: a tarefa dos homens se restringe cada vez mais e consiste ‘no vigiar com o olho e corrigir com a mão os erros’. As posições teleológicas dos indivíduos singulares se tornam, portanto, simples componentes de um processo teleológico global socialmente colocado em movimento.¹⁹⁷

A trajetória social que possibilita tal divisão se mostra como efeito do desenvolvimento das forças produtivas, por sua vez, constituindo o ponto de partida para seu desenvolvimento posterior. No imediato, a divisão do trabalho deriva das posições teleológicas dos indivíduos e, no entanto põe-se frente a estes como força social que determina o seu ser e com os quais os indivíduos se confrontam.

¹⁹⁵ Idem, *ibidem*, p.XXV .

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*, p.VII

Enquanto consequência geral deste desenvolvimento, a sociabilidade se revela também pelo fato que as posições, à priori puramente sociais, que não são dirigidas diretamente à troca orgânica com a natureza, mas ao contrário tencionam influir sobre outros homens a fim de que eles realizem por si as posições teleológicas singulares desejadas, aumentem tanto de número como de peso.¹⁹⁸

Isto está de acordo com as considerações de Lukács quanto à trajetória que conduz à divisão entre trabalho físico e intelectual presente originalmente na primeira divisão do trabalho. No capítulo anterior pudemos verificar que a divisão do trabalho, desde sua forma mais incipiente realizada através da cooperação, já coloca tarefas diferenciadas para os indivíduos, permitindo o desenvolvimento do complexo da reprodução social.

A execução do trabalho, seja no plano individual ou no plano coletivo, exige o controle dos afetos, responsável pelo estabelecimento de normas de comportamento grupal e individual. Aí se originam posições teleológicas geradoras também de atividades que, sem se dirigirem diretamente aos fenômenos da legalidade natural, mais tarde se tornam meios de vida para certos grupos. Atividades ligadas à educação, à linguagem, ao estabelecimento de normas sociais e controle dos comportamentos com base em valores. Diz o nosso autor:

Quanto mais se desenvolve o trabalho, e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomas se tornam as formas de posições teleológicas do segundo tipo, e tanto mais podem se desenvolver em um complexo por si da divisão do trabalho.¹⁹⁹

A divisão entre cidade e campo acaba por potencializar a separação entre divisão intelectual e física do trabalho. Na cidade, até as funções mais simples da vida são mediadas socialmente. Observemos, como sinaliza Lukács, que mesmo a existência de estruturas naturais como um jardim, um parque etc., tem ligações mais predominantemente com as ações sociais do que com as naturais.

Quanto mais as cidades se desenvolvem, mais se autonomizam, em termos relativos, frente às atividades do campo como a agricultura, firmando-se nas atividades industriais e comerciais. Neste sentido a humanidade vai se distanciando daquela

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*, p.CCXIV

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*, p.CCXIV

situação em que a atividade do trabalho, vinculada à troca orgânica com a natureza, comprometia completamente o trabalho de todos os indivíduos.

A base desse processo é o desenvolvimento econômico considerado na sua totalidade dinâmica desdobrada. A objetividade do valor econômico se funda na essência do trabalho enquanto satisfação da necessidade de reprodução material da vida humana, ou seja, no valor de uso do produto do trabalho, mas a realidade objetiva do seu caráter de valor vai além deste nexos elementar. O valor adquire dimensão cada vez mais abstrata “na medida em que o valor de troca, sempre mediado, elevado à universalidade e em si mesmo contraditório, assume a função de guia nas relações sociais entre os homens”²⁰⁰. Assim, a própria satisfação da necessidade põe em movimento no homem que o realiza uma intenção voltada para um desenvolvimento no qual o próprio homem constitui a essência real.

A sociabilidade desenvolvida da produção resulta num sistema imanente, que repousa em si mesmo, fechado em si mesmo, com respeito ao econômico, no qual uma práxis real só é possível na medida em que esteja orientada para finalidades econômicas iminentes e para a correlativa busca dos meios.²⁰¹

Este comportamento necessário imediato do homem, presente onde a produção se tornou social, segundo Lukács, não deve obscurecer que todo ato econômico se realiza mediante uma intenção ontologicamente imanente, voltada para a humanização do homem no sentido mais amplo do termo.

As posições de valor tanto do tipo primária como secundária estão entrelaçadas de modos diversos no interior da esfera econômica mais desenvolvida. Neste complexo as posições referentes ao valor de uso, ou seja, aquelas próprias do trabalho, também sofrem modificações, mas não perdem sua essência originária, no sentido de responder a necessidades de reprodução da vida.

Quanto às outras esferas do ser social, estão, segundo Lukács, intimamente vinculadas ao problema dos valores enquanto partes moventes e movidas da totalidade social. Existem valores que se afirmam socialmente mediante a criação de

¹⁹⁹ Idem *ibidem*, p.XXVI.

²⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. CCXIV.

²⁰¹ Lukács, G. “Il Lavoro” op. cit. p.84.

um aparato institucional “que pode assumir as formas mais variadas(direito, Estado, religião, etc.)”²⁰². As questões referentes à continuidade do ser social no âmbito dessas esferas não econômicas são ainda mais complexas e de qualidade diferente. Lukács coloca:

É claro, de um lado, que determinadas espécies de práxis social e determinadas regulamentações delas, mesmo tornadas autônomas ao longo da história, são, por sua essência, simples formas de mediação e desde a sua origem tiveram como função regular melhor a reprodução social; pense-se na esfera do direito, no sentido mais amplo do termo.²⁰³

A autonomização de tais complexos frente à esfera econômica tem a ver com o melhor cumprimento da sua função mediadora, que deve ter caráter heterogêneo em relação à economia. A especificidade do agir e reagir destes complexos torna-os imprescindíveis para a totalidade social. Assim sendo:

A divisão social do trabalho, na sua expansão quantitativa e qualitativa, cria encargos especiais, formas específicas de mediações entre complexos sociais singulares que, exatamente por causa desta função particular no processo reprodutivo do complexo total, adquirem uma peculiar estrutura interna. As necessidades do processo enquanto complexo conserva, porém, a sua prioridade ontológica e por isto determinam tipo, essência, direção, qualidade, etc., das funções exercidas por tais complexos ontológicos mediadores.²⁰⁴

A prioridade da economia no ser social, decorrente de sua função ontológica fundante, não significa, no pensamento de Lukács, nenhuma valorização hierárquica deste complexo em relação aos outros. Diz o referido autor: “Com isso realçamos apenas um fato de caráter ontológico: uma determinada forma do ser é a insuprimível base ontológica de uma outra e a relação não pode ser nem inversa nem recíproca”.²⁰⁵

Em síntese, a sociabilização crescentemente genérica da sociedade, resultante da divisão social do trabalho “se apresenta com muita clareza como um processo em contínuo reforçamento. De um lado a própria produção adquire um caráter tão

²⁰² Idem, *ibidem*, p.91

²⁰³ Idem, *ibidem* p.86

²⁰⁴ Lukács, G. “A Reprodução”, op. cit. p.CXI .

²⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. CXII.

complexo que operações que parecem ter pouco ou nada a ver com a produção material de bens tornam-se, ao contrário, indispensáveis para o processo global”.²⁰⁶

Assim, acaba por colocar situações em que atividades que pouco têm a ver com o trabalho no sentido restrito se tornem a base de especializações onde um grupo de pessoas façam dela uma profissão. Logo adiante Lukács afirma: “Neste sentido, uma marca social da socialização é a quantidade de pessoas que podem reproduzir em termos individuais a sua vida, sem tomar parte na direta produção material da essência”.²⁰⁷

Podemos concluir que as especializações que derivam da divisão do trabalho não significam necessariamente complexos que operam posições teleológicas primárias, ao contrário, o solo genético dessa divisão reside nas posições que intentam induzir outros homens a agir conforme um comportamento desejado. Na continuidade do processo social os complexos sociais adquirem mesmo uma relativa autonomia no contexto da totalidade social, alguns deles, com funções mediadoras entre os complexos singulares especificamente ligadas ao campo dos conflitos humano-sociais.

Com essas considerações, buscamos evidenciar que o fato de uma profissão constituir-se numa especialização originada na divisão social do trabalho não implica sua caracterização como trabalho. O Serviço Social certamente é uma profissão que deriva da divisão-sócio técnica do trabalho; as necessidades sócio-históricas que o legitimam como profissão o vinculam a um fenômeno típico da fase capitalista dos monopólios. Entretanto, isso não significa que, com sua atividade frente a determinadas realidades sociais, se realize um processo de trabalho no preciso sentido do termo. As especializações que se destinam ao trabalho conservam como intenção direta a transformação da matéria prima natural ou derivada dela.

A divisão do trabalho extremamente sofisticada da sociedade capitalista tem propiciado o surgimento de inúmeras modalidades profissionais inexistentes em sociedades anteriores. Isto é visível tanto para a esfera da produção econômica, face

²⁰⁶ Lukács, G. “O Problema da Ideologia”. Op. cit. p. XXXVIII.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. XXXVIII.

ao desenvolvimento tecnológico cada vez mais intenso, quanto para o da reprodução social. Basta que observemos a diversidade de profissões que se institucionalizam com as atribuições do Estado em decorrência da consolidação desta sociedade.

Em relação ao Serviço Social, a institucionalização profissional nos parece um tema adequadamente discutido por diversos autores e sob distintos ângulos, que torna evidente o momento em que parte da sociedade dá início a esta especialidade no conjunto das profissões.²⁰⁸ A investigação da gênese da profissão propicia aos assistentes sociais verificar que, numa fase da sociedade capitalista compreendida entre a segunda metade do século XIX e os anos 40 do século XX, tem início todo um processo de institucionalização para o Serviço Social, vinculado às novas modalidades de intervenção do Estado junto à força de trabalho.

Cria-se a relação de assalariamento para a profissão, processa-se a abertura de campos de atuação e de formação profissional. De modo que o Serviço Social se inscreve na sofisticada divisão social e técnica do trabalho que se desdobra a partir daquele momento da sociedade capitalista. Ou seja, o surgimento da profissão tem determinações na complexificação da produção material e na conseqüente sofisticação da divisão do trabalho.

O lugar que o Serviço Social ocupa na divisão do trabalho articula-o à política social, aos direitos e garantias sociais, aos serviços sociais públicos e privados, enquanto campo de resposta socialmente elaboradas e legalmente institucionalizadas no âmbito do aparato estatal. E, decisivamente, o Estado não é uma categoria do trabalho. Em outras palavras, significa dizer que o lugar do serviço social na divisão do trabalho não o situa diretamente na esfera econômica²⁰⁹. Embora, enquanto profissão legalmente instituída, ele possa exercer sua prática junto aos mais diversos complexos sociais existentes na sociedade, inclusive os produtivos. O lugar da profissão na

²⁰⁸ Netto, J. P.. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*; São Paulo: Cortez, 1992. Nesta obra o autor situa o surgimento do serviço social nas condições histórico-sociais advindas com o capitalismo dos monopólios, precisamente demarcado entre 1890 e 1940, C. I, p. 13-77.

²⁰⁹ No texto anteriormente citado, *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* José Paulo Netto, numa análise abrangente das funções do Estado na fase monopolista do capital, expõe claramente que o Serviço Social não se institucionaliza operando funções produtivas.

sociedade, ao que tudo indica, confere a ela função reprodutiva nas relações entre os homens.

3. Serviço Social e Questão Social

Retomaremos a análise da Concepção de Serviço Social como Processo de Trabalho do ponto em que, no Núcleo de fundamentos do trabalho profissional encontra-se a concepção da prática dos assistentes sociais

como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho -- instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho.²¹⁰

A Concepção de Serviço Social sobre a qual estamos aqui nos debruçando, concebe a prática profissional como processo de trabalho. Neste caso, como prática portadora de todo caráter essencial às posições teleológicas primárias, já que, conforme o próprio texto em análise, o fazer profissional em suas dimensões constitutivas deve estar articulado aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: objeto ou matéria-prima, meios e fins que caracterizam uma atividade humana direcionada por uma finalidade. Por outro lado, esta mesma afirmação afirma que o objeto da prática profissional são as múltiplas expressões da questão social, ou seja, a ação dos assistentes sociais incide sobre algo decorrente da própria sociedade, como tal, uma realidade efetivamente existente, mas de caráter puramente social.

Acontece que a matéria prima do trabalho é o ser natural e, como já vimos no capítulo sobre o trabalho, sua essência é diversa dos objetos sociais referentes às

²¹⁰ Cf. “Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional”. op. cit. p. 66.

relações entre os homens, pois se trata de uma objetividade real independente de qualquer ato consciente. Diante do objeto natural o sujeito se encontra frente a algo cujos nexos causais são simplesmente naturais.

Mesmo que esse objeto já tenha sofrido modificações decorrentes de uma ação de trabalho humano e já se constitua num objeto que não pertence exclusivamente ao mundo da natureza, a ação sobre esse objeto, enquanto matéria prima para outra ação, deverá incidir sobre aquelas qualidades inerentes a sua materialidade essencial. Somente assim, essa ação conterà as características do trabalho no preciso sentido do termo.

Assim, afirmar a prática do Serviço Social como processo de trabalho corresponde a assegurar que o Serviço Social, no seu conjunto ou nas ações de seus agentes individuais, opera atos teleológicos dirigidos à transformação de objetos naturais em objetos sociais. Isto significaria, por exemplo, que o resultado de sua ação poderiam ser coisas materiais assim como carros, roupas, ou alimentos.

Tal hipótese jamais foi levantada, considerando que, no que se constata da prática profissional, atos dessa natureza não são próprios do desenvolvimento da ação do Serviço Social. Os atos do Serviço Social envolvem sempre uma ação dos agentes profissionais frente a determinadas realidades sociais, condições existentes na vida de indivíduos ou grupos humanos resultantes das relações sociais presentes. Como se pode ver, este é um tipo de materialidade nada idêntico à materialidade simples.

Ora, se é verdadeiro que o objeto da prática profissional se constitui nas expressões da questão social, a “matéria-prima” sobre a qual incide a ação profissional é de uma natureza essencialmente diferente da matéria-prima própria às posições teleológicas características do trabalho. As expressões da questão social dizem respeito às relações entre os homens, aos problemas postos pela sociedade e às possíveis respostas elaboradas por esta mesma sociedade.

E quando se trata das relações entre os homens, a posição teleológica que opera com fins de manter ou mudar essa realidade é também de uma qualidade essencialmente diversa do trabalho, pois a posição deve se dirigir à consciência das pessoas, e somente estas podem realizar uma escolha entre as alternativas existentes

para a consecução dos objetivos propostos. Neste caso a situação com relação aos meios é, também, essencialmente diferente, como diz Lukács

o 'material' das posições causais que deve realizar-se nos meios é de caráter social, isto é, trata-se de possíveis decisões alternativas de pessoas e, por isso, de algo que por princípio não é homogêneo e que, além disso, está em constante movimento²¹¹.

Esta atividade significa, portanto, uma ação já muito distanciada daquelas voltadas a simples reprodução material da vida. Aí se tem uma atividade com base numa posição teleológica secundária, na qual os meios têm uma tarefa ainda mais complexa que no trabalho em sentido restrito, na medida em que sob sua mira está um campo de reações desejadas e não desejadas. Além do mais, os resultados dessa ação põem em movimento outras posições teleológicas.

Assim sendo, com relação à prática do Serviço Social, mesmo que a atividade do sujeito que age seja direcionada por uma finalidade e mesmo que este deva dispor de meios para a potenciação da atividade sobre um objeto da qual resulte um produto, por si, isto não caracteriza a atividade do serviço social como processo de trabalho.

Quanto a este aspecto, as posições do tipo secundário apresentam a mesma estrutura e dinâmica que as posições operantes no trabalho, dirigem-se a um objeto, põem meios e fins. A distinção básica entre o trabalho e essas outras posições reside principalmente no objeto que a posição deve mirar. No primeiro caso (trabalho), a objetividade natural, no segundo caso (teleologia secundária), posições causais de caráter social.

No segundo caso, o sujeito que põe a posição adquire uma função diferente do trabalho. Deve agir no sentido de conduzir outros homens a realizarem por si mesmos outras atividades com base num processo reflexivo. Neste caso podem ter como direção, até mesmo, a própria interioridade dos sujeitos envolvidos no processo. Deste modo, entendemos que a tese da prática do Serviço Social como Processo de Trabalho, quando analisada sob a perspectiva do trabalho em Lukács, resulta sem sustentação.

²¹¹ Lukács, G. "Il Lavoro", op. cit. p. 102

Restaria pensar que a categoria profissional toma a práxis humana em geral como trabalho, porém daí também decorrem problemas de imprecisão. Entre a práxis humana geral e a práxis singular do trabalho se põem mediações que caracterizam trabalho e sociabilidade como categorias essencialmente heterogêneas. Lukács não dá qualquer indicação de que a práxis humana possa ser reduzida aos processos de trabalho, do mesmo modo que do trabalho não se pode deduzir abstratamente a totalidade do mundo dos homens. Das formas mais simples às mais complexas:

O ser social é um complexo de complexos cuja reprodução se encontra em múltiplas e variadas interrelações com o processo reprodutivo dos complexos parciais relativamente autônomos, porém onde a totalidade exerce sempre uma influência predominante no interior dessas relações”.²¹²

Sobre este aspecto vimos já no capítulo do trabalho que, em primeiro lugar o trabalho é a categoria que realiza a síntese entre teleologia e causalidade e por isso funda o ser social. Em segundo lugar que o trabalho é uma categoria exclusivamente social e existe simultaneamente, pelo menos a complexos como a sociabilidade, a cooperação e a fala, enquanto mediações essenciais à reprodução do homem como indivíduo e como sociedade.²¹³

Quanto à determinação dos complexos da reprodução no processo histórico Lessa diz:

Entre o trabalho, enquanto categoria fundante, e o mundo dos homens como um todo, temos a ineliminável mediação da reprodução social. [...] a construção social da particularidade de cada momento histórico -- particularidade esta que, pelas determinações universais de que é portadora, se articula à história da humanidade, e, pelas singularidades que lhe determinam, se distingue de todos os outros momentos da história -- é uma função que pertence à essência da categoria da reprodução enquanto tal.²¹⁴

De modo que , no tocante às relações sociais, somente se incorreremos numa abstração muito grande, estas podem ser entendidas como trabalho. O salto ontológico para uma nova esfera do ser já significa que o homem é capaz de trabalhar,

²¹² Lukács, G. “A Reprodução, op. cit. p.CXLIX.

²¹³ Cf.. Lukács G. “Il Lavoro”, op. cit. p. 14

²¹⁴ Lessa,S. Trabalho e Ser Social, op. cit. p.142.

de falar e desenvolver atividades de novo tipo, cuja constituição essencial não encontra similar na natureza. No processo de constituição dessa nova substancialidade o papel da subjetividade e dos indivíduos não é nada desprezível.

4. Serviço Social, Questão Social e Ideologia

A categoria questão social aparece na produção dos assistentes sociais mais precisamente na década de 80. Este objeto é inserido no universo intelectual do Serviço Social a partir da investigação da gênese institucional da profissão. Sua apreensão resulta da investigação sobre as origens do Serviço Social por parte de autores que se inspiraram na tradição marxista²¹⁵. Os autores o vinculam ao conjunto de determinações sociais gerador das contradições de classe existentes na sociedade e do entendimento sobre o lugar do Serviço Social no contexto da produção e reprodução do ser social burguês.

Articulada à concepção de Serviço Social como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho da sociedade burguesa, a questão social é apreendida como base de fundação do Serviço Social e como objeto de sua atuação. Atualmente a associação entre Serviço Social e questão social perpassa os pressupostos da mais nova proposta de formação profissional, indicando a força que a questão social adquire no universo de pensamento dos assistentes sociais.

Uma das produções em Serviço Social define assim esta categoria:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia[...].²¹⁶

²¹⁵ No Brasil o Serviço Social começa a ser vinculado à questão social com a tendência de intenção de ruptura a qual nos referimos anteriormente. A primeira obra de Serviço Social em que aparece formulada teoricamente essa categoria é a obra já citada *Relações Sociais e Serviço Social* de Yamamoto e Carvalho.

²¹⁶ Yamamoto, M. V. op. cit. p. 77 .

Na seqüência do processo de apreensão da origem do Serviço Social nas relações sociais, em outra produção, o autor, ao analisar as modalidades de intervenção do Estado numa fase precisa do capitalismo, utiliza a seguinte definição:

Por 'questão social', no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a 'questão social' está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho (Cerqueira Filho, 1982:21)..²¹⁷

Recentemente o conceito de questão social aparece explicitadamente mais próximo das ações peculiares ao cotidiano da prática profissional:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade..²¹⁸

Expressas sob ângulos diferentes, podemos observar que as concepções de questão social aqui expostas apresentam como elemento comum o conflito de interesses entre os homens. Alicerçam-se na idéia de que condições desiguais de existência social originadas no campo econômico provocam atos de resistência e rebeldia, responsáveis pela tensão entre classes sociais antagônicas.

Nesses termos, essa tensão e os problemas com ela surgidos estão na base da questão social. Ela é percebida como forma particular de expressão da reação dos homens ao seu ambiente econômico-social. Reação que requer respostas sociais, ações criadas socialmente que se materializam como alternativas de solução para os problemas contra os quais os homens se rebelam.

²¹⁷ Cf. Citado por Martinelli, M.L.. *Serviço Social: identidade e alienação*; 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993. Cap.I, p. 27-67.

²¹⁸ Iamamoto, M. *O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético- políticas*. Debate n. 6, Cress-CE. Fortaleza, 1997, p. 14.

A relação entre a questão social e a prática dos assistentes sociais é compreendida como uma resposta operacionalizada no limiar da contradição entre a produção da desigualdade e a produção da rebeldia e da resistência de sujeitos sociais às condições materiais de existência social. Se isto é verdadeiro, a apreensão da questão social como objeto da prática do serviço social tem desdobramentos interessantes quando analisada com base na ontologia de Lukács.

Imediatamente nos chama a atenção que a prática profissional é expressa como ação exercida no interior dos conflitos entre sujeitos sociais e a sociedade da qual fazem parte. E, para Lukács, os pensamentos que subsidiam atos humanos com esta função social são caracterizados como ideologia. Conforme havíamos colocado anteriormente, qualquer pensamento é ideologia quando se torna veículo teórico ou prático de combate a conflitos sociais. Esta função é o determinante essencial na caracterização ontológica da ideologia.

Recordemos que Lukács não interpreta a ideologia no sentido de falsa consciência, mas como expressão de uma realidade efetivamente existente que tem sua gênese no cotidiano mais imediato e que exerce uma ação sobre esse mesmo cotidiano. Além disso, a ideologia é o mecanismo pelo qual os homens trazem à consciência conflitos humanos e os meios de combatê-los.

Assim, se o Serviço Social nasce como uma resposta voltada a combater conflitos sociais e, se “é nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses distintos”, conforme afirma Marilda Iamamoto em citação acima sobre a questão social, o Serviço Social encontra-se dentro dos critérios como veículo prático de ideologia.

Estamos falando de um veículo prático porque, como sabemos através da recuperação histórica da profissão, o Serviço Social não surge na sociedade capitalista com a tarefa de produzir conhecimentos, mas como uma prática social inserida institucionalmente e predominantemente exercida junto a indivíduos ou a

famílias consideradas carentes de ajuda material ou moral²¹⁹. Uma ação, que nas formas originárias do Serviço Social brasileiro, tinha o momento ideal nos costumes e no pensamento social cristão.

A gênese institucional é um momento da prática profissional, um momento importante que funda algumas de suas características essenciais como origem e posição na sociedade, ou seja, sua função social enquanto atividade que se institucionaliza junto a ações do Estado e intervém no âmbito dos conflitos sociais. Todavia, a constituição da profissão mesma demanda um processo permanente de ação na realidade e de produção intelectual. De modo que, na seqüência do desenvolvimento da profissão impulsionado por fatores diversos, relacionados ao desenvolvimento social, as respostas elaboradas pela profissão sofrem modificações, em face das circunstâncias sociais que demandam sua atuação²²⁰.

Ao mesmo tempo, o Serviço Social começa a produzir teoricamente e sua atuação também se modifica pela aproximação com teorias científicas e com fundamentos filosóficos que vão além do pensamento cristão. Nesse processo o Serviço Social elabora críticas ao próprio Serviço Social, procura apreender o em-si da profissão, compromete-se com os usuários dos seus serviços, envolve-se com movimentos sociais, sem perder o vínculo com sua função social genética, atuar no campo dos conflitos humano-sociais.

Conforme já vimos, as ideologias são respostas a problemas da realidade cotidiana que exigem do sujeito pensamento e ação dirigidos a transformar (ou a manter) uma realidade específica. Mas a ação sobre essa realidade específica se dirige à consciência dos indivíduos. Neste sentido se volta a todo um campo de

²¹⁹ Iamamoto sobre o Serviço Social brasileiro “Aspectos da História do Serviço Social no Brasil”. In Iamamoto e Carvalho *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* esboço de uma interpretação histórico metodológica. Cortez: {Lima , Peru}, 1986 e, Jeannine Verdès-Leroux sobre o Serviço Social francês, em *Trabalhador Social: práticas, hábitos, ethos e formas de intervenção*. Trad. René de Carvalho; São Paulo: Cortez, 1986, fazendo uma recuperação das formas embrionárias do Serviço Social demonstram através da análise de vasto material empírico essas formas de atuação.

²²⁰ No caso brasileiro referimo-nos a momentos diversos como : a fase desenvolvimentista, requerendo da prática profissional atuações junto a projetos de desenvolvimento de comunidade sobre os quais diversos autores fazem uma ampla análise. E também, ao contexto da ditadura militar, onde o Serviço Social se envolve com as propostas de luta social pela democratização da sociedade brasileira.

reações desejadas e não desejadas que os indivíduos manifestam frente aos problemas que permeiam os vários níveis de sua existência. Da mesma forma que o trabalho, as ideologias têm como estrutura as decisões entre alternativas, mas são atos típicos das posições teleológicas secundárias.

Complexos sociais como o direito, a política, a filosofia e a arte operam posições teleológicas dessa natureza. Essas posições ao desencadearem um processo teleológico na realidade social, não põem em movimento, imediatamente, os nexos causais da realidade, e sim outras posições teleológicas originadas dos atos de consciência dos indivíduos.

Certos atos ideológicos específicos como, por exemplo, a realização da obra de um artista plástico ao produzir uma pintura ou uma escultura, operam sobre a causalidade simples, mas o produto deste ato se dirige à consciência das pessoas. Os atos ideológicos têm sempre como fim agir sobre a consciência dos indivíduos, a ação do sujeito sobre os problemas ou conflitos sociais quando põe como finalidade a preservação ou a transformação do ser social ou de parte dele, têm por base momentos ideais que se dirigem à consciência, ao comportamento dos homens diante das condições de existência social.

A importância dessas posições está na exata medida em que estão voltadas à mudança de comportamento entre os homens, provocando novas posições teleológicas indispensáveis ao processo de evolução dos indivíduos e da sociedade. Recordemos que este processo não é tão simples, muitos impedimentos à elevação do indivíduo e da sociedade a ser humano genérico assumem a forma de ideologia, ou se fazem presentes nas ideologias. De modo que não se trata de pensar que a ideologia é necessariamente um impulso positivo neste sentido e nem tampouco que se constitua na sua negação. A sociedade produz os momentos e as condições em que os pensamentos se constituem complexos que agem num sentido ou no outro.

No nosso entendimento, se o Serviço Social exerce uma função no âmbito dos conflitos, a busca de dirigir-se ao comportamento dos indivíduos decorre essencialmente dessa sua prática, enquanto manifestação da função ideológica. Os conflitos derivados da totalidade social manifestam-se basicamente na consciência

dos indivíduos. Isso significa que o serviço social age na realidade tendo por base um momento ideal a partir do qual opera como posição teleológica secundária. Entendemos ainda que, por isso, a prática profissional dos assistentes sociais é perpassada por ações muito próximas aos processos educativos e, muitas vezes, adquirem também dimensão política, inserindo-se no campo das lutas por melhores condições de vida, saúde, educação, trabalho etc.

Não é de se estranhar que os clássicos do Serviço Social tenham se inspirado em conceitos como os de pessoa humana e de pessoa em situação social, ao conceberem o Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade. Nas fases iniciais estava explicitamente posto que a atividade profissional voltava-se basicamente para intervir sobre o comportamento social dos indivíduos, que a situação social influenciava sobre esses comportamentos e que, para sair da situação em que se encontrava, os indivíduos dependiam da superação de seus limites interiores. Somente a título de citação, uma obra largamente utilizada na formação dos assistentes sociais brasileiros até a década de 70 contém:

Quando se diz que as necessidades humanas devem ser satisfeitas e não ignoradas, frustradas ou negadas; que a pessoa humana tem seu próprio valor e sua individualidade; que a interdependência do indivíduo e da sociedade torna imprescindível o respeito mútuo e a vida em sociedade, com pessoas dos mais diversos temperamentos e culturas, orientadas de maneira construtiva - então os valores e objetivos comuns tornam-se partes integrantes da disciplina e do próprio método. Além disso, para ajudar eficientemente aos outros, é preciso respeitar a pessoa humana, isto é, o seu direito de viver a própria vida, de usufruir de liberdade pessoal e política, de buscar a felicidade e de procurar os valores espirituais a que aspira.²²¹

Se essas ações se dirigiam para a mudança ou para a conservação das relações sociais, ou se as perspectivas em que se baseavam falseavam ou não o real, é um aspecto que não nos interessa neste momento, até porque já foi objeto de análise por diversos autores, de forma bastante consistente. É de conhecimento de todos os assistentes sociais que, na seqüência do movimento de

²²¹ Hamilton, G. *Teoria e Prática do Serviço Social de Casos*. Trad. Marlida Diniz Carneiro, 5.ed, Rio de Janeiro: Agir, 1982, p. 20.

reconceitualização²²² foi realizada uma vasta crítica às posturas tradicionais do Serviço Social, especialmente pela tendência denominada “intenção de ruptura”²²³. Essa crítica atinge a individualização dos problemas sociais no enfrentamento da questão social sob a ordem do capitalismo monopolista. Segundo Netto:

A individualização dos problemas sociais, sua remissão à problemática singular (psicológica) dos sujeitos por ela afetados é, como vimos, um elemento constante, embora com gravitação variável, no enfrentamento da ‘questão social’ na idade do monopólio; ela permite - com todas as conseqüências que daí decorrem - psicologizar os problemas sociais, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para a modificação e/ ou redefinição de características pessoais do indivíduo (é então que emergem, com rebatimentos prático-sociais de monta, as estratégias, retóricas e terapias de ajustamento, etc).²²⁴

Sem qualquer retoque sobre a análise acima descrita, que trata de aspectos relevantes da individualização psicológica na intervenção sobre a questão social, nossa análise se faz na dimensão de situar que qualquer tipo de atuação sobre as individualidades, como ser independente e dissociado da totalidade das relações sociais, torna-se possível somente porque é na sociedade capitalista que se explicita pela primeira vez a polarização entre indivíduo e sociabilidade. Lukács diz:

²²² Por movimento de reconceitualização do Serviço Social entendemos o que José Paulo Netto coloca: “A reconceitualização é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social ‘tradicional’ e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características. Como tal ela não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural e estritamente profissional) em que aquele se desenvolve. No entanto, ela se apresenta com nítidas peculiaridades, procedentes das particularidades latino-americanas,[...] a reconceitualização está intimamente vinculada ao circuito sócio-político latino americano da década de sessenta: a questão que originalmente a comanda é a *funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento*. Indagando-se sobre o papel dos profissionais em face da manifestação da ‘questão social’, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a legitimidade de suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas) - e tudo isso sob o peso do colapso dos pactos políticos que vinham do pós-guerra, do surgimento de novos protagonistas sociopolíticos, da revolução cubana, do incipiente reformismo gênero Aliança para o Progresso -, ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão”. Netto, J. P. *Ditadura e Serviço Social* - uma análise do serviço social pós-64, São Paulo: Cortez, 1991, p. 146. Grifo no próprio texto.

²²³ Idem, *ibidem*, “A terceira direção identificada no processo de renovação do Serviço Social no Brasil é a tendência identificada como *intenção de ruptura* com o Serviço Social ‘tradicional’. Ao contrário das anteriores esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teórico, metodológicos e ideológicos. [...] Na sua evolução e explicitação ela recorre, progressivamente, à tradição marxista [...] e revela as dificuldades de sua afirmação no quadro sócio-político da autocracia burguesa” (...). Grifo no original. p. 159.

²²⁴ Idem, *ibidem*, p. 37

a própria individualidade, assim como o valor de sua plena explicitação, é um produto do desenvolvimento social e por isso, em toda a sua manifestação concreta, -- tanto mais quanto mais elevada, quanto mais singular ela é -- pressupõe ontologicamente um determinado nível de produção.²²⁵

Tal nível de produção se dá na sociedade burguesa onde a consciência dessa polarização se dissemina socialmente, aparecendo como momento importante do processo reprodutivo. Anteriormente já fizemos alusão à crítica de Marx ao pensamento liberal quanto à antinomia entre *citoyen* e *bourgeois*. Mostramos também que, para Lukács, entender o indivíduo desligado da sociedade não passa de pura abstração, uma forma de estranhamento que se faz presente na realidade social.

Entendemos o duplo movimento de impulso à sociabilidade e à individuação, enquanto resultado do desenvolvimento do trabalho como protoforma do ser social e, da totalidade social como momento predominante neste processo. Neste sentido indivíduo e sociedade são compreendidos como complexos sociais que existem em relação um ao outro e se determinam reflexivamente.

Entretanto, este aspecto do ser social praticamente não aparece como objeto de análise no cômputo geral das produções do Serviço Social. A atuação profissional parece estar velada por uma certa resistência da categoria profissional em se deter sobre a problemática da individuação, como se isto significasse necessariamente a psicologização dos problemas de ordem social.

Com isso, fica esquecido que toda prática humana é realizada pelos indivíduos no interior de suas relações reais, pois estes são os portadores imediatos dos atos de consciência. Que essas relações reais produto da divisão do trabalho, “põem aos homens as perguntas que eles na sua vida devem responder; desenvolvendo neles, assim, a capacidade de as responder, por isso estas respostas, além disso, desenvolvem no homem simultaneamente a individualidade e a generidade”²²⁶. O cotidiano é o campo fértil para que as respostas elaboradas pelos homens sejam transformadas em generalizações que servem de base ao surgimento e operação de uma ideologia.

²²⁵ Lukács, G. “A Reprodução”, op.cit.p.XLVIII.

²²⁶ Lukács, G. “O problema da ideologia”, op.cit. p.LXXXI.

Recentemente é que alguns agentes da categoria começam a tratar deste importante complexo social. A nosso ver uma investigação necessária à apreensão do papel dos indivíduos no desenvolvimento do ser social, já que, conforme o mesmo texto há pouco citado: “Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.”. Pois para Lukács:

o estranhamento de cada indivíduo se desenvolve pelas suas interações com a própria vida cotidiana. Ela é, no seu conjunto, e nos aspectos particulares, um produto das relações econômicas cada vez mais dominantes e, obviamente, são estas que exercem influxos em última análise decisivo sobre os homens, também na esfera ideológica.²²⁷

Assim sendo, consideramos fundamental a investigação sobre os processos de reprodução social, no âmbito da relação indivíduo e sociedade.

Numa primeira aproximação à problemática do Serviço Social como ideologia, o vínculo entre Serviço Social e questão social conduz a uma identificação desta profissão como uma ação voltada à resolução de conflitos de interesses entre os homens, que se expressam no cotidiano mais imediato.

Além disso, o aparecimento dessa profissão determinado pela complexificação da produção material e pela acentuação da divisão social do trabalho na formação social capitalista, vinculada às ações do Estado, são indícios muito fortes na caracterização do Serviço Social como complexo ideológico restrito. Entretanto, isso merece um tratamento cuidadoso para não incorrerem em conclusões precipitadas.

Os complexos ideológicos se manifestam por diversos modos específicos e podem ser caracterizados, segundo Lukács, enquanto ideologia restrita como o direito e a política, ou enquanto ideologia pura como a filosofia e a arte. Apresentam, também, formas espontâneas oriundas dos usos e costumes e a moral. O lugar que cada um destes complexos ocupa no campo da ideologia em geral é demarcado pelo objetivo mais ou menos restrito que lhes compete e pelo tipo de eficiência que caracteriza cada

²²⁷ Lukács, G. “*O Estranhamento*”, op.cit. p.31

um deles, tendo sempre a ontologia da vida cotidiana como ponto de partida e de chegada.

Os complexos ideológicos de caráter restrito, cada um com sua peculiaridade, respondem mais apropriadamente aos conflitos sociais derivados do contexto produtivo. Situam-se na fronteira entre a atividade econômica e a generalização dos interesses da classe dominante para a sociedade inteira. Podem servir para ordenar e regulamentar as atividades econômicas e suas manifestações conflituais cotidianas, campo do direito “como aquele importante meio para dirimir os conflitos da vida cotidiana dos homens”²²⁸; ou podem voltar-se para solucionar conflitos concernentes ao ser social em sua globalidade, campo da política, enquanto “forma pela qual são combatidos os conflitos que concernem à sociedade inteira”.²²⁹

Apesar de apresentarem caracteres muito particulares, estes complexos devem responder a determinados objetivos situados no contexto da reprodução do ser social e precisam ser eficientes quanto ao caráter resolutivo dos conflitos que se propõem a resolver. Para isto possuem uma estrutura institucional relativamente autônoma que lhes permite operacionalizar suas generalizações.

Por sua vez, as formas puras da ideologia como a filosofia e a arte manifestam-se de modo diverso da ideologia restrita. Lukács afirma:

Tanto do lado da individualidade quanto daquele da genericidade há generalizações de tipo superior, que são aptas para dirimir os complexos evolutivos essenciais acerca de ambos os pólos do ser social, que têm a capacidade de dar, às contradições acerca de ambos os pólos e nas suas interações, uma generalização de tipo a colocar a humanidade em condições de transformar o em-si da sua auto-realização -- que sob este perfil representa somente um campo de possibilidades -- na realidade do próprio ser para-si. De fato, ideologias deste tipo têm sido produzidas no desenvolvimento da humanidade sobretudo pela filosofia e pela arte.²³⁰

O campo de sua ação ultrapassa a imediatividade cotidiana, não podem e não pretendem exercer qualquer ação direta sobre o campo econômico e sobre as estruturas que estão a ele relacionadas. Diz Lukács:

²²⁸ Lukács, G. “O problema da ideologia”, op. cit. p.XLII.

²²⁹ Idem, *ibidem*, p. LV.

²³⁰ Idem, *ibidem*, p. LXXXIV.

O campo central da filosofia é o gênero humano, isto é, a imagem ontológica do universo -- e, nele, da sociedade -- sob a angulação de como foi, se transformou e é, para elaborar como necessário e possível o tipo a cada vez efetivo de generidade. Ela, pois, reúne sinteticamente os dois pólos, mundo e homem, na imagem da generidade concreta. No centro da arte, ao invés, está o homem, o modo pelo qual, nos embates e confrontos com o seu mundo e ambiente, se faz uma individualidade genérica.²³¹

As ideologias puras divergem entre si quanto ao modo peculiar de se porem frente aos problemas relacionados ao ser humano mas, na forma mais elevada, compreendem ambas intelecção e posse do mundo, voltadas para a resolução de conflitos essenciais do homem com relação ao ser humano genérico. A ideologia pura também pode influenciar tanto negativa quanto positivamente. Diz Lukács:

Os filósofos agem não porque sejam sempre justos, progressistas, etc., em relação a todas as questões essenciais, mas porque, a seu modo, ajudam a combater esses conflitos. No campo de possibilidades de uma situação de crise entram também coisas falsas, retrógradas, sofisticadas etc. O papel da filosofia pode também ser muito negativo do ponto de vista do desenvolvimento da humanidade.²³²

Assim, ideologias puras podem impulsionar no sentido progressivo ou podem obstaculizar o processo de desenvolvimento da generalidade autêntica.

Somente os complexos ideológicos mais elevados, Produzidos em momentos históricos distintos, dirigem-se para os conflitos humanos de natureza ética e estética, que se constituem prévia ideação da luta pela generidade autêntica. Distanciam-se da ação prática imediata, situando-se na proximidade a questões que dizem respeito aos problemas da generalidade e da individuação, com implicações na relação entre homem e mundo, ou seja à sociedade e aos indivíduos como gênero humano.

As ideologias puras não possuem um aparato institucional próprio e particular a partir do qual possam operar suas generalizações como as ideologias no sentido restrito. Porém, sua influência ideológica dissemina-se socialmente no cotidiano da vida social. Os indivíduos não reagem como classe somente se tiverem acesso a obras filosóficas, nem o comportamento ético exige necessariamente a leitura de obras de arte. Inúmeros são os mecanismos de disseminação dessas ideologias.

²³¹ Idem, *ibidem*, p.XC.

²³² Idem *ibidem*, p.LXXXIV.

Certamente o caráter particular do Serviço Social como ideologia no interior do complexo ideológico geral situa-o no âmbito dos conflitos cotidianos mais imediatos. Entretanto o aparato de atuação dos assistente sociais não consiste num bloco sistemático e coerente de idéias e de instrumentos de intervenção nessa fronteira entre a produção da desigualdade e da resistência.

Uma análise cuidadosa nos mais variados registros da prática profissional é suficiente para se identificar que a prática do Serviço Social é um composto de diferentes práticas, de ações sobre diferentes objetos e desencadeadas com base em diferentes momentos ideais.

É verdade que as ações profissionais incluem atos teleológicos voltados no cotidiano para resolução de conflitos derivados da desigualdade econômica. As atribuições do Serviço Social junto às políticas sociais situam-no na fronteira da relação conflituosa entre as ações do Estado e os usuários dos serviços.

O cotidiano da grande maioria das práticas institucionais é composto de ações dessa natureza. Ainda assim as respostas elaboradas pelo Serviço Social são subsidiadas por pensamentos muito diversos e muitas posições divergem de certos objetivos institucionais, tornando-se, por vezes, instrumentos de crítica às finalidades previamente definidas.

A atuação do Serviço Social no âmbito da iniciativa privada o aproximam ainda mais da base econômica da sociedade, portanto dos conflitos que expressam a contradição capital - trabalho. Neste caso a relação entre Serviço Social e conflitos de classe é mais íntima e problemática, considerando que o Serviço Social é demandado diretamente pelo capital. Diz respeito à interpenetração de complexos ideológicos e reação dos homens na esfera da atividade econômica propriamente dita.

Estes tipos de atuação não são os únicos existentes no serviço social. O serviço Social também age junto a movimentos sociais, caracterizando atos teleológicos mais próximos da política, enquanto posição voltada ao campo de interesses que afetam a sociedade inteira. Na década de 80 as posições que defendiam a atuação do Serviço Social junto a movimentos sociais em favor das classes subalternas constituíram-se formas de atuação com grande influência no interior do Serviço Social.

Os atos voltados aos movimentos sociais tiveram desdobramentos para questões como conflitos de gênero, enquanto relação homem e mulher e de raça, ampliando o universo de temas no interior do Serviço Social e a diversidade de propostas na sua atuação.

Até agora essas colocações só reiteram a aproximação do Serviço Social à ideologia no sentido restrito, ou seja, o Serviço Social como complexo parcial da sociedade se constitui em meio para a resolução de conflitos cotidianos imediatos, derivados do contexto produtivo. Também numa forma de atividade política, mas ainda em sentido restrito, como atividade que se volta a questões conflituais que envolvem a globalidade da formação social.

Por outro lado, o Serviço Social não se constitui, no interior da sociedade, um complexo autônomo com estrutura própria e particular como o direito ou a política, a partir do qual possa operar de forma prática suas generalizações com base em instrumentos exclusivos. Uma característica própria à ideologia restrita, que permite aos tipos de complexos ideológicos desta natureza agirem de modo muito mais decisivo nos conflitos sociais, tornando-se imprescindíveis à reprodução da sociedade.

Além disso o Serviço Social também produz generalizações que não se situam no âmbito dos conflitos cotidianos mais imediatos. São pensamentos que dizem respeito a produção e reprodução do gênero humano. Essa perspectiva se preocupa com as grandes interrogações no campo da ética: a relação entre sociabilidade e individuação; a produção e reprodução dos indivíduos autenticamente genéricos; o problema da liberdade e de outros valores humanos; os impedimentos na construção de uma sociedade humana e solidária, entre outros.

Problemáticas que vão muito além do conflito de interesses ou da simples reprodução material dos homens em suas expressões cotidianas. Denotam preocupação com as origens e destino da generalidade humana.²³³ Desse modo,

²³³ A tese de doutoramento *Ontologia Social e Reflexão Ética* de Maria Lucia S. Barroco expressa bem essas nossas colocações ao abordar a problemática do ethos profissional do Serviço Social. PUC -SP, 1996. (mimeo).

entendemos o Serviço Social como um complexo que se movimenta da ideologia restrita à ideologia pura.

Essa forma ideológica, sem deixar de possuir uma legalidade interna dada pelo desenvolvimento de sua história, não adquire uma estrutura autônoma a ponto de caracterizá-la como ideologia no sentido restrito do termo. Por outro lado, produz momentos ideais, que se voltam aos embates do homem enquanto generalidade humana no mundo.

No interior do Serviço Social movimentam-se pensamentos desde a resolução de problemas mais imediatos até aqueles mais genéricos, que se tornaram interrogações para a humanidade sobre os destinos da sociedade. Supomos que esses pensamentos influenciam a prática dos assistentes sociais, expressando-se cotidianamente no trato com as pessoas. Se isso se efetiva realmente como impulso ao desenvolvimento da autêntica generalidade humana ou como obstáculo a isso, é algo que só pode ser discutido corretamente no interior de uma investigação concreta, e extrapola nosso objetivo neste momento.

A análise da Concepção de Serviço Social com base no pensamento de Georg Lukács levou-nos à apreensão do Serviço Social como complexo ideológico do ser social, decorrente de sua função nos conflitos sociais. Por outro lado, um complexo onde as generalizações produzidas pela categoria situam-se entre a ideologia restrita, no sentido de se dirigirem aos conflitos mais imediatos da vida social e a ideologia pura como momento ideal que se refere aos problemas do gênero humano.

Deste modo, damos por conclusivo que, na Concepção de Serviço social como trabalho, exposta no Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, existe uma imprecisão teórica que conduz à confusão entre formas ontologicamente diferentes de práxis sociais. O trabalho, no qual o sujeito interage com a objetividade natural e as posições teleológicas secundárias, onde o sujeito tem como mediação da práxis humana a consciência dos indivíduos com vistas ao desenvolvimento dos processos sociais. Na perspectiva que aqui defendemos, a atividade profissional do Serviço social não se constitui processo de trabalho no sentido estrito, a base ontológica do

Serviço Social é a ideologia, como atividade que exerce uma função nos conflitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa aproximação ainda bastante introdutória com o pensamento de Lukács permite ressaltar o papel decisivo do trabalho na constituição do ser social como complexo de complexos. O trabalho, enquanto uma categoria portadora do momento objetivação/alienação, possibilita demonstrar ontologicamente a existência do pôr teleológico pelo qual a subjetividade se articula com a causalidade natural criando uma nova esfera do ser. É o momento predominante no salto ontológico entre o mundo natural e a constituição do ser humano.

No momento da objetivação/alienação o homem processa a criação de um novo objeto e, ao mesmo tempo, se reconhece como sujeito frente ao objeto por ele criado. Neste sentido, não só cria um novo ser como cria-se a si mesmo como ser humano genérico. O homem supera a animalidade mediante a atividade do trabalho, que contém, em germe, os atos de consciência capazes de elaborar respostas ao ambiente natural, assegurando a sobrevivência da espécie humana como gênero não mais mudo.

O impulso inerente ao próprio trabalho na superação da imediatez torna as relações entre o homem e a natureza cada vez mediadas por categorias sociais crescentemente mais complexas. Nisto reside o caráter central e decisivo do trabalho no mundo dos homens. Mas, se Lukács postula o trabalho como categoria central do ser social, ao mesmo tempo considera que a totalidade deste ser, em última instância unitária, se realiza pela reprodução de categorias e de relações sócio-ontológicas que, tendo o trabalho por seu fundamento, distinguem-se dele em sua processualidade interna e em suas qualidades essenciais.

Por isso, entre o trabalho e a totalidade social se interpõe a malha de mediações que compõem o complexo da reprodução social. Essa malha de mediações é diferenciada desde as sociabilidades mais simples, onde a divisão do trabalho permite apreender que pelo menos a fala existe simultaneamente ao trabalho,

enquanto um dos momentos decisivos da esfera humana. Se o trabalho é um momento fundamental da esfera social, esta esfera não se reduz ao trabalho.

O trabalho, em qualquer tempo, expressa sempre uma atividade sobre a materialidade natural ou sobre suas conseqüências causais. É uma posição teleológica primária que supõe um projeto previamente idealizado na consciência com a finalidade de transformar um objeto material em social que, como objeto social adquire um determinado valor. Para isso é necessário o conhecimento preciso, ainda que parcial, das legalidades internas da objetividade material.

Esse caráter objetivo do trabalho impõe a existência de generalizações que se constituíram em base genética de atividades referentes ao pensamento humano. Tais generalizações dizem respeito à captura do real pela subjetividade, o homem teoriza sobre o existente, busca apreendê-lo, desvendá-lo pelos mais diversos meios expressando-o sob as mais diversas formas. A autonomização dos meios do trabalho originou, por exemplo, o complexo da ciência, enquanto complexo particular do ser social.

O trabalho é o solo genético da atividade humana, entretanto, no processo de reprodução derivado da divisão do trabalho diversificam-se as necessidades do homem, extrapolando aquelas referentes a simples reprodução da vida material. O homem deseja conhecer a si mesmo e para isso produz generalizações que não se destinam apenas às causalidades naturais dos objetos do trabalho, respondem aos conflitos que o inquietam, tendem a explicar os segredos de sua existência, de seu destino e de sua origem, buscando conferir sentido a suas necessidades afetivas. Expressam valores que se voltam à interioridade do sujeito como individualidade que a sociedade da qual é membro é incapaz de responder.

Conflitos deste gênero vão de encontro ao comportamento necessário no exercício das atividades do trabalho e das relações criadas pelos homens enquanto totalidade social. Por isso tornam-se necessárias normas generalizadoras do comportamento humano que surgem do cotidiano mais imediato da vida social e assumem processualmente a forma de costumes, tradições, normas sociais, convicções religiosas, visões de mundo, expressões artísticas, teorias científicas, etc.

O que justifica o seu surgimento é o fato de que os homens travam conflitos seja entre indivíduos, seja entre indivíduos e sociedade, seja entre grupos de indivíduos. E esses conflitos precisam ter uma resolução, sob pena de pôr em risco a organização social existente.

A natureza desses conflitos pode variar de sociedade para sociedade, mas a resposta elaborada para sua resolução representa uma alternativa, expressa nas generalizações criadas pela sociedade em que os homens vivem e agem. Como os indivíduos são os portadores imediatos dos atos de consciência, as respostas sociais elaboradas para a resolução dos conflitos só podem se efetivar mediadas pela consciência destes mesmos indivíduos. Os atos ideológicos deste tipo caracterizam-se como posição teleológica secundária, nele o sujeito não tem como fim imediato a objetividade material, mas a própria subjetividade humana, tendo em vista conduzir outros homens a agirem conforme uma posição desejada.

Este ato consciente que serve à mediação dos conflitos humanos Lukács concebe como ideologia. Na sua acepção mais ampla, a ideologia tem origem no cotidiano mais imediato da vida social, servindo à conscientização e operacionalização da prática humana. Em termos gerais, é orientação ideal que se faz presente em todo ato humano. Todo indivíduo age fazendo opções entre seu interesse particular e aqueles que o fazem partícipe do gênero humano. A continuidade do ser social seria impossibilitada se o conjunto dos indivíduos não evitasse ações obstaculizantes ao processo de reprodução social, mediante preceitos que brotam espontaneamente na vida social. A ideologia permite que os homens tomem consciência desse conflito e encontrem a resposta mais adequada para solucioná-lo.

O caráter ideológico de um pensamento ou de uma prática social deriva de sua função nos conflitos sócio-humanos e não das características qualitativas que apresentam, embora estes aspectos sejam importantes para uma crítica às ideologias. De modo que qualquer pensamento, em determinadas circunstâncias, pode tornar-se ideologia ao servir como instrumento para conscientizar e operacionalizar a atividade humana.

Os conflitos tomam proporções realmente significativas como conflitos de classe. A ideologia, compreendida em sentido estrito, se gera e tem seu campo de operações, quando o conflito social apresenta-se como problema vital para a sociedade, no qual as classes travam lutas sociais sob os mais diversos aspectos, penetrando até o íntimo das individualidades. A ideologia, então, se expressa como instrumento ideal de luta que serve aos embates entre grupos humanos com interesses antagônicos.

Quando os interesses de um grupo precisam prevalecer sobre todos os outros grupos como sendo o interesse da sociedade como um todo, a ideologia ocupa uma função vital na reprodução do ser social. Torna-se mediação nos conflitos de interesse gerados no campo econômico, que são enfrentados mediante a criação de complexos sociais ideológicos, com a função de regular estas relações sócio-econômicas, em resposta a necessidades da totalidade social. A ideologia com essa função restrita pode agir no sentido de manter ou de modificar aspectos da realidade social, retroagindo sobre os processos sócio-econômicos em curso.

Lukács expõe o direito e a política como duas formas específicas de ideologia decorrentes das necessidades do desenvolvimento econômico-social. Estas se especificam a partir da divisão do trabalho, adquirindo autonomia como atividade peculiar distanciada da produção material, mas cumprindo uma exigência do desenvolvimento dessa divisão, no sentido de assegurar a reprodução das relações sociais.

O desenvolvimento social produz aparatos institucionais particulares, relativamente autônomos, mediante os quais essas formas específicas de ideologia operacionalizam suas generalizações e cumprem suas funções peculiares no interior da sociedade. O espaço de ação desses complexos sociais é o cotidiano (campo do direito), ou o contexto social global, espaço da política. Naturalmente o caráter de complexos do ser social implica a interpenetração desses complexos e desses espaços, mas não a homogeneização de suas especificidades ontológicas.

As formas puras de ideologia são aquelas mais distantes da ação prática imediata. Estão relacionadas à problemática da totalidade social que compreende um

processo de reprodução polarizado em dois momentos interligados: o da sociabilidade e o da individuação. Relacionam-se à temática da humanização do ser social como gênero enquanto universal, base ontológica das possibilidades dos complexos singulares e, dos indivíduos singulares enquanto unidade mínima do processo de reprodução da individualidade genérica.

Essas formas mais elevadas da ideologia, segundo o pensador húngaro, refletem o processo contínuo de sociabilização do homem, no qual a individualidade adquire crescentemente maior autenticidade, articulada à expansão da própria generidade humano-social. De modo que emergem do desenvolvimento social e desempenham neste um papel fundamental na resolução dos problemas referentes à autêntica generalidade humana.

A filosofia e a arte, expressas por Lukács como formas puras da ideologia, apresentam-se distanciadas da prática social mais cotidiana em face da autonomização relativa que adquirem na divisão social do trabalho. Isto não significa que, de alguma forma, não exerçam uma interferência no desenvolvimento social, mas, as questões sobre as quais se expressam vão além do cotidiano imediato, seja no plano mais particular ou mais global de uma determinada sociedade.

Em síntese, o ser social é um complexo de complexos, por último unitário, que tem por base as posições teleológicas dos homens. Significa que o ser social é produção e reprodução das relações sociais. O trabalho é o fato mais fundamental da essência do ser social, constituindo-se em modelo da práxis humana em geral. Entretanto, o trabalho, refere-se à atividade humana sobre a natureza, mais precisamente ligada ao campo da produção e seus desdobramentos no interior da atividade econômica.

Do desenvolvimento do ser social resultam atividades originadas no campo econômico que não têm e não podem ter o mesmo caráter do trabalho, são complexos sociais relativamente autônomos atuantes como posições teleológicas secundárias, que cumprem importante papel na reprodução do ser social. Neste particular situamos as ideologias como complexos que agem mediando as relações produzidas pelos homens, com função nos conflitos humano-sociais. O campo de atuação das

ideologias é amplo e diferenciado, mas seu caráter mais decisivo é cumprir uma função nos conflitos humanos no interior do ser social.

Por todas essas considerações, concluímos que, a Concepção de Serviço Social como Processo de Trabalho expressa no Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, apresenta, em termos ontológicos, uma imprecisão teórica que a torna problemática. O Serviço Social não pode ser trabalho porque é uma atividade que tem como base de sua fundação e como objeto de sua atuação a questão social, portanto, um objeto puramente social e que tem sua existência no interior de uma sociabilidade já muito avançada. Não apresenta qualquer traço de uma atividade que expresse uma posição teleológica primária, com fins de transformar um objeto natural em objeto social.

Além disso, o Serviço social se institucionaliza numa determinada fase do capitalismo como uma das respostas à questão social e esta expressa os conflitos que se desdobram do confronto de interesses entre classes antagônicas. Neste sentido, a atividade do Serviço Social tem uma íntima vinculação com a ideologia. Os fins a serem atingidos com uma atividade social desta natureza têm por mediação a consciência de pessoas singulares, pois elas são as portadoras imediatas dos atos de consciência que operacionalizam o processo de reprodução social.

A atividade profissional, a nosso ver, tem por base uma posição teleológica secundária. Sua ação é mediada pela consciência das pessoas e se dirige à consciência das pessoas. Qualquer projeto de mudança (ou manutenção) de uma determinada realidade originada com a atividade profissional só pode ser operacionalizada pelos indivíduos ou grupos envolvidos no processo. Significa que a ação profissional somente age sobre os nexos causais da realidade social, pondo em movimento outras posições teleológicas, pois o “material” das posições causais é o homem e suas relações reais que, por sua vez, compreendem pólos indissociáveis da totalidade social.

Entendemos o Serviço Social como complexo ideológico que transita da ideologia restrita à ideologia pura. Neste sentido não tem uma função delimitada exclusivamente ao campo dos conflitos cotidianos mais imediatos. O universo das

generalizações produzidas pelo Serviço Social é amplo e variado. Compreende um sem número de objetos e de processos que se voltam a um também variado campo de atuações.

Destinam-se ao cotidiano mais imediato, visando a atuação nos conflitos que envolvem sujeitos no âmbito dos ambientes institucionais públicos e privados. Envolvem problemas referentes à globalidade social conflituada, como os movimentos e processos de luta social relativos à sociedade como um todo. Refletem sobre os conflitos humano-genéricos, nos aspectos ético-políticos e dos valores humano-sociais, com vistas a uma autêntica generalidade individual e social.

Movimentando-se neste variado campo da realidade social e da atividade do pensamento, o Serviço Social não se circunscreve ao âmbito da ideologia restrita, no sentido de ater-se exclusivamente aos conflitos mais imediatos da vida social. Além do mais não possui um aparato institucional particular através do qual possa operar suas generalizações. Ultrapassa o limite da ideologia restrita, interrogando-se sobre o homem, sua origem e seu “para onde”, buscando descortinar as possibilidades de uma nova sociabilidade. Com isso aproxima-se da ideologia pura na qual o problema central e decisivo é a essência e o destino do gênero humano.

Estas nossas reflexões são ainda insuficientes para apreender o Serviço Social como complexo ideológico do ser social, tampouco era esta nossa intenção. Há um longo caminho à frente até que as questões aqui delineadas possam se aproximar, de maneira adequada, do tecido categorial contido no pensamento de Lukács sobre o ser social. Nossa expectativa é que estas reflexões, de alguma maneira, contribuam com o debate profissional sobre a inserção do Serviço Social na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, 2ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- BARROCO, Maria Lúcia S. *Ontologia Social e reflexão ética*. Tese de Doutorado, PUCSP, 1996 (mimeo).
- Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996) ABESS/CEDEPSS. In *Formação Profissional: trajetórias e Desafios*. Cadernos ABESS n.7 Cortez.
- GORZ, André. *Adeus ao Proletariado - para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1987.
- HABERMAS, Judge. *Teoria de la Acción Comunicativa*. Madrid: Editora Taurus, 1987.
- HAMILTON, Gordon. *Teoria e prática do serviço de casos*. Trad. Marília Diniz Carneiro, 5ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1982.
- HOLANDA, Maria Norma A. B. *O Fenômeno do Estranhamento na Ontologia de Georg Lukács*, Dissertação de Mestrado, João Pessoa: UFPB, 1998, (mimeo).
- IAMAMOTO, Marilda Vilella & CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, 5ª ed. São Paulo: Cortez [Lima, Peru]: CELATS, 1986.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas*. Debate n. 6, CRESS - CE. Fortaleza, 1997.
- LESSA, Sérgio. *A Ontologia de Lukács*. Série Didática, Maceió: EDUFAL, 1996.
- _____ *Trabalho e Ser Social*. Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997.

_____ “Estudo sobre a categoria do estranhamento”, versão II, p. 5-6, 1998 (mimeo).

LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1995.

LUKÁCS, Georg “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem”. In *Temas de Ciências Humanas* n. 4. trad. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____ “Il Lavoro”. In *Per una Ontologia dell’Essere Sociale*, vol. II*, I, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1976 -1981.

_____ “A Reprodução”. In *Per una Ontologia dell’Essere Sociale*, vol. II*, II, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti: 1976 -1981. (trad. Sérgio Afrânio Lessa Filho. In *Sociabilidade e Individuação*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte:UFMG, 1990 (mimeo).

_____ “O Momento Ideal na Economia” e “Sobre a Ontologia do Momento Ideal”. In *Per una Ontologia dell’Essere Sociale*, vol. II**, I, II, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1976 -1981. (trad. Maria Angélica B. Rodrigues. In: RODRIGUES, M.A.B. *A determinação do ‘momento ideal’ na ontologia de G. Lukács*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUCSP, 1990, mimeo).

_____ “O Problema da Ideologia”. In *Per una Ontologia dell’Essere Sociale*, vol. II**,III, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1976 -1981, (trad. VAISMAN, Ester, in *O Problema da Ideologia na Ontologia de G. Lukács*,Dissertação de Mestrado, João Pessoa: UFPB, 1986, mimeo).

_____ “O Estranhamento”. In *Per una Ontologia dell’Essere Sociale*, vol. II**, IV, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1976 -1981, (trad. HOLANDA. Maria Norma A. B. In *O Fenômeno do Estranhamento na Ontologia de Georg Lukács*, Dissertação de Mestrado, João Pessoa: UFPB, 1998, mimeo).

- _____ Prolegomini all'ontologia dell'essere sociale - Questioni de principio di un'ontologia oggi divenuta possibile, versão italiana de Alberto scarponi. Milão: Guerini & Associati, 1990.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- MOTA, Ana Elizabete (org.). *A Nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____ *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- OLDRINI, Guido. "Lukács e o Caminho Marxista ao Conceito de 'Pessoa'". In *Praxis* n. 3. Belo Horizonte: Projeto, mar. 1995.
- RODRIGUES, M.A.B. *A determinação do 'momento ideal' na ontologia de G. Lukács*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUCSP, 1990,(mimeo).
- VAISMAN, Ester. "A ideologia e sua determinação ontológica". In *Ensaio* n. 17/18. São Paulo: Editora Ensaio, 1989.
- VERDÈS-LEROUX, Jeannine. *Trabalhador Social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção* (trad. René de Carvalho). São Paulo: Cortez, 1986.

OBRAS CONSULTADAS

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. *Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá*. São Paulo: Cortez, Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 4ª Ed. 1989.

- IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- LESSA, Sérgio. *Sociabilidade e Individuação*. Maceió: EDUFAL, 1995.
- _____ “Ontologia e Objetivação em Lukács”. In *Praxis* n. 1, mar. 1994.
- _____ “Lukács, Engels, Hegel e a categoria da negação”. In *Ensaio*, n. 17/18, 1989.
- LUKÁCS, Georg. “A Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx”. In *Per una Ontologia dell’Essere Sociale*, cap. IV, primeira parte Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Karl. *O Capital*. Vol.I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MESZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.
- TERTULIAN. Nicolas. “O conceito de Alienação em Heideger e Lukács”. In *Praxis*, n. 6. B. Horizonte: Ed. Projeto, 1996.
- RODRIGUES, M.A.B. *A determinação do ‘momento ideal’ na ontologia de G. Lukács*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUCSP, 1990,(mimeo).
- SECCO, Lincoln. “A crise da Sociedade do Trabalho”. In *Praxis*, n.6. B. Horizonte : Ed. Projeto, 1996.
- VAISMAN, Ester. *O Problema da Ideologia na Ontologia de G. Lukács*, Dissertação de Mestrado, João Pessoa: UFPB, 1986,(mimeo).

